

SR. JOÃO JORGE: Essa é a Audiência Pública sobre “Rede Pública de TV: Programação e Modelos de Parceria entre a EBC e organizações regionais”.

Quero rapidamente chamar para compor a Mesa, aqui, as seguintes pessoas, para que a gente possa agilizar os nossos trabalhos hoje, está bom? Eu quero chamar o Sr. Eduardo Costa, representando o Deputado Luciano Siqueira, representando os deputados da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOÃO JORGE: Ah, desculpa, então. O Deputado Luciano Siqueira, representando os deputados da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Quero chamar também, aqui, Eduardo Castro, da EBC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [00:00:48]: Vou cumprimentar você, mas eu sei que o meu lugar está ali, marcado.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Obrigado.

A Sra. Regina Lima, ouvidora-geral da EBC.

[palmas]

Roger Renor, diretor da TV Pernambuco.

[palmas]

E os demais convidados da Mesa estão a caminho, deverão chegar. Mas eu quero, logo de antemão, citar a presença, aqui, das seguintes pessoas e personalidades: Cláudio Magalhães, conselheiro da ABTU, Póla Ribeiro, presidente da Abepec, Décio Fonseca, secretário de gestão em informação e comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Miguel Walter Costa, representante da [ininteligível], e a Sra. Ana Lúcia Lins, representando o Deputado Guilherme Uchoa, o presidente da Assembleia Legislativa, ok?

Eu quero passar a palavra para o Antonio, agora, para dar encaminhamento às ações.

SR. ANTONIO [00:01:55]: Bom dia também. Para a gente é um grande prazer e uma honra estar organizando essa Audiência Pública aqui em Pernambuco. Ela é uma proposta que surgiu a partir de uma colocação da Ouvidoria da EBC, de organizarmos audiências públicas fora do eixo Brasília/Sudeste, que era até onde a EBC realizou suas últimas audiências públicas, suas primeiras e últimas, não é, até o momento. Teremos essa

primeira em Pernambuco, para dialogar não só com o estado, mas com a Região Nordeste toda. Por isso é muito interessante que temos aí representantes de outros estados, inclusive, e até o final do ano ainda vamos organizar um encontro no Pará, provavelmente no dia 15 de setembro, mas a data ainda está aí sendo afinada, e no Rio Grande do Sul, em 13 de novembro.

Antes de passar para a fala das pessoas que compuseram a Mesa aqui conosco, eu vou explicar rapidamente a dinâmica que vai ter a audiência. Então, só para todo mundo estar a par e a gente poder trabalhar junto e nivelado aí em como é que vai ser.

Após essas falas iniciais da Mesa, que vão ter cada uma de três a cinco minutos, a gente vai abrir para as contribuições das pessoas que se inscreveram previamente pela internet, que foram 15 pessoas, então preencheu o total de inscrições que tinham para esse primeiro bloco. E aí, como a gente... Dialogando, aqui, com a sociedade local, com as instituições, a gente percebeu que tem não só posicionamentos para serem colocados, afirmações sobre o que é que deve ser a comunicação pública, as parcerias e tudo mais, vai haver um momento, também, de a Mesa dialogar com essas primeiras considerações, porque a gente entende que vão surgir dúvidas, vão surgir perguntas, vão surgir questões que vale a pena aproveitar a presença, aqui, das pessoas que estão compondo a Mesa, para dialogar com essas primeiras intervenções da sociedade.

Depois disso, a gente abre para as contribuições do segundo bloco da sociedade e das instituições presentes, que são as pessoas que se inscreveram hoje e que manifestaram interesse de, hoje, colocar suas ideias, aqui, sobre o tema. Nesse caso, a gente reservou até o final do primeiro bloco de inscrições, então até o final das 15 primeiras inscrições, quem não está inscrito e tiver interesse em se manifestar, a gente pede que encaminhe essa ficha que está ali, na entrada, com a Maira(F); a Maira(F) vai distribuir, aqui, para quem solicitar depois, para poder, então, participar desse segundo bloco de inscrições; com a ressalva de que se a gente ultrapassar as 15 inscrições, pode ser que seja necessário a gente fazer um sorteio, tá? Mas aí a gente avalia até, inclusive, com a questão do tempo.

E depois desse segundo bloco de inscrições, a gente tem o encerramento com as considerações finais da Mesa, dos diretores da EBC, que também estão presentes, e dos integrantes do Conselho Curador, que também estão presentes. Se eles tiverem interesse em se manifestar, a gente vai ter esse momento final.

Então, por enquanto, é isso, João Jorge. Eu acho que você pode encaminhar os trabalhos.

SR. JOÃO JORGE: Eu queria passar a palavra, então, ao nosso Roger Renor, diretor da TV Pernambuco.

SR. ROGER RENOR: Bom dia. Bom dia a todos. É um prazer, muito obrigado por terem vindo. Quero saudar a todos da EBC, da TV Brasil, do Conselho, da Ouvidoria... Saudar também os amigos, aqui, da [ininteligível], do Intervozes, do Fórum Permanente da Música e todas as instituições que vieram pensando e discutindo a TV Pernambuco. Luciano Siqueira, que está dentro dessa discussão, dessa pauta, já há muito tempo, e sempre junto conosco. E dizer que, para mim, da TV Pernambuco, é uma honra muito grande estar nessa Mesa e um prazer estar num momento como esse, que a gente recebe o Conselho Curador numa Audiência Pública como essa, num momento tão importante politicamente para a nossa comunicação pública.

A gente está recebendo também, aqui, a presença maciça dos funcionários e também do Décio, da TV Universitária, da Universidade Federal de Pernambuco, da [ininteligível], que vem passando por um momento, também, de transformação, e a EBC chega aqui exatamente nesse momento em que a TV Pernambuco, junto com a TV Universitária, está nessa expectativa de transformação: a gente nessa expectativa da consolidação da TV Pernambuco e Empresa Pernambuco de Comunicação, na espera desse decreto, sabendo que o governo sabe da urgência dessa transformação efetiva em empresa, para que a gente possa começar a contribuir de uma forma mais próxima com a Rede Pública de Televisão, com a TV Brasil.

Então, estamos aqui para contribuir e poder colaborar no que for possível. Obrigado.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Passo a palavra à Regina Lima, ouvidora-geral da EBC.

SRA. REGINA LIMA: Bom dia. Eu queria dizer, assim, que... Aliás, desde ontem, a gente está manifestando o prazer enorme e a emoção que é de estar aqui. Eu acho que... E falo, até porque, originalmente, sou do Pará e eu sei da importância desse trabalho da comunicação pública e dessa disposição que está prevista, claro, em lei, da própria criação da EBC, que é de ouvir a sociedade, não é? Então as audiências públicas, elas são um grande mecanismo que você disponibiliza aonde a empresa, ela vem, através de uma ferramenta como o Conselho Curador, ouvir a sociedade. E ontem, quando nós fizemos uma atividade da Ouvidoria, até por conta do programa que a Ouvidoria tem na... Vou aproveitar para fazer um merchandising do programa, que é todas as quintas-feiras, às 20h40, o programa da Ouvidoria na TV Brasil. Então nós viemos gravar, também, coisas para imagem... Fizemos ontem, saímos à rua para pegar depoimento do cidadão, que é exatamente para poder usar para o programa da Ouvidoria. E nessa atividade, ontem, nós fizemos uma discussão sobre a programação da TV Brasil. E foi, assim, com muita emoção que, primeiro, eu acho que quando a gente sai de Brasília e vem para outras regiões, você faz dois movimentos: não só o de ouvir, mas

também de divulgar a programação da empresa, porque a gente percebeu que tinham pessoas no grupo, ontem, que nunca tinham assistido a TV Brasil. E aí, quando a gente passou a programação, ficaram surpresos de ver o telejornal, de saber de algumas atividades. Então nós fazemos dois movimentos.

Então, para mim, foi uma... Primeiro, eu acho que o Conselho Curador está de parabéns. A Ouvidoria, ao se tornar parceira, não só nessa, como em outras ações, ao sugerir exatamente isso, que era para deslocar desse eixo... É que eu digo que, às vezes, a gente fica num círculo vicioso; quando a gente fala no mesmo lugar, são as mesmas pessoas se manifestando, a gente, às vezes, vê as mesmas manifestações, as mesmas propostas, e, às vezes, a gente fica patinando, às vezes não sai. E aí ouvir, sair dali para outras localidades, aonde possivelmente nem conheçam a programação não só da TV, mas das emissoras de rádio, então é a oportunidade que a gente tem. Então foi assim.

Eu fiquei emocionada ontem, fiquei muito gratificada de ver o nível da discussão. Eram poucas pessoas, a gente... Infelizmente, a gente estava querendo uma média entre 10 e 15 pessoas, mas tinham sete pessoas lá. Ficamos até sete horas da noite lá, discutindo, gravaram depoimento, depois, para o programa, e eu fiquei, assim, feliz. Primeiro porque a gente veio para cá e veio ouvir, e feliz de ver, primeiro, como que eles ficaram surpresos, inclusive com o trabalho que a EBC vem fazendo. E parabenizaram, claro, a empresa por essa iniciativa, que é a gente ouvir, que é isso, não é? Qual é a empresa de comunicação, hoje, que se dispõe a ouvir o que a sociedade está pensando sobre aquilo que ela está produzindo ou sobre aquilo que eles querem se ver ou ver nessa programação?

Então, de fato, quando a gente tira do tempo da gente, como vocês todos estão aqui, pela manhã e ontem, aquelas pessoas que ficaram até sete horas da noite, aí me dá uma satisfação muito grande. Podemos ainda nem estar no nível que queremos, mas uma coisa... Eu acho que a gente começa a acender aquele sinalzinho, aquela luzinha lá no final, que nós estamos indo no caminho. É uma questão da gente se apropriar melhor dessas manifestações que a gente possivelmente vai ouvir aqui, para que a gente qualifique cada vez mais a atuação da empresa.

Então eu queria, de fato, agradecer, dizer que eu venho... Quando quiserem me dar o título de cidadã daqui, eu aceito com o maior prazer, virei mais vezes, quantas vezes vocês quiserem. Eu tenho a maior disposição de participar dessa discussão, porque eu considero que ela seja fundamental para que a gente cada vez mais consolide esse trabalho da comunicação pública.

Obrigada, viu, Antonio? E, desculpe, agradecer... Como a gente acaba passando por cima dos rituais, falar com o nosso diretor-geral, que está representando, aqui, o Nelson Breve, o Eduardo. Eu acho que quando

a gente se desloca de lá com essa boa vontade, a gente só tem a ganhar, não é? Muito obrigada pela presença de vocês.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Obrigado, Regina. Eu quero passar a palavra ao Deputado Luciano Siqueira, da Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco, e agradecer a Assembleia pelo apoio a esse evento e pela oportunidade, de nos permitir estar aqui.

SR. LUCIANO SIQUEIRA: Bom dia. Nós é que nos sentimos muito bem em receber, no ambiente da Assembleia Legislativa, essa Audiência Pública, e aqui eu lhes transmito os cumprimentos cordiais do presidente da Casa, o Deputado Guilherme Uchoa, que se encontra, hoje, em São Paulo. Não fora isso, estaria aqui, para acompanhar os trabalhos dessa Audiência Pública.

Nós bem sabemos da importância estratégica que o tema tem para o desenvolvimento do país e para a possibilidade de se formar uma consciência social avançada na sociedade brasileira, sobretudo num tempo em que, nas atuais circunstâncias do mundo e do nosso próprio país, incidem sobre a nação e o povo brasileiro urgentes desafios, e a possibilidade de nos afirmarmos, no conceito(F) internacional, como uma nação soberana, independente, democrática e efetivamente progressista.

A democratização dos meios de comunicação, a possibilidade de se satisfazer um direito fundamental dos brasileiros, que é ter o acesso à informação de qualidade, de modo que possa cada cidadão, cada cidadã, processá-la a seu modo e, dessa maneira, se desenvolver uma capacidade crítica na sociedade brasileira diante dos fatos que acontecem, das circunstâncias que nós vivemos, é algo da maior importância e é o que está como fundamento deste movimento que a EBC faz, de realizar audiências públicas nos estados.

E o tema desta Audiência Pública em particular, que diz respeito à relação da EBC com a TV Pública Estatal Nacional com as tevês, os veículos locais e regionais, tem, também, especificamente, uma importância que eu diria igualmente estratégica, porque bem sabemos da imensa diversidade regional que conforma a sociedade brasileira, a multiplicidade de manifestações, do jeito de ser, de viver, de lutar, de amar, de sofrer, de alimentar as suas expectativas e suas esperanças do povo brasileiro, das diversas regiões, e, efetivamente, marcharmos para, de fato, termos uma rede pública nacional que possa trazer a luz para o telespectador, para o ouvinte, para aquele que tem acesso às diversas mídias, dessa multiplicidade que é a sociedade brasileira, é algo igualmente da maior importância e, portanto, a Assembleia Legislativa se sente honrada de receber, no seu ambiente, esta Audiência Pública.

E, aqui, um compromisso com todos os senhores e senhoras presentes: tão logo os trabalhos legislativos sejam reabertos, este deputado levará a Plenário o conteúdo essencial dessa Audiência Pública,

para que os demais 48 deputados possam tomar dele conhecimento e inserirmos ou reinserirmos... ou alimentarmos, melhor dizendo, o debate dessa temática nessa Casa Legislativa.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Quero chamar para falar o Eduardo Castro, diretor-geral da EBC, representando o presidente Nelson Breve.

SR. EDUARDO CASTRO: Obrigado, João. Muito obrigado ao Conselho Curador pelo convite, à Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco por nos receber, aos amigos que estão aqui para colaborar com o crescimento da comunicação pública no Brasil, tanto no âmbito local, não é, do estado de Pernambuco, no caso aqui, como também na Empresa Brasil de Comunicação. Eu não vou agradecer em nome do Nelson porque ele fará isso pessoalmente daqui a pouquinho. Ele está, nesse instante, se deslocando para cá, então o diretor-presidente da EBC estará aqui para participar da Audiência Pública conosco. Então eu não vou agradecer em nome dele; ele vai fazer isso pessoalmente. Mas, em meu nome, eu agradeço muito pelo convite. É uma honra estar aqui para participar de uma Audiência Pública, por isso tudo que já foi dito; eu não vou repetir porque é desnecessário.

Vimos para muito ouvir e para falar o que for de interesse de quem nos vê, nos ouve e nos lê. Então, essa troca é muito interessante para nós. Não é só o fato de estarmos abertos a ouvir, mas também é realmente dialogar, é para que as pessoas percebam e compreendam qual é o momento em que estamos vivendo, não é? Responder aos "por quês" e não apenas ouvir quais são esses "por quês". Eu acho isso muito importante e é uma satisfação participar desse momento, na condição que eu estou hoje, de representante da EBC.

E, também, ressaltar a importância de não só vir aqui e falar em nome da EBC ou de ouvir em nome da EBC, mas, também, de dialogar com os movimentos sociais, com os produtores locais, com os atores da comunicação pública aqui do estado de Pernambuco, nesse momento tão particular e especial, que é o da formação e da criação da EPC, não é? Não vai ser empresa pernambucana, não, tá, como não é "Empresa Brasileira de Comunicação". É a Empresa Pernambuco de Comunicação, como a nossa Empresa Brasil de Comunicação. É um sinal de momento novo; talvez pequenininho, mas importante. E ressalte que para Pernambuco e para o Brasil a comunicação pública tem não só um lugar, como uma grande importância.

Bom, muito obrigado pela oportunidade. Estamos aqui para ouvir e para falar aquilo que for necessário. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [00:18:50]: Agora, antes da gente passar para o bloco das primeiras inscrições, eu vou só lembrar de algumas questões bem céleres, aqui, com vocês. A primeira é que a Audiência Pública está sendo transmitida pela internet, graças a um esforço conjunto aí da Superintendência de Comunicação Multimídia da EBC e da TV Pernambuco. Ficamos aqui ontem o dia todo e hoje de manhã, que isso se viabilizou... Então, quem quiser assistir, quem estiver aqui presente e puder divulgar, o site onde está sendo transmitido é: www.conselhocurador.ebc.com.br.

Quem quiser, também, contribuir por e-mail com a audiência, enviar alguma proposta, alguma questão para ser avaliada depois, pelos conselheiros e pela EBC, pode encaminhar uma mensagem para: conselho.curador@ebc.com.br.

E, por fim, quem não quiser se manifestar aqui presencialmente, mas quiser deixar alguma contribuição por escrito, também, ali na entrada tem uma ficha para contribuições por escrito, que depois, também, a gente vai aproveitar aqui no rol final da audiência.

Eu queria também agradecer a presença dos integrantes do Conselho Curador da EBC, a Ana Veloso, que é aqui de Recife, que nos está recebendo aqui com muita graça e amizade, a conselheira Maria da Penha, que veio do Ceará para acompanhar os debates também, não é, e o Guilherme Strozi, que chegou de Brasília e estava também no Festival de Inverno de Garanhuns, para debater o tema. E agradecer também ao diretor de Produção da EBC, o Rogério Brandão, que também veio aqui para acompanhar as discussões e levar o melhor lá para o Rio de Janeiro depois, para o trabalho da EBC.

Então, agora a gente vai finalmente passar para as primeiras inscrições, as pessoas que se pré-inscreveram pela internet. Eu vou convidar, primeiramente, o Iano Flávio de Souza, da TV Universitária do Rio Grande do Norte. Em seguida, vai falar o Sr. Cláudio Márcio, da ABTU. São cinco minutos, até cinco minutos de fala. Eu vou mostrando, aqui, o tempo que falta. Quando faltarem... Vou informar quando chegar a três minutos de fala e quando faltar um minuto, está bom, Iano? Depois eu te peço para concluir, se for o caso. Muito obrigado.

Só um segundo, que eu vou achar o técnico do púlpito ali.

SR. IANO FLÁVIO DE SOUZA: Estão me ouvindo bem? Vamos lá. Em primeiro lugar, eu sou jornalista da TV Universitária do Rio Grande do Norte e, também, sou associado ao Intervezes, militante da comunicação democrática, por isso que eu estou aqui.

Em primeiro lugar, é importante falar do sistema público como... A criação da EBC como um marco da criação e da materialização desse sistema, que é tão importante para que a gente consiga desenvolver principalmente uma televisão democrática para o país. A programação da TV Brasil também reflete muito mais a diversidade brasileira do que

qualquer outra emissora, qualquer outra estratégia de mercado adotada pelas outras emissoras. É claro que essa diversidade precisa ser ampliada ainda, não é, mas nós estamos dando os primeiros passos. E eu acho que a formação da Rede Pública de Televisão, com emissoras locais, estaduais, universitárias, culturais, ela tem uma função fundamental para o desenvolvimento dessa diversidade da programação da TV Brasil nos olhares, na transformação do olhar sobre esses lugares, sobre esses lugares que não aparecem normalmente na televisão, sobre histórias que não são contadas em todo o país. Então a formação dessa rede é importantíssima. Só que a gente precisa problematizar um pouco a criação dessa rede de uma complexidade enorme, reconhecidamente, mas que tem, também, nessa complexidade, a necessidade de se afirmar o caráter público dessas emissoras locais também. Cada uma tem a sua história, cada uma tem a sua cultura, que já foi desenvolvida... A nossa tem 40 anos, então não é uma tarefa fácil você pegar a TV Universitária do Rio Grande do Norte e dizer: "Olha, você é uma emissora pública, você tem que ouvir a sociedade", principalmente quando a gestão muda e a reitoria diz: "Não, não tem que ouvir a sociedade, tem que ouvir a reitoria". Eu acho que nós tivemos um protagonismo interessante durante a criação do processo de criação da EBC, os fóruns de tevês públicas. A TV Universitária do Rio Grande do Norte teve uma participação importante através da Abepec, da ABTU, mas eu acho que esse caráter, hoje, se perde um pouco com a mudança de gestão.

Então, esse movimento de ouvir a sociedade, ele fica fragilizado quando você depende de uma decisão de gestão e que muda a cada quatro anos e que, enfim, pode inviabilizar um caráter público de uma emissora local, como é a TVU.

E por que é importante a EBC se preocupar com isso? Porque é lá, através da TV Universitária ou das emissoras locais de outros lugares, que a TV Brasil vai chegar e que a TV Brasil vai ser a emissora pública local. Então é uma mudança difícil, não é uma mudança fácil. Não é uma mudança simples, não é uma mudança rápida, mas, por isso mesmo, nós precisamos começar a discutir isso, para que a gente comece a transformação logo. É isso.

[palmas]

SR. ANTONIO [00:25:28]: Depois do Cláudio Márcio, vai falar o Sr. Roberto Sousa.

SR. CLÁUDIO MÁRCIO: Bom dia a todos. Muito obrigado por essa audiência. A gente sempre fica muito feliz dessa abertura para a sociedade. Agradeço a essa abertura.

Gente, vocês me desculpem, talvez até por um vício de professor universitário, acaba eu sendo repetitivo para algumas pessoas, mas para as outras pessoas que, digamos, não tenham visto essa história, seja educativo. É importante lembrar que se hoje nós estamos aqui, é porque

existiu, alguns anos atrás, lá no Fórum, o 1º Fórum de TV Pública, quatro entidades que representavam o campo público de televisão: as televisões educativas, representadas pela Abepec, a ABTU, televisões universitárias, a Central de Televisões Legislativas e a [ininteligível], que é das televisões comunitárias. Essas quatro entidades, com o apoio do Ministério da Cultura, realizou o 1º Fórum de Televisão Pública e chamou uma série de outras entidades e participaram, então, de um grande evento, que durou seis meses, para se construir o que nós acreditávamos ser a política de televisão pública no país.

É importante reforçar isso porque isso foi construído pela sociedade, por essas entidades e por quem faz televisão. Se hoje nós temos a EBC e temos, principalmente, o Conselho, foi porque surgiu desse Fórum. Praticamente, existe um 'control C' e 'control V' de várias das determinações que foram tiradas nesse Fórum, e que estão na Legislação. 'Control C' e 'control V', mesmo! Coisas que a gente tirou dos grupos de trabalho e, simplesmente, copiou para botar lá na Legislação, inclusive a ideia do Conselho Curador.

Então, desculpem a falta de modéstia, mas nós acreditamos que nós, no campo público, somos responsáveis por esse momento agora e é por isso que, contando um pouco essa história, que a gente quer sugerir mais algumas coisas importantes. A gente percebe que no caso do Conselho Curador, a gente percebe que essa tomada de consciência da participação da sociedade civil é fundamental e tem acontecido. O exemplo de hoje mostra essa preocupação do Conselho.

E acreditamos que a EBC tem realmente trabalhado muito com essas perspectivas lá do Fórum. Talvez a primeira gestão não tenha prestado tanta atenção nisso, mas essa segunda gestão, efetivamente, está prestando bastante atenção do que foi solicitado e do que foi levantado por uma verdadeira política pública de comunicação que a gente percebe para o país.

Lembrando isso, até que o próprio Eduardo levantou: não é uma empresa brasileira, é Empresa Brasil de Comunicação. Ela representa o campo público de comunicação de televisões públicas. Essa representação é fundamental até para o que eu vou dizer para adiante.

Então eu acho que de todas essas questões têm caminhado bem, mas tem algumas coisas, e essa talvez é a minha primeira reivindicação e a única, pelo limitar do tempo, para o Conselho prestar um pouco mais atenção nessa situação e nos ajudar nisso, que é em relação à Operação de Rede. Nós acreditamos que a EBC - e tem trabalhado com isso com muito afinco, com muita preocupação, mas tem sido uma caixa preta. Nós não nos sentimos participantes desse processo. Acreditamos que nós temos muito a contribuir com essa questão da Operação de Rede. Mesmo porque nós não queremos mais um 'pacotão'. Quer dizer, eu vejo que está se trabalhando muito para se criar um pacote e, agora, esse é o

operador de rede, não é? Nós não achamos que... Nós temos que contribuir com isso.

Por exemplo, nós já sabemos que já existe operação de rede pública. Na maioria das cidades do país é uma prefeitura ou uma universidade que já mantém essa compartilhamento de canais, inclusive com as televisões comerciais. Já existe compartilhamento de programação em algumas cidades do interior, as universidades, as tevês universitárias, transmitem a TV Câmara. Em algumas outras cidades, as televisões educativas produzem programas da sociedade civil para lá. Ou seja, esse compartilhamento de TV Comunitária, TV Universitária, TV Legislativa e TV Educativa já existe em alguns lugares.

Então, por isso, a gente acredita que a gente tem muito que contribuir. E uma das posições, uma das propostas que a gente têm para fazer, é essa ideia do piloto. Vamos ter uma cidade onde a gente possa fazer o piloto. Não preocupado só com a questão da engenharia. A gente acha que está muita preocupação da engenharia, mas a gente quer pensar o seguinte: "Por que é que a gente não faz... Ao invés dele pensar no equipamento, mas pensar e discutir melhor essa fórmula de estabelecer parcerias, de integração das partes. Ao invés de pensar o plano de negócios... Ao invés de ficar pensando sobre uma espécie de projeto de engenharia, mas uma espécie de condomínio. Como é que nós vamos fazer isso em conjunto? Não precisa nem instalar equipamento. Mas vamos imaginar como é que a comunidade, a legislativas, as universitárias e educativas podem fazer uma operação de rede numa cidade.

Então a gente quer dar essa proposta, dizendo que a gente tem o que contribuir, quer que vocês nos chamem para participar dessa questão da operação de rede. O macro é muito importante, saber como é que nós vamos fazer equipamento, quanto vai custar, mas a gente acha que o micro, como é que nós vamos compartilhar isso, pode iluminar muito mais esse macro. Essa é a nossa solicitação.

Eu, mais uma vez, agradeço a esse espaço para a gente poder se manifestar e dizer o seguinte: mais uma vez, as tevês comunitárias, as tevês universitárias, as legislativas e as educativas têm muito para contribuir nesse plano macro, também. E por isso, só para a gente lembrar--

SR. JOÃO JORGE: Concluindo, Cláudio, por favor.

SR. CLÁUDIO MÁRCIO: Pois não. Não é à toa que existe uma certa reclamação de por que é que as legislativas não estão aqui. Porque, na realidade, elas, não é, estão resolvendo o seu próprio problema, porque não estão sendo chamadas para poder conversar.

Operador de Rede é fundamental para a democratização do país e nós gostaríamos muito de participar com vocês e ajudar com a experiência que a gente já tem há mais de 40 anos. Obrigado.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Bem, quero solicitar a todos aqui, receber, para compor a Mesa, o presidente da EBC, o Sr. Nelson Breve.

[palmas]

O secretário de estado de Ciência e Tecnologia, o Sr. Marcelino Granja.

[palmas]

E para complementar a metodologia, vou passar imediatamente a palavra para eles e, depois, nós voltaremos ao sistema das falas que estavam previstas aqui, está bom? O primeiro é o presidente Nelson Breve, depois o secretário de ciência e tecnologia.

SR. NELSON BREVE: Bom, primeiramente, desculpas pelo atraso. Dizer que realmente foi em benefício da comunicação pública, porque nós temos procurado sempre que temos oportunidade, de conversar com governadores e com secretários de estados para sensibilizá-los em relação ao fortalecimento da comunicação pública, a importância disso. E tivemos a oportunidade de ter uma audiência, era mais cedo, mas atrasou, até por conta da confusão que está na mudança da governadoria para um local improvisado, e o secretário teve alguns imprevistos lá, a nossa audiência atrasou e acabou que... Mas acredito eu, o Marcelino pode falar até melhor, que foi muito produtiva a nossa conversa.

Eu queria saudar a todos da Mesa. Eu não vou me estender muito, não, porque quem chega atrasado nem pode falar muito. É apenas uma saudação, dizer que é uma felicidade muito grande estarmos aqui, com essa Audiência Pública, especialmente aqui em Pernambuco, que foi o primeiro estado a reproduzir uma empresa pública no modelo da EBC.

Então, quem pode falar melhor é o secretário Marcelino sobre essa questão, mas isso nos deixa muito orgulhosos, porque se estão seguindo esse modelo, eu acho que é porque, de uma maneira ou de outra, não é, é porque é um modelo que, com todas as dificuldades que nós temos e sabemos que temos, ele está sendo entendido como um bom modelo para gerir a comunicação pública do país.

E eu só, assim, quero, sem deixar a oportunidade passar, da provocação do Cláudio em relação ao Operador de Rede, que tudo na vida, não é, eu acredito nisso, tem que ser feito com diálogo e com a maior participação possível. Mas, tudo na vida, também, às vezes, quanto mais gente, mais confusão dá. Quando você não consegue se entender nem dentro da sua própria casa sobre os assuntos domésticos, não adianta ir discutir em praça pública, ou num salão de baile. Então, primeiro, a gente tem que resolver os nossos problemas, Cláudio, internos, do Poder Executivo. Depois, acertar as nossas questões com o Poder Legislativo Federal, que não são poucos. Mas, certamente, vamos

contemplar a todos chamando para discutir, para formarmos um melhor modelo institucional e técnico também.

Então, acho que a gente está chegando num finalmente em relação a um consenso dentro do governo, acredito que em mais 30 dias a gente consiga finalizar algo nesse sentido. Nossa filosofia é de fazer algo que possa contemplar a toda a comunicação pública, possa contemplar a toda a comunicação pública, para que a gente tenha não só fortalecida a comunicação pública, mas também reservado o espaço dela no espectro da TV digital terrestre, que é o que a gente está disputando neste momento. O espectro da comunicação pública, a TV analógica, já foi tomado nesses 60 anos da televisão no país. Nós fizemos um modelo, diferentemente de outras nações, um modelo eminentemente privado, e a comunicação pública, depois, chegou para ocupar o espaço que dava, com o dinheiro que tinha. E televisão é caro. Não é barato fazer televisão. Não é barato botar... É 64 torres num estado, Marcelino? É 64 torres com energia elétrica, não é, as instalações, segurança, manutenção... Só aqui em Pernambuco. Então isso é caro. E é difícil você disputar recursos com a Saúde, com a Educação, com a Segurança Pública, com a Infraestrutura, com as demandas da sociedade e do dia-a-dia, batendo na porta do prefeito, e do governador e da presidenta da República. É muito difícil.

Então o Cláudio sabe disso, eu sempre agradeço as provocações dele porque elas são pertinentes. Nunca ele fez uma provocação que não fosse pertinente, mas eu acolho e ele sabe que a gente tem trabalhado para a defesa do interesse da comunicação pública ampla. Não é só da comunicação pública irradiada de Brasília.

Então é isso que eu queria dizer. Obrigado.

[palmas]

SR. MARCELINO GRANJA: Já é comigo? Bom dia a todos e todas. Cumprimentos a todos e todas vocês na pessoa do Dr. Nelson Breve e do Deputado Luciano Siqueira, aqui representando o Poder Legislativo. Sintam-se todos da Mesa cumprimentados e cumprimentadas, todos vocês, meus amigos e amigas.

Tivemos uma audiência muito importante com o secretário da Casa Civil, o Tadeu Alencar, que é um secretário muito importante... Aliás, todos sabem disso, não é?

A respeito do assunto, infelizmente a gente não teve, nesses dias, condições de conversar mais entre nós mesmos aqui; o Nelson está desde ontem aqui em Recife, no entanto, eu estava em São Luís do Maranhão, que estava tendo a SBPC, a 64ª Reunião Anual da SBPC, muito importante, e coincidiu com o Conselho Nacional dos Secretários de Estado, Ciência e Tecnologia, que ainda continua, mas eu voltei para cá ontem à noite por conta dessa importante audiência aqui.

Então, de antemão, muito obrigado e de parabéns a rede de comunicação pública do Brasil por essa iniciativa, que dá passos significativos, Luciano, no fortalecimento da rede.

Eu acho que o assunto principal é esse, uma estratégia que nós temos que... Que já vínhamos construindo e que precisa, provavelmente, não é, Nelson, ter mais foco em algumas ações estratégicas que coordenem as ações de todos os atores envolvidos no assunto, para dar sustentação, dar condições da nossa rede de televisão, rede de comunicação pública, dar passos significativos. É evidente que o fortalecimento da EBC, a criação da EBC e o seu fortalecimento durante o governo Lula, foi um passo estratégico, não é? É evidente. Mas tem muito mais para ser feito. Essa é a compreensão que eu tenho, que nós temos, que o governo de Pernambuco tem.

Também a criação da EPC, da Empresa Pernambuco de Comunicação, também foi um passo muito importante. Aliás, criamos legalmente, mas ainda estamos em fase de sua Constituição, de sua montagem efetiva. É uma transição que é um verdadeiro parto, mas é assim mesmo a vida, não é?

Destaco três elementos bastante positivos, que são ativos incontestes da nossa TV Pública, Nelson, e que, incorporada à Rede Nacional, é de grande valia, não é? Nós, aqui, em Pernambuco, Deputado Luciano Siqueira, podemos dar uma contribuição grande. Primeiro, nós temos um ativo físico real muito destacado, e que, com poucos investimentos, podem oferecer uma abrangência e qualidade do sinal de transmissão da televisão pública muito interessante, né? É uma rede espalhada pelo interior todo, daqui até Petrolina, não é, e que, com poucos recursos, é possível recuperar bastante as torres, as antenas, ampliar o sinal, etc. e tal. Então são ativos estratégicos, é a televisão do estado de Pernambuco que tem a maior cobertura, não é? Temos que transformar isso em audiência; isso é outro desafio.

Segundo, que na constituição, em si, da empresa, o modelo jurídico adotado, de sociedade anônima de capital fechado, é uma inovação, não é? Copiando, mas é uma inovação, é uma atitude... Eu acho que foi uma atitude corajosa de todos nós que nos envolvemos nesse movimento de criar a EPC, porque nos dá uma agilidade na ação muito grande. Então é um elemento importante nas constituições das organizações públicas, estatais ou para estatais a serviço de determinadas políticas públicas, a natureza jurídica delas, porque, às vezes, termina-se pela legislação superveniente de uma constituição, de tribunais, etc. e tal, você engessando a ação tremendamente. Eu acho que nós criamos um modelo flexível, com capacidade de agir, tendo dinheiro e gestão ousada e aplicada, não é? Com recursos humanos e materiais minimamente necessários, nós temos como fazer muito.

E, por último, a própria composição do Conselho de Administração da nossa EPC; ele tem uma composição ousada. Tem uma presença muito

forte, aliás, fortíssima, da sociedade civil, do ponto de vista percentual. Dos 13 membros do Conselho de Administração da EPC, seis serão indicados pela sociedade civil, seis indicados pelo governo e um [ininteligível] aí, que é a Associação Municipalista do estado de Pernambuco, até por essa característica de ter a tevê espalhada, a nossa rede espalhada pelo interior todo.

Eu destaco aí, Nelson e Luciano, para falar, cumprimentando a todos e todas da Mesa, esses aspectos muito positivos, não é, Roger, da nossa iniciativa. É um ativo que nós temos na mão.

Por último, falar de futuro. Acho que... O governo de Pernambuco, o governador Eduardo Campos, com esse gesto, sinaliza claramente a compreensão de que nós deveremos usar a nossa capacidade política de lutar, nesse ambiente, para ampliar e fortalecer a democracia brasileira. Então a compreensão de que a comunicação pública é um instrumento disso. Entre muitos instrumentos, tem a luta social, a luta dos trabalhadores, dos outros segmentos sociais, a luta no Parlamento, dos parlamentares progressistas e tal, e que compreendem a necessidade de ampliar, que a nossa democracia precisa ainda ser transformada em coisas concretas, que estão apenas ao nível do direito legal, sem ainda ser transformado em coisas concretas para a vida do povo, e a comunicação democrática tem um papel destacado.

Levanto aqui, para finalizar, dois aspectos de conteúdo que me chamam a atenção, não é, e que são muito presentes e contemporâneos. Um deles é termos um jornalismo mais qualificado. Eu falo aqui, por exemplo, num jornalismo instigante. Eu falo, por exemplo, num fato que está aí, na mídia, agora: aquele psicopata americano que foi lá e assassinou um monte de gente. Bom, o debate que é feito pelo nosso jornalismo aí nas redes abertas é um absurdo, quer dizer, é um mistério, que não tem mistério, é um psicopata, e não se discute a essência do problema, que é ter uma sociedade, como a sociedade americana, que o cara pode comprar aquele arsenal de guerra pela internet e entrar num cinema. A nossa democracia brasileira, sob esse aspecto, é muito mais avançada, muito mais avançada. Comprar três mil cartuchos de bala e não tem um jornalista que se digne a investigar um assunto desse. Eu estou falando de um assunto lá fora. Temos os nossos aqui. Temos os nossos aqui. Precisamos de um jornalismo capaz de dialogar com os fatos reais, como eles são, não é? "Há que dizer-se das coisas somente o que as coisas são", como diz o poeta português, não é? E é preciso.

O outro, evidentemente, é a elevação da cultura humanística do povo. E aí, não como de uma forma escolástica, "nós, como os donos do saber e tal". Não, é no diálogo com o próprio povo, descobrindo e revelando aquilo que o nosso povo tem de coisa avançada. O povo brasileiro é um povo cheio de defeitos, mas também cheio de virtudes, e virtudes muito importantes para serem exaltadas, lembradas, capitalizadas do ponto de vista da nossa própria autoestima. E o nosso

povo não se vê culturalmente, e aí é cultura no sentido amplo, incluindo a educação, que será uma vertente decisiva de uma TV Educativa.

E por último, lógico, dizer aqui do compromisso de alocarmos os recursos para isso, né? Então o governador do estado se comprometeu, o secretário da Casa Civil aqui reafirmou, na presença minha e do Breve, que nós disporemos de R\$ 25 milhões nesse um ano e... nesse resto de ano de 2012, até o final de 2013, para aportar à nossa tevê, que cria as condições de digitalizarmos a tevê, de recuperarmos a nossa estrutura de torres e antenas, de melhoria do sinal, e que aporte recursos correntes para formar uma equipe... minimamente uma equipe competente, capaz de tocar a tevê nas suas finalidades, e que possa ser um ator destacado da democratização da comunicação e da elevação da cultura do povo de Pernambuco, em associação e articulado com a rede nacional, que será absolutamente fortalecida.

Era isso aí. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [00:47:05]: Testando o microfone. Acho que estamos com o microfone ok. Então, rapidamente, aproveitando o microfone, aqui, antes de devolvê-lo, convidar o jornalista Roberto Sousa e, em seguida, a jornalista Rosely Arantes e, depois, a Rosa Sampaio.

SR. ROBERTO SOUSA: Eu vou tentar apenas ler o que foi proposto por e-mail, a fim de ocupar menos tempo e sobrar um tempinho aí a mais para a sociedade civil.

Nós estamos propondo uma EBC do tamanho do Brasil. Ao nos aproximarmos do triênio pós-Confecom, observamos que são lentos os avanços para a regulação do chamado segmento convencional comercial da tevê brasileira.

Essa conjuntura contribui para agravar situações que podem começar na violação dos sotaques, dos costumes, da cultura regional e desembocar na defesa de interesses econômicos de alguns estados e grandes metrópoles; basta lembrar o pré-sal.

Em não havendo equilíbrio na divulgação de fatos e costumes dos estados de menor densidade populacional, nasce ou se consolida aí outro problema: o cidadão comum fica a mercê dos veículos locais, comumente movidos por interesses comerciais e/ou políticos. Entra em cena o que os estudiosos classificam de coronelismo eletrônico. Esse cidadão, na essência do direito humano à comunicação, precisa de uma empresa pública de comunicação em seu território, perto de si, que compense e combata as dificuldades de acesso aos outros veículos.

Temos que cobrar dos Poderes Executivo e Legislativo uma EBC estruturada em todos os estados, sem exceção, mesmo porque não nos consta que a população dos estados com menor poder de barganha tenham assinado procuração para que a produção pensada no eixo

Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo espelhe o país, por mais criteriosa e sóbria que pudesse ser.

A Audiência Pública fora do eixo é um passo elogiável, mas não podemos perder de vista que o público deve promover a busca incansável de não se assemelhar com o comercial; nem forma, nem conteúdo, também não na estruturação de rede. Em tempo, essa proposta de EBC do tamanho do Brasil chegará à bancada pernambucana na Câmara e no Senado via sindicatos de jornalistas e radialistas, ou pela própria editoria do programa. De radialistas, eu já conversei com Inaldo Salustiano.

Bom, era isso aí. Eu sei que é difícil, às vezes vai de encontro ao discurso de dificuldade de recursos, mas observamos na Confecom a EBC estruturada para brigar por isso também. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [00:50:08]: Obrigado. Vou chamar a Rosely Arantes.

SRA. ROSELY ARANTES: Bom dia a todos. Bom, inicialmente, eu queria saudar a EBC, primeiro, pela coragem de fazer uma programação diferente dentro de um modelo de programação televisiva que a gente já está bem acostumada e que por mais que a gente reclame que a gente não se vê representada, é essa que está posta e é essa que é alimentada; infelizmente, é essa que o governo aporta recurso.

Segundo, eu queria parabenizar, também, pela EBC estar aqui, conversando, especialmente aqui no Nordeste, que termina sendo um local bastante esquecido. Acho que é tanto quanto o Norte. Eu conheço o Pará e eu vi, também, a realidade de lá, como é complicada. Mas eu fiquei muito, muito mais feliz, também, por reencontrar Polá, né? A EBC vir para cá, trouxe uma pessoa muito querida, que eu tive o prazer de sentar na mesa várias vezes e a gente discutir comunicação pública na Bahia. Então, eu estou muito feliz por isso.

Na verdade, eu estava bem mais tranquila, agora eu estou meia nervosa, especialmente porque foi uma surpresa, de certa forma boa, essa que o secretário acabou de dizer, que o governo vai aportar recursos na TV Pernambuco. Eu acho que é efetivando mesmo enquanto teve pública, mas, com todo o respeito, secretário, e com todo o respeito ao governador, mas o povo pernambucano precisa e quer mais do que uma equipe minimalista. A gente precisa estar... Precisa que o governo de Pernambuco paute a comunicação e reconheça a comunicação como um direito público; e é um direito da população.

Mas, como diria Makota Valdina, lá na Bahia: "O fruto só nasce no tempo certo". Então a gente está... Vamos caminhando.

Com relação à EBC, eu estou aqui... Eu trabalho numa ONG que trabalha com direito da criança e do adolescente, o Auçuba, e também estou representando um grupo de pais e mães que resolveu pautar um

debate, tentar pautar um debate na sociedade brasileira, de forma democrática, sobre a publicidade infantil. E aí a gente tem... A gente reconhece, a gente referenda aí... Para a gente, a TV pública brasileira é a referência de comunicação voltada para esse público que está em formação. Então a gente está... Primeiro, a gente está dizendo assim: "É muito bom e a gente precisa, é importante que essa TV pública, ela se pautar cada vez mais nisso; ela assuma esse papel de garantidor, também, de direitos para essa comunidade, mas a gente precisa avançar". Tem algumas coisas que me preocupam. Eu fui conversar especialmente com a minha filha, expliquei para ela o que é que eu ia estar fazendo aqui, o que é que era a EBC, tudo, e ela virou para mim e fez: "Tá". Eu: "Você tem alguma coisa para dizer?". Ela disse: "Tenho". Ela tem seis anos, ela assiste... Ela disse: "Não é para ter mais desenho repetido". E eu achei muito bacana, porque eu acho que a gente vai começando a ajudar as pessoas a ter um pensamento crítico. Então, assim, a primeira coisa é essa. Eu não poderia deixar... Eu não podia, como mãe, me furtar a esse momento de deixar esse recado.

A outra coisa é que eu acho que a gente precisa... É muito bom que não tenha publicidade, eu acho que a gente precisa fincar o pé nisso. Eu acho que vai ser um desafio. A gente já está vendo que isso é um desafio para os próximos momentos, porque o mercado está sentindo que é um recorte muito grande... Quantos?

SR. ANTONIO [00:53:57]: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ROSELY ARANTES: E aí, assim, tem algumas coisas que eu questiono, como a gente vê. Tem um programa infantil, por exemplo, que ainda que a programação, os desenhos infantis, a programação infantil, que é apresentada na TV pública, sejam as melhores programações do mundo, e tem um recorte que é uma programação de produção brasileira, mas a gente ainda vê, por exemplo, um bichinho que a missão dele... Ele passa o desenho todo... Ele come, come, come, se catapulta e explode. Então, assim, qual é a mensagem que está por trás disso? Especialmente num país em que a gente vê que o nível de obesidade infantil, ele está cada vez mais elevado. E isso já é um problema de saúde pública. Então a gente precisa estar atento com essas mensagens subliminares que estão postas, do mesmo jeito que ainda reforça essa questão de gênero. As meninas ainda são as princesinhas de rosa e os meninos são os aventureiros, os desbravadores. Então a gente precisa ter cuidado.

Como TV pública, a gente não pode compactuar com essas informações que são colocadas e que a criançada termina absorvendo e reproduzindo no dia-a-dia.

Enfim, é isso.

[palmas]

SR. ANTONIO [00:55:14]: Obrigado. Vou chamar, agora, a Rosa Sampaio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ANTONIO: Como eu informei no começo, tem 15 inscritos. Vão ser os 15 inscritos que vão falar. Depois vai ter uma breve consideração da Mesa, das pessoas que estão na Mesa, e, depois, tem as outras manifestações das pessoas que se inscreveram hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [00:55:35]: Tem que ir lá?

SR. ANTONIO: Exatamente. Por favor.

SRA. ROSA SAMPAIO: Bom dia. Bom dia à Mesa. Bom dia a todas e todos. Também fiquei surpresa e um pouco nervosa com a fala do secretário, o Marcelino Granja, com os R\$ 25 milhões para um ano e meio da TV Pernambuco.

Tenho uma curiosidade, depois de saber, enquanto integrante do Fopecom e da Auçuba, como seria, como viriam esses R\$ 25 milhões, não é? O que o governo do estado prevê para editais, não é, para contratação de pessoas, enfim... É bom a gente, da sociedade civil pernambucana, ligada à comunicação, detalhar, depois, como seria realmente esses R\$ 25 milhões.

E destacar uma fala que, às vezes, a audiência... A gente querer já que a TV Pernambuco tenha uma grande audiência em todo o estado, é uma conquista. E uma conquista, inclusive, com aporte de recursos para termos conteúdo de qualidade. Então isso se constrói. A gente ainda está nesse processo, não é? E um grande exemplo do que foi a audiência foi agora, no FIG, no Festival de Inverno, o que a TV Pernambuco cobriu durante todo o festival: shows, fez reportagens, fez matérias em vários locais... E eu estive lá no Festival de Inverno e vi o quanto a cidade assistiu, quantos canais estavam sintonizados na TV Pernambuco. Então eu acho que basta colocar recurso, colocar a cara do pernambucano na tevê que, com certeza, a audiência vai ser consequência, não é?

Voltando para a EBC, como represento, também, o Movimento da Infância e da Adolescência, o Auçuba e a [ininteligível], eu queria destacar a programação infantil da tevê.

Primeiro, uma questão que não é só no tocante da regionalização, que esse é para toda a programação, mas a própria programação não ter muita produção nacional. Eu dei uma olhada rápida nos programas da rede, da tevê, e dos 20 programas voltados para a criança, oito são nacionais, pela minha rápida pesquisa, viu, gente, na minha rápida olhada; oito são nacionais e, aí fazendo coro ao que a filhinha de Rosely colocou, repetitivos, não é? Então, programas que já se arrastam há um tempo e não são renovados. Então eu queria saber, inclusive, da EBC, o que é que se programa para mudar um pouco esse quadro. Existe proposta de editais para se fazer uma nova programação infantil? Como a EBC está pensando?

Eu acho que nada contra o que é feito com qualidade lá fora, não é nenhum ataque de nacionalismo aqui, mas eu acho que os canais fechados já estão cumprindo esse papel, não é, ao colocar, o tempo todo, uma programação vinda de fora para crianças e adolescentes. E a gente até... E o modelo público, eu acho que não tem esse papel de reproduzir essa forma. Inclusive, para adolescente também, no final do dia, tem um programa voltado para adolescente, que também é outra produção internacional. Então é mais um incômodo mesmo de ver uma TV pública com tanto programa de fora voltado para as nossas crianças e adolescentes.

E aí a qualidade da programação infantil também, que eu acho que sempre tem que dar... Tem que ser vista, não é, para a gente evitar desenhos que não tragam uma mensagem positiva.

Então é isso. Obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO [00:59:14]: Muito obrigado, Rosa. Agora, os próximos a falar são o Sr. Tarcísio Amazonas, depois a Cátia Oliveira e, depois, a Raquel Lasalvia.

SR. TARCÍSIO AMAZONAS CAMELO: Boa tarde. Eu sou Tarcísio Amazonas Camelo, sou representante da Auçuba, também, e do Fopecom. E eu acho que é importante a gente trazer para cá, para a EBC, a importância dessa programação regionalizada, assim, a gente ver mais conteúdos de cultura do Nordeste, de Pernambuco, de João Pessoa, do Rio Grande do Norte... Isso é importante, a gente trazer essa coisa da cultura e de várias outras coisas. O próprio jornalismo também, a gente quer ver mais conteúdo jornalístico na TV Brasil. E eu acho que vai ter mais falas nessa coisa de cultura e tal, que vão falar e buscar essa coisa do regionalismo.

Eu trago uma coisa que é um foco que eu não vejo muito o pessoal cobrar na TV Brasil, que é o foco de esportes. E a gente trazer mais o esporte amador, trazer o esporte, os Jogos Olímpicos, e trazer essa coisa mesmo para a discussão. Bicletada(F), tudo que está relacionado a esporte, a gente não vê muito. E quando parte para um conteúdo que é daqui, eu vejo um programa da TV Brasil que eu vou assistir, eu gosto muito de esporte, e não vejo o Náutico, não vejo o Sport, não vejo o Santa Cruz, não vejo o Salgueiro, sabe? Então isso é uma coisa que é importante. Eu não vejo o basquete pernambucano. O Náutico foi campeão brasileiro de hóquei e eu não vi na TV Brasil, também. Então essas coisas, assim, é importante a gente trazer, também, para uma coisa que é de lazer, é uma coisa de entretenimento e é muito importante. Aí a gente trazer essa coisa, buscar esse diálogo com a rede e trazer o esporte também para dentro da programação da TV Brasil, regionalizando também.

É uma coisa que eu queria perguntar... Eu estava vendo o programa de debate daqui de Pernambuco, que é um programa de debate esportivo, e ele diz que era de graça. Aí é uma coisa que eu quero ver também, porque eu disse: "Não, não é possível que a TV Brasil vai fazer". Não tem, não é assim. Então ele não explicou direito. Aí eu quero essa resposta da TV Brasil, de como foi ofertado isso e por que não foi... E se foi, realmente, só para a gente... Porque foi divulgado, é uma coisa que foi divulgada aqui na televisão pernambucana e a gente precisa ter essa resposta da TV Brasil. Até porque, para vocês mesmo ter essa informação do que é que está sendo propagado, aqui, pelo presidente da Federação Pernambucana.

Beleza, essa é a minha fala. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [01:02:28]: Obrigado, Tarcísio. A Cátia Oliveira agora, por favor. Em seguida, a Raquel Lasalvia.

SRA. CÁTIA OLIVEIRA: Bom dia. Bom, eu gostaria de saudar a iniciativa, não é, da EBC estar se aproximando da discussão da comunicação pública, da EPC também. E, na realidade, minha fala vai dialogar com algumas falas que foram feitas aqui. Vai dialogar com a fala do professor Cláudio, com relação ao Operador de Rede. É uma dúvida, assim, que a gente discute, enquanto Fórum de Comunicação também, não é, enquanto Intervenções, a questão da cabeça de rede, que é um modelo que a gente tem ressalvas e que a gente fica preocupado, realmente, se o canal de expressão que a sociedade terá, se esse canal vai reproduzir um modelo que a gente tem ressalvas, que a gente critica. E a pergunta é: existe na EBC um grupo de discussão, um grupo de trabalho, há uma perspectiva de como vai funcionar essas parcerias com relação a esse Operador de Rede, se já existe, porque a gente sabe que existem os comitês de rede. E como é que está funcionando esses comitês de rede? Se existe essa articulação, o que está sendo construído, o que está sendo pensado, qual a perspectiva, não é, para essa questão?

A outra fala vai dialogar com o que a Rosely, a colega Rosely, colega do Fórum Pernambucano de Comunicação, também colocou, que é o foco nos direitos humanos. Assim, a gente assiste, a minha sobrinha assiste também e a gente vê a reprodução de certos modelos, não é, modelos de padrões. Na realidade, são signos que sempre mostram a menina como a bailarina, vestida de cor-de-rosa, enquanto o menino é o guerreiro, e, na realidade, a gente... Uma discussão que a gente teve em outras oportunidades, também em Garanhuns, a gente sempre imagina que quando se quer incrementar a comunicação no veículo público, geralmente se recorre a alguém do veículo privado. Então a nossa preocupação é: por que não buscar outros modelos criativos, laboratórios, universidades, não é, inclusive como foi feito com a BBC de Londres. A BBC de Londres pegou artistas, investiu no novo, no que era diferente,

não trazendo para dentro os modelos comerciais, ou seja, outras formas de comunicar.

Então, perguntar... A outra pergunta é se existe essa formação, porque a gente sabe que os profissionais que estão compondo, que estão sendo trazidos, muitos vêm de veículos comerciais e talvez seja um desafio não reproduzir dentro da tevê certos modelos que são vistos na TV comercial. Eu sei que eu não tenho tempo, eu poderia até citar um exemplo aqui, a cobertura de passeatas, cobertura de manifestações públicas, e as perguntas são as mesmas e os problemas são sempre... É porque prejudicam o trânsito, porque provocam o caos. E por que não perguntar, não é, a razão, o motivo, de estar sendo feita aquela passeata? A gente sabe que é por violação de direitos e, na realidade, esse desafio existe na formação em direitos humanos. Termos que são usados e outros que não...

E a outra questão é uma pontuação, dialogar com a fala de Tarcísio, também, que é do Fórum de Comunicação, para encerrar - eu sei que eu tenho um minuto. É que, na realidade, a gente gostaria de se ver mais no Repórter Brasil. A gente vê que o Nordeste, ele está um pouco concentrado em Salvador. Quando fala: "Vamos falar do Nordeste". Aí é uma ou duas reportagens de Salvador. A gente sabe que existe uma diversidade, uma pluralidade, e talvez não tenha sido... Talvez não esteja sendo contemplada. E o estúdio móvel também, porque Pernambuco, não é, é um lugar tão pujante, tão rico, em termos musicais, em termos de audiovisual também, premiado... E a gente vê pouco no estúdio móvel, que fica concentrado ali em Rio/São Paulo, e, às vezes, uma entrevista em Minas Gerais.

Bom, é isso.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Obrigado, Cátia. Bem, eu queria convidar, aqui, a deputada federal Luciana Santos, para que faça uma saudação, aqui, para toda a Plenária da audiência. Por favor.

[palmas]

SRA. LUCIANA SANTOS: Gente, muito bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Eu quero saudar o Nelson Breve, presidente da TV Brasil, à ouvidora Regina Lima, o deputado estadual Luciano Siqueira, Marcelino Granja, secretário, Roger Renor... Vou chamar de presidente, nem me lembro mais, da tevê, não é, da TV Pernambuco, diretor-presidente da TV Pernambuco, e, em nome dele, saudar aqui o restante da Mesa.

Primeiro, eu quero dizer da minha alegria pela iniciativa. Eu penso que o caráter público da EBC e de toda a rede, não é, pública de TV, ela tanto terá o caráter mais público quanto mais democrática ela for. E não tem outro caminho da tomada de decisão democrática que não seja as

audiências públicas, o fortalecimento dos Conselhos, sejam eles os Conselhos Nacionais, Estaduais, Municipais. Eu acho que o caminho que... A luta pela democratização da comunicação no Brasil, ela não é uma luta qualquer; ela é uma luta estratégica, de grande envergadura, e que mexe com interesses muito grandes, exatamente pela natureza que é a comunicação no Brasil. Todos nós sabemos... Eu, lá em Garanhuns, eu repetia uma frase de Assis Chateaubriand, que dizia que a televisão, ela é a máquina mais subversiva de formar opinião pública. E acho que isso é uma verdade, ainda mais com o monopólio que nós temos, com o modelo que nós acabamos assistindo na história da comunicação brasileira, que é muito monopolizada, muito oligopolizada(F) e que, portanto, a luta política para que, de fato, a gente construa um caminho em que a nossa produção seja cultural, seja das políticas públicas, que têm inúmeros exemplos vitoriosos no país... Não há como nós fortalecermos algumas políticas públicas arrojadas que fazem parte da formação do povo brasileiro, como a Educação, não é, como é a Cultura, por exemplo, sem ela estar trincada(F) com a política de comunicação. Isso é um tripé.

Eu faço parte da frente de comunicação, da Frente Parlamentar de Comunicação, que é presidida pela deputada Jandira Feghali, no Congresso Nacional, também sou da Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação do Congresso Nacional, e tenho acompanhado de perto essa saga que é fazer valer uma comunicação, para que ela tenha o patamar e que ela atinja o padrão que é exigido da sociedade brasileira, que ela tenha o padrão de ser assimilada como uma política de estado, como uma política pública, porque, infelizmente, o debate, ainda, ele fica no campo do individual, como se fosse um bem individual ou de opção pessoal, que só são as pessoas... Só basta as pessoas mudarem de canal e sempre foi tratado historicamente, culturalmente, como um bem comercial, como um bem privado, e nós precisamos cada vez mais enfrentar esse debate, para que ele tome a dimensão que a democracia brasileira merece.

Por isso, eu quero saudar, aqui, a iniciativa... Infelizmente, não peguei já o início, não é, do debate, mas a iniciativa, por si só, da EBC, ainda mais vindo para o Nordeste, que também, mesmo no campo público, há uma discussão, há necessidade do debate da regionalização--

SR. ANTONIO [01:11:38]: Um minuto, deputada.

SRA. LUCIANA SANTOS: --e eu tenho certeza que audiências dessa natureza possibilitam e permitem que a gente coloque na mesa, não é, essas contribuições, que eu vi aqui do garoto, do rapaz que aqui falou, ou de Cátia, que eu já conheço, que é uma militante do Centro Luiz Freire, que eu acho que são questões que vão muito acrescentar, aqui, à EBC, e que a EBC, que comanda, não é, que é um polo de uma rede de comunicação pública, se fortaleça nessa perspectiva.

Então, contem com a gente, estamos nessa e vamos à luta! Um grande beijo e obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO [01:12:20]: Muito obrigado. Vou chamar agora a Raquel Lasalvia e, em seguida, a Mariana Reis.

SRA. RAQUEL LASALVIA: Bom dia a todos e todas. Bom dia à Mesa. É com grande alegria que Pernambuco recebe a Audiência Pública da EBC e, também, com grande alegria que o Fopecom e todo o movimento de comunicação daqui do estado recebeu a notícia dos R\$ 25 milhões do orçamento anual da EBC, mas é importante, também, a gente acompanhar de perto todo esse nascimento, que Marcelino enfatizou que é quase um parto, é verdade; está já há dois anos nisso, de constituição da lei, do Estatuto... Enfim, mas o Fopecom, o Centro Cultural Luiz Freire e todas as organizações envolvidas no movimento de comunicação em Pernambuco, estão acompanhando isso, vão continuar acompanhando e espero que o Conselho Curador da EBC também nos apóie nessa conquista e na efetiva criação da EPC.

Em relação à EPC e à EBC, eu trago aqui uma sugestão de continuar as parcerias, que já vêm sendo formadas, principalmente na cobertura dos principais eventos de cultura daqui do estado e do Nordeste, o Carnaval, o São João, o próprio Festival de Inverno de Garanhuns, que é uma potência cultural imensa. Esse ano, a gente percebeu isso com a cobertura quase de guerrilha da TVPE, mas que está lá, sempre presente, tentando ao máximo dar visibilidade a todas essas manifestações culturais do estado, de todo o estado, é bom enfatizar isso, da região metropolitana ao sertão, e espero que a TV Brasil e a EBC continuem nessa parceria, a fim de realizar todas as coberturas e dar visibilidade nacional à cultura nordestina, de forma a regionalizar, conforme falou Cátia, Tarcísio, que é uma questão premente, hoje, na EBC, que é a regionalização da programação. Eu trago até uma sugestão, não sei, de regionalizar editais, criar editais, de forma a atender cada região, para que produtores independentes de cada região tenham esse edital específico para produzir conteúdo, que seja veiculado na TV Brasil, mas produzido em cada região, no Nordeste, no Norte, no Sul... Isso seria uma forma de a gente finalmente regionalizar a programação como tanto se fala.

Bom, falo, também, da autonomia do Conselho Curador, da forma que ainda é escolhida. Eu acredito que ainda há muita ingerência do governo federal nisso. Eu acho que a gente tem que ter um olhar cuidadoso e a sociedade civil tem que acompanhar melhor isso. Acho que o governo ainda está muito presente nessas escolhas; a opinião do governo ainda está muito presente.

É isso. Muito obrigada e bom dia a todos.

[palmas]

SR. ANTONIO [01:15:40]: Obrigado. Agora é a Mariana Reis.

SRA. MARIANA REIS: Bom dia a todos e todas. Eu sou Mariana. Eu sou jornalista da Auçuba - Comunicação e Educação. E os mesmos fundamentos(F), na verdade, vão bem em relação aos conteúdos, mesmo, da TV Brasil. Um dialoga até um pouco com o que Raquel colocou, que é em relação aos editais públicos. Eu gostaria de saber se estão previstos os editais, que a gente teve uma iniciativa até bem interessante no ano passado ou retrasado, que foi de séries, que foi [ininteligível], junto com o MinC, e aí conseguiram colocar quatro séries no ar, na TV Brasil, bem interessantes, que tratava até a questão da periferia, não é? Organizações concorreram a esse edital, posso destacar duas que eu acompanhei, que foi Natália, que era a ideia de uma modelo de periferia, que era evangélica, os pais não queriam que ela fosse modelo, então como que ela saía da periferia... Tinha essa projeção. E um outro, que era o Brilhante Futebol Clube, que era um time de futebol formado por mulheres na periferia.

Mas aí, voltando para o que Raquel colocou, essa questão: e onde é que está o Nordeste? Porque nos dois casos, dessas séries que eu acompanhei... Eram quatro, só acompanhei essas duas, e realmente era um retrato bem da questão do Sudeste: Rio e São Paulo, esse eixo. E aí como é que o Nordeste e outras regiões também, como o próprio Norte, o Sul, essas culturas também, quando vão ser representadas? Então, se há orçamento previsto para isso, para esses editais públicos.

Uma outra coisa que eu gostaria de falar é em relação aos programas, mesmo, de entrevista e de debates, como o Sem Censura e o 1 a 3; se esses modelos... Estão sendo pensados outros modelos, não é, que, às vezes, são modelos um pouco mais engessados de programação, e um programa específico que eu gostaria de perguntar, dar até sugestões em relação ao conteúdo, é o programa chamado Papo de Mãe; que é um programa voltado para a questão do cuidado com as crianças, não é? A gente trabalha numa organização que cuida dessa questão, aborda essa questão de crianças e adolescentes, e a gente começou a questionar um pouco isso, até a questão do próprio nome do programa: "Papo de Mãe". Então eu tenho uma questão de gênero aí. "Então só a mãe cuida? O pai não cuida? Por que não ser 'Papo em Família', 'Papo de Pais?'" Colocar essa questão aí, também. E, também, a própria questão, o lugar de fala. Quem são essas mães? A gente vê que são temas discutidos; mães de classe média, assuntos de classe média. Então, temáticas: ninho vazio, síndrome do ninho vazio, será que isso reflete, realmente, a realidade de todo o Brasil? Os pais e mães de periferias, os pais e mães de hoje, será que não teriam outras temáticas que gostariam de ver discutidas aí, nesse programa?

Então, assim, são algumas sugestões que a gente poderia trazer, para trazer um pouco mais, para aumentar um pouco mais de criatividade e originalidade a essa produção de conteúdo.

Obrigada, gente.

[palmas]

SR. ANTONIO [01:18:10]: Muito obrigada à Mariana. Os três próximos inscritos... Faltam cinco desse bloco, tá, pessoal? Depois a gente vai passar para as considerações da Mesa. A Silvia Maria Sampaio não havia chegado ainda, no início da audiência. Silvia está por aí? Não, não é? Tá. Então, agora, a gente vai convidar o Décio Fonseca e, em seguida, o Jorge Reis.

SR. DÉCIO FONSECA: Bom dia a todos e a todas. Em nome do reitor, magnífico reitor da UFPE, professor Anísio Brasileiro, venho representá-lo nessa bela iniciativa. Eu saúdo o presidente da EBC, o Nelson Breve, e toda a Mesa, aqui presente.

Desde 1966, o conceito tevê pública faz parte das preocupações dos profissionais ligados à TVU. Já em janeiro de 1997, foi promovido o encontro aberto para discutir a transição entre a ideia de tevê pública, estatal para a de tevê pública não estatal e a necessidade de enfatizar o compromisso com a responsabilidade social da programação da TVU.

Desde aquele momento, os profissionais da TVU e a UFPE trabalham na direção de um modelo participativo e legitimado pela sociedade. Do mesmo modo, surge na TVU, nessa ocasião, o compromisso de caminhar para uma programação aberta aos vários segmentos da sociedade, realizada a partir de parcerias com produtores independentes e instituições com a mesma vocação pública. Ainda em 1997, foi sugerida a criação de uma comissão curadora, ainda provisória, formada por integrantes da administração central da UFPE, professores, produtores independentes, associações da sociedade civil. Esse processo foi acompanhado por investimentos em infraestrutura e na formação da RTV Escola, um trabalho que formou dezenas de estudantes da UFPE e de outras instituições de ensino, a partir de estágios de diversos programas da TVU, facilitando a inserção deles no mercado de trabalho.

Naquela ocasião, a TVU estava acompanhando o processo de reformulação da TV Cultura de São Paulo, mas, igualmente, as tentativas de mudanças nas emissoras educativas em Minas Gerais, Bahia, Amazonas e do Rio Grande do Sul. Junto com a TV Cultura de São Paulo e as diversas emissoras educativas estaduais, a TVU participou da criação da Associação Brasileira das Emissoras Públicas e Culturais, a Abepec. Esteve, também, já em 2008, num movimento para a aprovação da lei que criou a EBC no Congresso Nacional.

O Núcleo TV e Rádio Universitárias da UFPE vem passando por um momento de redefinição do seu projeto. Sem querer escamotear a dificuldade de financiamentos, comuns ao conjunto da administração pública, o sistema de comunicação da UFPE percebeu claramente, desde 2008, a necessidade de se reestruturar, tanto do ponto de vista de programação quanto de gestão. Vale ressaltar que, pela primeira vez, uma gestão na UFPE tem um orçamento específico para o Núcleo TV e

Rádio Universitárias, nunca jamais existente. Mostra a prioridade que tem a comunicação e a informação dentro da UFPE.

Foi por esta razão que, a partir de 2012, os profissionais do Núcleo TV e Rádios Universitárias conseguiram implantar um movimento de restauração do debate sobre a comunicação pública e convencer a administração central a instalar um processo de reconstrução de planejamento estratégico no Núcleo TV e Rádios Universitárias. Entre agosto e setembro deste ano, 2012, a construção do planejamento estratégico do Núcleo vai definir questões urgentes, como o quadro de pessoal, a transição para o sistema digital, o reequipamento das emissoras, os modelos de financiamento de gestão. No final do processo, será definido um gestor capaz de dar sequência ao esforço coletivo de definir novas estratégias do Núcleo TV e Rádio Universitárias.

Entre os elementos cruciais do planejamento, como a definição da admissão, de valores, no modelo de gestão, os objetivos de curto, médio e longos prazos, está a garantia institucional, por parte da UFPE, e os desejos dos profissionais do Núcleo TV e Rádio Universitárias de reafirmar o conceito e prática da comunicação pública. Neste momento de mudanças, o Núcleo TV e Rádio Universitárias da UFPE cuida de retomar e aprofundar negociações com a EBC, com quem tem acordos formais celebrados desde 2009. Cabe reafirmar, ainda, que o papel do Núcleo TV e Rádio Universitárias e da UFPE não pode ser secundarizado, e isso precisa do reconhecimento do pioneirismo e da capacidade do núcleo, na construção do conceito implantação de comunicação pública.

Nesse sentido, o Núcleo TV e Rádio Universitárias e a UFPE esperam poder construir e contribuir como protagonista da consolidação da tevê pública em Pernambuco e no Brasil, e o nosso desejo é que, junto com a TV Pernambuco, sejam fortes parceiros nesse projeto de comunicação efetiva pública.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [01:24:37]: As três últimas pessoas inscritas nesse bloco são o Sr. Jorge Reis, o Sr. Marcus Silvestre e o Sr. Ricardo Wanderlei(F), e a gente vai pedir para quem quiser ainda participar do segundo e último bloco de manifestações que, até o final dessas três falas, entreguem sua ficha manifestando esse interesse, tá?

Então, Sr. Jorge Reis está? Tá. Então, passar para o Sr. Marcus Silvestre. Sr. Marcus Silvestre? Opa.

SR. MARCUS SILVESTRE: Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, parabenizar, né, pela realização dessa audiência, por essa iniciativa a todos da EBC, notadamente ao Conselho Curador e à Ouvidoria. Ressaltar algumas questões que já foram colocadas aqui, por pessoas antes de mim, principalmente no que diz respeito à produção

regional, mas não apenas à produção regional do ponto de vista de um bloco, de uma região, de uma cultura que é rica, como já foi muito bem colocado aqui, mas principalmente por setores da sociedade que não têm voz, que não têm vez e que não aparecem na comunicação brasileira, não é? Ou, quando aparecem, não são colocadas questões relevantes do ponto de vista do questionamento, da estrutura e da história econômica, social e política excludente desse país. Temos exemplo de novelas que mostram determinados personagens da nossa economia, não é, mas de forma que não põem o debate.

E eu, particularmente, por ser um jornalista que trabalhei 14 anos na TV Universitária da UFPE e por, hoje, estar assessorando a pró-reitoria de Extensão da UFPE, também tenho a minha vida de militante de movimentos sociais. Eu participo da coordenação do Grito dos Excluídos de Recife e da Rede de Articuladores Nacionais do Grito, e a gente vê o quanto essas questões da sociedade brasileira não são colocadas. Então, esperamos que a EBC e todo o sistema público brasileiro de televisão, de comunicação, possam alargar as parcerias com as instituições da sociedade brasileira... Não apenas os produtores de comunicação, mas a sociedade brasileira em toda a sua riqueza, para que essas questões venham a ser colocadas. Temos exemplos de outros países, como vou citar, aqui, a Venezuela, em que o governo nacional tomou para si a questão de colocar o povo na tevê, de financiar entidades populares, não é, da sociedade civil organizada, para que eles se vissem. Então, esse se ver brasileiro na tevê brasileira, com toda a sua diversidade, principalmente... a população negra, afrodescendente e indígena, as mulheres, toda a diversidade cultural brasileira. Eu gostaria, também, de ressaltar que, hoje... Décio falou aqui sobre a história da TV Universitária, que é importante ressaltar a primeira TV Universitária do Brasil, num contexto que nasceu difícil, que foi começo de 1968, mas, mesmo assim, com toda a dificuldade da situação política ditatorial do Brasil, nós, ao longo da história, construímos momentos importantes de expressão dessa cultura local.

E aí a universidade eu acho que tem um papel muito importante. Eu acho que, hoje, a gente vê uma valorização maior da educação como um todo para o país, mas esse gigante adormecido, que é o povo brasileiro, podemos assim dizer, ainda não usufrui de toda a produção científica à pesquisa, que é feita dentro da universidade, principalmente no nosso campo da comunicação, e que não há uma articulação... Essa produção, essa produção teórica, questionadora, essa produção experimental para todas as mídias e essa produção... Essa produção científica, ela não consegue se articular com...

SR. ANTONIO: Um minuto.

SR. MARCUS SILVESTRE: Com os poucos meios de comunicação que a gente tem. É o caso, aqui, da nossa universidade, que, após tantos anos, pela primeira vez, é que temos um diálogo efetivo entre os

produtores da TVU e aqueles que fazem a TVU, que sempre... Levantando essas questões, e para que haja um diálogo com a gestão da universidade. Mas é mais importante, também, que esse diálogo se dê com a sociedade pernambucana. Eu gostaria de saber como é que a EBC visualiza esse diálogo com as tevês comunitárias, com as tevês web, com a juventude, com os movimentos sociais no nosso estado de Pernambuco. Muito obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [01:30:11]: Muito obrigado.

SR. MARCUS SILVESTRE: Eu gostaria só de terminar com o slogan do nosso Grito dos Excluídos 2012, que é: "Queremos o Estado a serviço da nação, que garanta direitos a toda a população".

Muito obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [01:30:28]: Obrigado.

Sr. Ricardo Wanderlei(F) estava inscrito para se manifestar. Sr. Ricardo Wanderlei(F)? Então, eu vou passar a palavra para o presidente da Mesa.

SR. JOÃO JORGE: Bem, quero passar, também, a palavra rapidamente para os membros da Mesa, para as suas considerações e para que, depois, possamos voltar a receber as contribuições. Quero destacar, também, a importância de um homem de Pernambuco, um homem de comunicação, que contribuiu enormemente para esse país, nesse campo. Um homem nascido aqui, mas que atuou de forma nacional na poesia e na comunicação, que é Solano Trindade, a quem eu quero dedicar essa Audiência hoje, tá?

[palmas]

Então, a palavra é para a Regina...

SRA. REGINA LIMA: Eu, na verdade, até sugeriria que o nosso presidente, o Nelson Breve... Até... Como são considerações que elas são muito mais de ordem, não só administrativa, mas de programação, e a Ouvidoria, embora para pegar o gancho que o Eduardo falou, ela é uma Ouvidoria, mas ela também pode ser uma 'Faladoria', se for o caso, mas eu acho que ele tem muito mais condições de responder a vocês as questões que foram levantadas. Eu só queria dizer que a Ouvidoria tem um espaço lá aberto para quem quiser se manifestar, através tanto do e-mail, que é: ouvidoria@ebc.com.br, assim como vocês podem acessar e, além de conhecer todo o trabalho que a empresa faz, também o trabalho que a Ouvidoria... As ações que a Ouvidoria desenvolve, acessando o novo portal, já, nosso, lá da EBC. Clicando lá em Ouvidoria, vocês vão ter acesso aos relatórios, aos programas, às ações, que, para a gente, é muito importante esse *feedback*, esse retorno de vocês.

Então, estamos abertos. A Ouvidoria está lá para isso, não só para ouvir também, e para estabelecer cada vez mais... Estreitar esses laços. Aí eu acho que o presidente pode responder algumas questões que foram levantadas aqui.

SR. NELSON BREVE: Bom, gente, eu vou falar aqui que nem uma metralhadora, que é muita coisa. Mas, se eu fosse resumir em dez segundos, aqui, tudo isso aqui, eu diria assim: por que não faz tudo isso aqui? Porque falta dinheiro. Então, é o seguinte: essa é a primeira... O primeiro ponto. E falta dinheiro por quê? Porque foi criada uma contribuição para a EBC, não é, oriunda dos recursos do Fistel, equivalente a 5%, 75% de 5%... Tem 25% que é para toda a comunicação pública, que está em disputa, não está regulamentado ainda; portanto, pode ser recursos, também, para a tevê de Pernambuco ou para as tevês universitárias e outras mais, que é a contribuição de fomento à comunicação pública, que o setor de telecomunicações no Brasil está brigando em juízo para não pagar, para não pagar para nós, porque, para a Ancine, para financiar o audiovisual, eles concordaram. Concordaram porque negociaram na base da lei da tevê paga, que foi um grande benefício para o setor, que conseguiu institucionalizar a questão das empresas multinacionais, atuando na radiodifusão do Brasil, por intermédio da tevê paga, e, para que houvesse o conteúdo nacional assegurado, um financiamento. A da Ancine, eles recolheram mais de 800 milhões esse ano. A nossa é 350. Está na Caixa Econômica Federal. Tem R\$ 1.25 bilhão depositados na Caixa Econômica Federal, 75% disso é para a EBC.

E a questão é a seguinte... Eu vou começar respondendo que, assim, o ano passado, a gente queria fazer a Série C... Para quem perguntou de esportes. O dinheiro já estava reservado. Houve o corte de R\$ 73 milhões; cancelamos a Série C. Esse ano, estamos negociando Série C e D, ainda. Não terminamos de negociar. Nós não conseguimos fazer desde o início da temporada, até porque esse negócio de campeonato, que entra na Justiça, e a gente não sabe quando começa e quando termina, também não serve para a grade da televisão. A gente tem que saber quando é que começa e quando é que termina o campeonato para a gente fazer uma programação decente. Então, o que acontece? Não temos o dinheiro. E estamos negociando para ver se a gente faz os jogos dos finais esse ano. Para o ano que vem, é R\$ 12 milhões, R\$ 12 milhões. É metade dos 25, aqui. Certo? O de graça para a EBC é R\$ 12 milhões, para transmitir toda a Série C do ano que vem. Ou seja, mais a operação, que tem mais um custo operacional envolvido.

Então, assim, é dinheiro. Nós queremos fazer programação infantil. Queremos fazer programação infantil. Primeira coisa, o Rogério sabe, a primeira cobrança que eu fiz: "Eu quero um programa infantil nacional, de referência mundial". Não é nacional; é mundial. Foi lá, ele encomendou, conversou com o pessoal que produziu o Castelo Rá-Tim-Bum, que está

desenvolvendo um projeto para a gente, a gente aprovou em Diretoria, mas a coisa é a seguinte: o recurso é enorme para um programa de 13 minutos... 26 de 13. Então, é uma coisa, assim... Tudo é muito dinheiro. Queremos fazer regional, sim. Hoje, a gente tem programa infantil de Minas, temos do Pará, aqueles antigos que estão repetindo aí, que a gente sabe. Por que é que repete? Falta dinheiro para produzir. Custa dinheiro produzir. As séries que foram mencionadas do ano passado, quem pagou foi o Ministério da Cultura. Por que a gente não fez mais? Porque o Ministério da Cultura não conseguiu botar novos. Eles estão querendo fazer um agora. E meio a toque de caixa, que tem a ver inclusive com questões que vocês colocaram: de gênero, étnica etc., não é, das questões... é... das chamadas minorias, que eu chamo dos segmentos não hegemônicos. Então, é isso que eu... Eles estão querendo fazer meio toque de caixa. Eu tenho, semana que vem, eu acho, ou segunda-feira, eu tenho reunião com a ministra da Cultura para tentar a gente encaminhar algo nessa linha.

Queremos, sim, regionalizar a produção e queremos brigar por esse dinheiro da Condecine, esses R\$ 820 milhões, para a comunicação pública. Porque, além da nossa contribuição, lá, que aquela lá é para o fomento da comunicação pública, tem essa outra, que vai para a tevê paga aí, que está indo para financiar conteúdo, e, assim... Eu acho que vai ser muito difícil, sem a participação da comunicação pública, gastar esse dinheiro todo. Ele vai fazer o quê? Ele vai para o *superavit* primário, lá, do Ministério da Fazenda. É isso que vai acabar acontecendo. Esse ano já está indo 400 dos 800, que eles só estão liberando só 400. E eu não sei se a Ancine consegue gastar 400 esse ano, com todos os editais que eles estão fazendo lá, que são processos complicados, porque é um dinheiro que ele pode ser um dinheiro a fundo perdido. Pode até ser, mas ele não é a fundo perdido. É um empréstimo lá para toda... Desculpe.

Então... Bom, deixa... Então, essa questão da repetição a gente tem noção disso. Queremos renovar... A área de Programação sabe dos problemas todos que vocês estão apontados, são problemas que já foram apontados pelo Conselho Curador, por pesquisas que nós encomendamos, inclusive da questão da programação infantil. A internacionalização... Tem uma questão que é o seguinte: eu... O Rogério sabe, aqui, o nosso diretor de Produção, que eu implico com essa questão da programação infantil também internacionalizada. Eu implico muito, sempre falo isso. Mas ele tem um argumento, também, que é o seguinte: tem conteúdos que estão sendo feitos lá fora que são importantes para a gente trazer, porque trazem valores que são valores universais. Então, se eu estou botando uma pessoa... O problema é eu colocar a pessoa com sotaque nordestino, do Norte, e não botar todas as pessoas com sotaque lá do Rio de Janeiro falando, as crianças conversando. Isso que é... A diversidade que a gente vai encontrar é essa. Agora, queremos trazer não só a questão dos sotaques, mas a questão também dos animais, da nossa fauna, da nossa

flora. É isso que a gente está querendo trazer nesse programa que a gente está encomendando e em outros que a gente pretende fazer.

Qual a grande dificuldade? Grade. Como é que a gente faz com todas essas nossas parcerias? Nós temos 50 parcerias, 50 parcerias, entre públicas, privadas... Todas nossas parcerias. Como é que nós fazemos para colocar tudo isso numa grade nacional? E a gente tem que entender... Nós estamos falando de televisão aberta, gente. E tem uma coisa que eu... A única coisa que eu não concordei, não é, com a fala do Roberto. É o negócio da forma. Está equivocado dizer que não é a forma. Não é totalmente a forma. Às vezes a gente tem que inovar também, temos que estar na frente, temos que estar buscando, fazendo coisas. Mas, se você não faz na forma que a cultura brasileira assimilou da televisão brasileira, assim, nós estamos atendendo a nós mesmos. É a elite falando com a elite. Certo? Eu quero atender o povo.

Eu estive de férias 15 dias, agora. Eu passei Maranhão, Piauí e Ceará. Eu vou contar para vocês. Você andar... Não é só na região urbana, não. Você vai na zona rural. Quando você pega uma casa daquelas de sapê, feita de bambu, barro, coberta com folha de Buriti. Aí, quando você vê que, lá, chegou um poste de luz e que, do lado, tem uma antena parabólica e que, depois daquela casinha de sapê, aquela família resolveu fazer uma casa de tijolo do lado, você entende a revolução que está acontecendo nesse país, e a revolução que está acontecendo nesse país é pelo acesso à comunicação. Ainda que ela não seja da melhor qualidade, a qualidade que a gente quer, mas só o acesso está fazendo essa revolução. As pessoas estão conectadas ao mundo.

Então, a importância do nosso meio de comunicação, de chegar a quem mais precisa... Quem mais precisa de cidadania é quem gosta da televisão que é feita do jeito que ela é feita hoje. Foi acostumada. É um modelo. Quem... Assim, eu gostaria de... Eu não sei se tem algum antropólogo na plateia, mas discutir comunicação pública também do ponto de vista da antropologia, porque a cultura é algo... E a nossa cultura está impregnada pela comunicação. A comunicação e a cultura já são uma coisa só. E você convencer o sujeito que está acostumado a assistir o Faustão, ver a novela das "empreguetes" - certo? - e assistir o Jornal Nacional, a um modelo diferente, que são pessoas entrevistando outras, falando, aprofundando etc., isso daí não dá certo. É nós falando com nós mesmos. E a nossa missão fica prejudicada. E nós estamos gastando recurso público à toa. É muito dinheiro. Precisa de muito dinheiro, mas precisa para quê?

Missão da EBC, agora... Ainda não foi aprovado nas últimas instâncias, mas de um planejamento estratégico, feito ao longo de seis meses, pelos funcionários da EBC, que é: criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas. Mas é para as pessoas que mais precisam ter formação crítica. Então, a gente tem que pensar qual é a forma da gente chegar nessas pessoas. E, para isso, tem muita

coisa. Você tem que fazer pesquisa, você tem que ter resultados de audiência, você tem que trabalhar, você tem... Não é só o conteúdo pura e simplesmente. O conteúdo, ele precisa, sim... Por isso que é importante tudo aquilo que foi mencionado da programação infantil a gente levar...

SR. JOÃO JORGE: Concluindo, Nelson.

SR. NELSON BREVE: Vou só ver se eu não esqueci de nada importante. Ah, só... Só para, assim... Certamente, eu estou esquecendo de coisas importantes. Vamos levar tudo isso daqui por intermédio do próprio Conselho Curador, para a reunião da gente, na Diretoria, o pessoal levantar tudo isso aqui e, depois, a gente mandar inclusive para as pessoas a resposta de cada uma dessas questões. Nós temos respostas para todas essas questões. Mas eu só queria deixar uma mensagem última, aqui.

A gente... Nós... A EBC está ligada circunstancialmente à Secretaria de Comunicação Social, lá no governo federal. Foi a situação política possível. Porque, na democracia, a gente tem que... Assim, não é na Ditadura. Na Ditadura, você... Você tem forte, você tem um coronel que se eleger presidente da República, com a visão de estado, que você vai lá, muda todo o Poder Judiciário, muda todo o Legislativo, a oposição, ela desiste de disputar as eleições; então, você ganha tudo. É fácil. Na disputa democrática do dia a dia, que é o convencimento... Você tem que convencer, e convencer as pessoas, muitas vezes, que é o seguinte: elas estão legitimadas. Não tem ninguém mais legitimado pela sociedade do que o presidente da República, eleito por 60 milhões de votos. Não tem! É importante a gente ter representação, mas essa representação está legitimada para defender os interesses, e tem um Congresso Nacional também legitimado para defender os interesses. É preciso ter outras instâncias de participação? É. É importante ter instâncias de participação social dentro das empresas, para que elas possam acompanhar, fiscalizar, propor, sugerir, dar diretrizes? É. Mas essa legitimação, vamos pensar... Quer dizer, no caso de Pernambuco, no caso do governo federal, temos mais aí dois anos e meio, não é, para a gente tomar novamente uma nova decisão em relação a isso. E as pessoas vão lá, elas defendem uma plataforma política. E é aquilo que elas se propõem a fazer, que é aquilo que elas fazem. Depois não adianta querer cobrar delas algo que elas não propuseram, não disseram, não explicitaram nos seus...

SR. JOÃO JORGE: Concluindo, presidente, por favor.

SR. NELSON BREVE: Desculpa, que eu não deixei a mensagem. Que é o seguinte: é a questão da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Gente, a comunicação pública, ela surge no Brasil, com o rádio, por intermédio de um antropólogo, e ele conseguiu um transmissor, primeiro, não foi por meio do governo; foi por meio da Academia Brasileira de Ciências. Portanto, eu concordo plenamente que a questão da ciência e tecnologia, do trabalho da produção científica, isso tem que ser trazido mais para a discussão. É por isso que, na EBC, nós temos cultura,

educação e... Desculpa, eu ia responder, também, as questões das tevês universitárias. Aí fica para uma outra oportunidade. Cultura, educação e ciência e tecnologia, têm cadeiras permanentes os ministros dessas pastas no nosso Conselho Curador. E nós queremos, junto com esses Ministérios, fazer um grupo executivo que trabalhe a interseção da comunicação com a cultura, com a educação e com a ciência e tecnologia. Porque, hoje, no século XXI, se a gente não pensar que a sociedade é do conhecimento, e o conhecimento se produz com ciência e tecnologia, a gente não estará sintonizado com aquilo que a sociedade precisa de nós, nesse momento.

Obrigado.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Eu queria ver se os demais membros da Mesa querem falar sobre os assuntos relacionados aqui.

SR. MARCELINO GRANJA: Bom, respondendo ao questionamento de como nós vamos aplicar os recursos nesse período de um ano e quatro ou cinco meses, não é? Que é o horizonte combinado com o governo... Vai ser um processo, né? Essa criação aí... Quando eu falo parto aqui, eu falo no sentido positivo. O parto é a coisa mais bonita do mundo. Se a gente cuidar direito do bebê, o bebê vai nascer maravilhoso e lindo, não é?

E esse parto começou, inclusive - eu faço questão de registrar o crédito -, com a própria Luciana, nossa deputada federal, aqui - à época, secretária de Ciência e Tecnologia -, que teve um papel destacado de ser sensibilizada por vocês, pelo movimento, obviamente, não é, [ininteligível] tinha compromisso com isso, e conseguiu, aí, esse passo importante, que foi convencer o governador a assumir essa empreitada de criar uma empresa pública de comunicação. Isso foi em 2009, não é, Luciana? Dois mil e nove.

Agora, nós estamos em que fase? Quais são as tarefas para esse processo? São basicamente três, das quais duas têm que ser praticamente ao mesmo tempo, não é? Uma é o registro do Estatuto, o registro comercial da empresa. A questão central do registro do Estatuto Comercial da empresa é a definição do capital social. E aí nós temos, Roger, que, rapidamente, rapidamente fazer uma avaliação dos ativos, porque os ativos do Detelpe - torres, equipamentos, antenas etc. e tal -, são parte do capital social, porque sociedade anônima de capital fechado é obrigado que a gente deposite em dinheiro o valor, não é? Como nós não vamos ter esses R\$ 25 milhões ou os milhões, porque... Eu estou falando em 25 milhões, é o dinheiro que a gente vai aportar, fora o dinheiro que o patrimônio já vale, que são outros tantos milhões. Então, nós temos aqui... Eu estou vendo o Adriano aqui. Tem que, rapidamente, Adriano, correr para a gente fazer uma avaliação mínima e substancial que possa dizer: "Olha, o patrimônio é esse, e esse é o capital social, então, que constitui a empresa".

Mas, junto com isso, nós temos que imediatamente resolver o problema da Diretoria, porque aí nós temos que ter já equipe aqui, não é, Roger, que vá assumir esse... O acompanhamento para a criança nascer. Então, o segundo elemento é a Diretoria, que tem que vir junto com essa questão de definição no Estatuto do Capital Social, que deva ser principalmente o aporte dos equipamentos, do patrimônio, dos ativos que nós temos hoje.

E uma segunda tarefa, que é essa é que vai... Muito importante, politicamente estratégica, que vai dar o tom de tevê pública, que nós queremos dar, é a constituição do Conselho de Administração, e a incorporação ao seu Conselho da sociedade civil. Então, essa é uma tarefa emergente, emergencial, que vai demorar alguns meses, porque, já na minuta do Estatuto proposto, tem um rito de escolha desses membros da sociedade.

Então, são as três tarefas que eu acho que, se cumpridas em um horizonte, aí, no máximo de quatro, cinco meses, nós já podemos, juntamente com o aporte paulatino de recursos, até o final do ano que vem, a gente ter plenamente a televisão funcionando como deva. Quatro ou cinco meses nós já podemos, não é, juntamente com o aporte paulatino de recursos, até o final do ano que vem, a gente ter plenamente a televisão funcionando como deva.

Tem uma tarefa correlata, não precisa citar aqui, a própria lei já autoriza, contratar emergencialmente uma equipe de profissionais etc. e tal.

Por último, duas considerações.

Aqui, Nelson, você sabe... No caso, aqui, de Pernambuco, nós temos duas tevês públicas, não é? Então, não é por falta de tevê pública que a gente... Que a gente vai ficar reclamando, não é? O problema é que não podemos ter duas tevês frágeis, como são as nossas duas tevês, com todo respeito aos companheiros da TV Universitária, que é mais forte do que a nossa, não é, Roger? Dia 30, agora, tem uma audiência com o reitor Anísio Brasileiro, e um dos pontos da pauta com o Anísio vai ser essa: nós temos que ter uma linha de cooperação entre as duas nossas televisões. É um absurdo não termos. Eu já estou aqui fazendo autocrítica, como secretário, transfiro parte da autocrítica para o Roger e para toda a equipe, mas para todo mundo, inclusive para o reitor. Falar: "Anísio, rapaz...". É um dos... Nós temos uma pauta, lá, com o Anísio, com o nosso reitor eleito, mas o assunto é esse. Como é que nós temos duas tevês dessas... A nossa tevê com uma maior cobertura. Quer dizer, o nosso grande capital, não é, Eduardo, é essa cobertura potencial, real e potencial, não é, de sinal, não é, e não temos uma parceria com a TV Universitária. É um assunto que nos cobra uma resposta.

E, por último, vou... Me desculpe, Nelson, me meter um pouco nesse assunto, mas, aí, também, se a gente está aqui na audiência, então

aqui eu estou... Eu tiro aqui o paletó de secretário e posso dizer algumas opiniões arriscadas sobre esse processo de formação da consciência social humanística, se a gente quiser tratar dessa questão como um conceito mais amplo, que envolve muitas coisas, e de valores. No fundo, valores.

Não é mágica, mas, de fato, nós temos que estudar alguns assuntos. Há dez anos... Dez ou doze anos atrás, era praticamente consensuado na sociedade brasileira a respeito, por exemplo, de um tema - modelo de desenvolvimento -, que o Estado devia ser mínimo, que o Estado não tinha valor, não é, que a infraestrutura ia ser resolvida se a gente privatizasse as estatais tudinho, e tal, tal e tal. Vocês se lembram dessa história, não é? Isso era um valor, era um elemento de consciência social impregnado na... Tinha uma maioria social, efetiva, real, na cabeça da sociedade. A disputa política e ideológica sobre esse aspecto era desfavorável às nossas forças, que hoje comandam o governo federal e o governo estadual. E isso mudou, não é verdade?

O Marcio Pochmann chega, inclusive, a dizer o seguinte: no Brasil, hoje, tem um pacto pelo crescimento. E mudou mesmo. Na última campanha eleitoral, na penúltima, o Alckmin teve que ir para aquele debate com o Lula cheio de [ininteligível] nas estatais. Quer dizer, como mudou? Qual foi a mágica que fez mudar e transformar uma minoria numa maioria? Hoje, a maioria da sociedade brasileira entende que o Estado é o indutor da economia, é o indutor da infraestrutura, que o Estado é necessário, não é? Etc., etc. Mas tem um outro, por exemplo aí... Eu participei... Aí eu estou terminando aqui, Mesa. Participei, anteontem e ontem, do Consecti, e lá, por duas vezes, a gente teve duas palestras do ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. Raupp, que é um eminente pesquisador, um dos grandes cientistas desse Brasil, não é? E o Prof. Raupp estava lá numa missão difícil, não é? E, aqui, eu me lembrei pela fala de Breve, que é justificar os cortes, etc. e tal, que o Ministério da Ciência e Tecnologia sofreu. E aí o mantra é isso: nós temos... O dinheiro é esse aqui, e nós temos que fazer o máximo possível com isso aqui, com esse dinheiro. Eu, particularmente, sou daqueles que acham... E faço aqui coro com a posição do Prof. Bresser Pereira, por incrível que pareça. O Prof. Bresser Pereira que, em setembro, foi... Agosto do ano passado, num seminário do Rio de Janeiro, promovido pelas fundações--

SR. JOÃO JORGE: Concluindo, secretário, por favor.

SR. MARCELINO GRANJA: --teóricas dos partidos de esquerda, e disse lá o seguinte: na verdade, as nossas escolas de economia viraram igreja, dogma, para dizer que não tem outra saída para arranjar dinheiro... Quer dizer, não tem como. O dinheiro falta, porque os princípios macroeconômicos que sustentam a nossa política econômica têm que garantir um *superavit* fiscal desse tamanho e daquele outro.

Está aí. Como reverter essa maioria? É um problema puramente de convicção. O governo federal adotou um modelo híbrido, mistura preceitos liberais com preceitos keynesianos. E não resolveu. Isso funcionou bem

até 2008, antes da crise internacional do capitalismo. Quando veio a crise, [ininteligível]. Nós temos que vencer essa batalha. É uma batalha de convicção. Na hora que vencermos essa batalha de convicção, convenceremos a outra de que o Estado é importante, quando diziam que o Estado não valia nada e que não era possível resolver a estrutura brasileira, aí, com certeza, nós, talvez, teremos uma mudança grande na própria atitude do governo, e aquilo que não era feito, aquilo que não era possível, de repente, se torna possível, e o dinheiro aparece para tudo mais, não é?

Era isso.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Deputado Luciano, [ininteligível].

SR. LUCIANO SIQUEIRA: Pegando o fio da meada dessa quase polêmica aí entre o Nelson Breve e o Roberto.

Roberto Sousa(F), se eu bem aprendi, quando das suas observações sobre o assunto, houve... Você sublinhou com muita... [ininteligível] muita importância, a importância que tem à linguagem, falando que nós precisamos fazer chegar informação de qualidade a quem precisa, que é a maioria, atentando para uma linguagem já assimilada pela população.

Em outras palavras, se eu entendi bem, não dá muito para inventar coisas com uma forma que esteja nas nossas mentes, com a melhor das intenções, e que não chega a ser compreendida ou assimilada. Eu acho que essa observação é consistente, mas eu creio que isso não quer dizer reproduzir o que está estabelecido, ou oferecer a mesmice, não é? Fazendo um paralelo com a nossa experiência, aqui, alguns anos atrás, em oito anos na prefeitura do Recife, quando o prefeito era João Paulo e eu era o vice-prefeito, com todas as insuficiências da nossa política cultural, nós fizemos coisas importantes e praticamos gestos que tiveram grande resposta da população. Por exemplo, levar a orquestra sinfônica do Recife ao Marco Zero e levar ao bairro. Uma das maiores emoções que eu tive, em oito anos de governo, foi subir ao palco, contra a vontade, que eu acho que governante não tem que subir ao palco - o palco é o artista, mas foi quase na marra, copiando(F) o nosso prefeito -, de contemplar uma plateia visivelmente formada por pessoas que aparentemente não são detentoras de um nível de escolaridade alta. E a exibição da orquestra sinfônica foi feita para um público cujo silêncio permitia que passasse uma mosca e a gente escutasse. E, após cada peça executada, irrompiam aplausos entusiásticos da plateia. Isso quer dizer o quê? Que, se levar coisa ruim, qualquer pesquisa vai revelar que as pessoas gostam de coisa ruim, mas, se levar coisa boa, não é... Não fosse isso, a arte não seria uma forma do relacionamento humano que toca na sensibilidade, no coração, e aquilo que é de qualidade desperta o que há de melhor na subjetividade do ser humano.

A outra observação que poderia ser feita ao final é de que, quando se depara com carência de recursos, o orçamento é o desenho das prioridades, das decisões políticas tomadas por um governo. Nós governamos o país desde 2001... Desde 2003, com grandes avanços que repercutem positivamente sobre a vida da população. E governamos aqui Pernambuco, faltando dois anos e meio, o governador que obtém mais de 90% de aprovação popular, por razões objetivas, concretas. É merecido. Mas tanto no plano federal como aqui, no plano estadual, nós temos que considerar que avançamos muito pouco nessa matéria que nós estamos discutindo aqui.

SR. NELSON BREVE: Bota pouco nisso.

SR. LUCIANO SIQUEIRA: Muito pouco. Aqui, é verdade que, depois que a deputada Luciana Santos assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia por 11 meses, eu acho. Nove meses. É quando o governador, que é um excelente governador, se sensibilizou e se convenceu de dar importância a esse assunto. Quer dizer, há uma questão política que envolve a todos nós, que, eventualmente, estejamos em postos de mando, mas envolve também a mobilização da sociedade para muito além do que nós representamos aqui nessa sala. Não é? E, na medida em que haja compreensão política... E nós estamos tratando de algo tão importante quanto expandir oportunidade de trabalho, fazer chegar comida na mesa do trabalhador, porque é mesmo. O Marcelino se referiu aqui a essa disputa por concepção, conceitos.

SR. JOÃO JORGE: Concluindo, deputado, por gentileza.

SR. LUCIANO SIQUEIRA: Na definição de rumos para o país, não é? Qual é a mágica que aconteceu? Não acontecerá mágica nenhuma, consistente, que nos ajude - a população brasileira - a adotar um rumo independente, progressista, se a questão da comunicação não tiver um salto de qualidade. Isso, portanto, é uma bandeira de luta política que envolve a todos nós e deve envolver os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, a academia, tudo que existe de organizado, igrejas progressistas na sociedade, senão não haveremos de colocar essa questão na prioridade inclusive de quem governa.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Obrigado.

Rosa, por favor.

Vamos lá, Antonio.

SR. ANTONIO [02:02:00]: Pessoal, a gente vai, agora, para o último bloco, então, das pessoas que se inscreveram hoje e manifestaram o interesse em falar na audiência. A gente tem um número um pouco acima do que as 15 previstas como limite para o bloco, mas, conversando, aqui, com o presidente da Mesa, a gente optou por preservar todas as inscrições, não é, e solicitar que as pessoas que se sentirem contempladas

com as outras falas retirem a sua inscrição se for o caso, e, ao mesmo tempo, que todos, mantendo os cinco minutos de teto, não é, tentem aí chegar nos três, três e meio, que aí a gente sai daqui em um horário razoável para todos, tá?

Então, a primeira pessoa que eu queria convidar para participar: a Sra. Márcia Guimarães Lucas. E, em seguida, a Sra. Mariana Laime(F) da Silva. Márcia Lucas está aí? E Mariana(F) Laime? Tá.

Então, passar para a Alice Chitunda. Alice Chitunda. E, em seguida, o Julien Ineichen.

SR. JOÃO JORGE: Quero citar também a presença do Instituto Delta Zero para o Desenvolvimento da Economia Criativa; a Sra. Tassiana Portella(F); o Sr. Inaldo Salustiano, presidente do Sindicato dos Radialistas; a Sra. Thiara Lustosa, presidente da União do Jovem Socialista; o Sr. Adimirson Medeiros, diretor da CUT.

[interrupção no áudio]

SRA. ALICE CHITUNDA: ...se tem alguma previsão de formação, né? A gente está engatinhando nesse negócio de tevê pública e de discutir, que, para mim, é muito bom, é um privilégio fazer parte disso, mas uma coisa que eu percebo... E aí falo da minha própria experiência. Atualmente, eu faço um programa de tevê. Que é bem complexo esse negócio, não é? E eu nunca tinha feito tevê, assim, mesmo. Então, eu queria saber se a EBC prevê essa coisa de formar esse pessoal que vai... Enfim, que vai estar compondo a grade da tevê e... Da TV Brasil, no caso. E gostaria, também, de aproveitar para saber como é que, atualmente, é feita a escolha dos programas que entram na TV Brasil e também a questão da regionalização. Algumas pessoas já falaram. A gente está muito naquele eixo, ali, Rio/São Paulo/Brasília. Eu acho que teve uma... Há dois anos, houve alguns programas... A minha área é a área de música. Dois anos houve alguns programas regionalizados nessa área. Eu acho que "Som na Rural", Roger, inclusive, apresentando esse programa. Um programa, no Rio, de samba; o choro, em Brasília. Mas, a partir de agora, como é que vocês estão pensando isso?

E aí, pegando só um gancho. Alguém que falou em relação à colaboração entre as tevês públicas daqui, a TV Pernambuco e a TV Universitária, eu concordo plenamente. Eu acho que, no começo do ano, no carnaval, houve uma tentativa dessa colaboração, de a gente transmitir o carnaval... Já que a TV Pernambuco não pega tão bem aqui, na capital, mas pega no resto do estado. Ela ficou, então, responsável por essa transmissão nos outros municípios, que não estão na capital, e a TV Universitária acabou fazendo essa transmissão aqui. Que pena que essa colaboração não continuou no São João e no FIG, que foi tão bacana. Eu, infelizmente, tive que ver com chuveirozinho. Deixa eu ver se está faltando mais alguma coisa.

É, eu acho que é só isso e gostaria de parabenizar essa iniciativa da EBC.

Obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:05:22]: Obrigado, Alice. O Julien e, em seguida, a Isabella de Roldão e, depois, o Maurício Coelho.

SR. JULIEN INEICHEN: Boa tarde. Eu sou também produtor independente, em conjunto com a [ininteligível]. Minha fala é sobre o... Neste modelo que se propôs a desenvolver a EBC e a EPC, o papel dos produtores independentes, para desenvolvimento da grade e do conteúdo. Eu vou focar sobre um ponto que acho que é fundamental. É que a televisão é muito caro. Uma coisa importantíssima, mas tem que se dar conta que [ininteligível] e que tem um custo muito alto. Então, eu estou só querendo colocar uma pergunta em relação ao modelo escolhido, que eu tive a oportunidade de conhecer um pouco melhor com a TV Pernambuco. É um modelo que quer pegar o contrapé do modelo comercial, que é o modelo totalmente público. Temos uma referência da BBC de Londres, que é um exemplo muito bom. Mas eu estou vendo, na verdade, que também esse modelo, no processo da prática diária de levantar uma televisão pública... Eu estou falando agora mais ao nível estadual do Pernambuco, que eu conheço um pouco melhor. Isso atrapalha a vida própria da televisão. Temos aqui exemplo na TVPE de alguns programas de esportes, por exemplo, que sobreviviam de propaganda. E, de repente, chega a ideia, muito válida, que a propaganda pode ter vícios. Tem um efeito muito ruim sobre o público. Mas, do mesmo lado, eu acho que esta visão é legítima, mas tem que ser... Tem que ter uma visão crítica em relação a isso. Porque podemos ver também, pegando outros exemplos de televisão pública na Europa, que fosse na Alemanha e na França, ou na Suíça, que eu conheço particularmente bem, é que pode se jogar uma televisão pública de alta qualidade, com uma participação também das empresas privadas.

Eu vou concluir a minha palavra, porque eu estou muito feliz, hoje, de poder participar e ouvir que o governador decidiu investir, depois de dois anos de luta das pessoas da TVPE, de toda a comunidade aqui em Pernambuco, para tentar viabilizar isso. Mas, na minha opinião, isso também é a ilustração do que pode ser uma televisão pública que está, querendo ou não, dependente de um dinheiro que vem do governo. Então, o que eu quero colocar aqui é bem simples: é não ter... Não cair na outra direção de uma televisão pública que depende unicamente de uma única fonte de renda. Então, eu estou querendo saber em que... No caso da EBC, se esta problemática é também levantada e por que não se pegar o exemplo de outras televisões, que também sabem lidar com recursos privados.

Eu vou finalizar com o exemplo da França. Eu não sei se vocês ficaram sabendo, mas Sarkozy, logo quando ele entrou, o presidente da França, Sarkozy, quis cortar uma faixa das propagandas privadas nas televisões públicas. E, querendo ou não, a televisão pública francesa é de alta qualidade, e as próprias peças que trabalham nesta televisão lutaram com isso. Porque, quando você corta uma faixa do orçamento, você corta também um [ininteligível] e uma possibilidade de produzir conteúdo de qualidade.

Eu vou fechar com isso. Eu agradeço. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:09:41]: Agora, a Isabella de Roldão e o Maurício Coelho.

Então, eu vou passar para os seguintes aqui. O próximo, agora, é o Miguel Walter Costa; depois, a Beth Amorim, se eu não me engano, e, depois, o Ivan Moraes Filho.

SR. MIGUEL WALTER COSTA: Boa tarde à Mesa; boa tarde aos companheiros e companheiras. Eu represento aqui a Fitert, que é a Federação dos Radialistas do Brasil. Radialistas são os trabalhadores de rádio e televisão. Eu também faço parte do Sindicato dos Radialistas do estado do Rio de Janeiro.

A preocupação nossa, com relação à questão que é estratégica, é a questão da programação nacional, principalmente a programação nacional, e, também, a programação regional, porque a gente não pode pensar em um modelo de rede que reproduza o que já existe aí. A gente tem que ter garantido a questão da regionalização por uma questão dos próprios trabalhadores. Nós, trabalhadores. Que isso é defender o mercado de trabalho. E, nesse momento, em que existe uma crise, eu acho que a questão tem que ser de curto prazo. É uma questão de investir na regionalização da programação, ter programa regional, que realmente retrate, mostre a cara do Brasil na televisão e no rádio, e inclusive fazer uma crítica com relação a um programa específico. Que a Rosa estava aqui, falando sobre a programação, eu me lembrei o nome do programa, que chama Karkú, que é um programa chileno que fala sobre adolescentes, que não tem nada a ver com o Brasil. A gente precisa de programas que falem da realidade brasileira. E nós temos... Eu estou... Na realidade, eu já estou... Desde 1976, que era a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, que deu origem, agora, a partir de 2007, na EBC. Então, eu me lembro que, lá, naquele período lá, a gente tinha programas sobre adolescentes, que chamava até "Márcia e seus problemas", que retratava a realidade dos adolescentes brasileiros. E a questão, também, que, na época, nós tínhamos até novelas na programação, tínhamos o que chamava telenovelas, mas educativas, que era no caso "O João da Silva" e, também, a novela chamada "Conquista", que foram programas premiados no exterior. E temos também outros programas premiados,

também, na época, que faz parte até do acervo da própria EBC, que faz parte até... Chamado o "Patati Patatá". Quer dizer, nós temos condições, temos profissionais qualificados, no Brasil, para fazer uma programação nacional.

E ele falou com relação ao dinheiro, mas... Ele falou 350 milhões, o Nelson Breve, se eu não me engano. Trezentos e cinquenta milhões, se a gente for pensar, é o orçamento da terceira rede do Brasil, que é a Bandeirantes. A Bandeirantes usa 350 milhões, em torno, para gastar... fazer programação. Então, eu acho que a gente pode buscar mais recursos, porque existe esse recurso do Fistel, que está sendo dado aí para a produção de filmes, e 350 milhões não é pouco. Existe condição da gente fazer... Que eu me lembro, na outra gestão, na gestão anterior da EBC, foram devolvidos 50 milhões. Desses 350, foram só utilizados 300. Cinquenta milhões foram devolvidos. Quer dizer, tinha a chance de fazer muito mais. Espero que essa nova gestão utilize todo o recurso, mas objetivando, principalmente, uma programação nacional e respeitando também a questão da cara do Brasil, que é a programação regional.

Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:13:20]: Obrigado. A Beth Amorim, agora, por favor.

SRA. BETH AMORIM: Bom, eu penso que ainda aí é bom dia, né, no meu relógio que está adiantado. Bom dia a todas. Eu sou Beth Amorim, educadora de uma ONG feminista, que integra o Fopecom e o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Eu estou, assim, em estado de êxtase de ver Pernambuco, Recife especificamente, estar recebendo uma Audiência Pública, e, de uma maneira especial, pela presença da minha companheira e minha mestra, a Ana Veloso. A Ana é a responsável por várias ousadias na minha vida, inclusive de ter a coragem de, há dois anos atrás, chegar numa direção de uma rádio comunitária e exigir um espaço para que o movimento feminista tivesse um espaço lá para falar das suas pautas, das suas necessidades. Mas, aí, por questões [ininteligível], não foi possível continuar o programa, mas a gente está pensando em retornar.

E, na fala do secretário sobre a questão do aborto, secretário, eu torço muito para que... Do aborto não; do parto.

[risos]

Do parto. Não, mas pode ser que até... Não, mas pode ser até que, no decorrer dessa discussão, seja necessário algum aborto, sim. Pode ser, sim. Mas aí, do parto, olhe, secretário, eu torço para que esse parto da Empresa Pernambuco de Comunicação, que eu ainda quero chamar pernambucana [risos], mas a Pernambuco, seja um parto totalmente

diferente do parto que nós, mulheres, nos deparamos aqui, no estado de Pernambuco.

E a fala de Luciano... Roberto, parabéns, viu, pela sua fala. Adorei. E Luciano, quando ele estava falando aí, eu estava me reportando ao meu município de Paulista, de que, todas as vezes que é preciso a gente questionar o prefeito, quando ele pega recurso público e leva às chamadas bandas "Calcinhas Pretas", "Vermelha", "Azul", "Saia Furada", "Rasgada", para cantar lá no São João, carnaval, agredindo tudo o que se imagina dos direitos humanos de nós, mulheres, e outros segmentos da sociedade, ele simplesmente responde que... Aí a gente nem comenta. Mas ele diz: "Ah, mas o povo gosta". Que é que o povo gosta? Se, quando se leva um Maciel Mello, que - aí quem não é de Pernambuco - é um forrozeiro que defende mesmo a cultura nordestina... E aí eu estou dando um exemplo porque eu sou fã dele, mas tem outras... Tem... Quando se leva Lenine, quando se leva outras pessoas, as pessoas vibram, param para ouvir, aplaudem na hora que é para aplaudir. E uma coisa que nos revolta mais é quando a gente vê, lá no palco principal, uma placa bem grande do... da Secretaria de Cultura, da Fundarpe, lá, patrocinando aquele evento.

E com relação à programação das tevês públicas, dos meios de comunicações público, uma coisa que nos preocupa muito, especificamente o movimento feminista, é a questão da violação da laicidade do estado. E aí, quando a gente fala dessa laicidade do estado, claro que a gente não fala das exclusões, mas a gente fala da inclusão e da questão do tempo que é disponibilizado para esses programas religiosos. Aí, passa-se pela igreja católica, as evangélicas, pentecostais e tudo. E como esses próprios programas violam os nossos direitos, quando eles não abrem espaço para discutir a questão da legalização do aborto, a questão das drogas, e quando abre... Como é o discurso, como é um programa tendencioso e violador dos direitos da gente, não é?

Eu penso que é muito importante a gente fazer essa discussão. E aí um alerta que ficou aqui, para a gente... A gente sabe que aqui está um público específico, de mais informações de como a gente articular isso. Ana, em outros momentos, fez no Fórum de Mulheres, de a gente levar essa discussão para as nossas comunidades, porque eu sei, vocês sabem, que, assim como a educação, a saúde, a comunicação é um direito e tem que ser garantido pelo estado. Mas aí a minha companheira lá da minha comunidade, será que tem essa informação? Até onde ela tem essa informação?

[palmas]

SR. ANTONIO [02:18:34]: Muito obrigado, Beth. Agora é o Ivan.

SR. IVAN MORAES FILHO: Boa tarde já, não é?

[risos]

Só vale depois que almoça.

Então, Beth, querendo só lembrar a você que, nesse caso específico, fecundou, vai ter que parir. Não tem aborto, não.

Esse é o único caso em que a gente não vai permitir, nem de longe, o direito ao aborto. A Empresa Pernambuco de Comunicação vai ter que ser parida. Estou muito contente, hoje. Dizer que essa audiência é tão importante que eu vim mesmo doente e botei camisa de botão. Quer dizer, estou dando valor, né?

[risos]

Agradecer a Jorge, quando citou um pernambucano, lembrando Solano Trindade. Eu fiquei todo me tremendo, porque, na área de comunicação, quando você fala: "Um pernambucano da comunicação", eu digo: "Pelo amor de Deus". Porque tem muita gente boa, mas tem muito cabra safado também, que ganhou muita notoriedade usando o nome de Pernambuco. Um é Assis Chateaubriand, que uma das coisas que ele fez foi dizer que quem quer ter direito à opinião tem que comprar o seu próprio jornal. E, quando a gente luta por uma comunicação pública, a gente está lutando pelo direito de ter a opinião sem precisar comprar o próprio jornal. E, independente de todas as definições acadêmicas, eu digo sempre que a mídia pública é aquela onde quem paga, quem manda e quem faz é o coletivo da sociedade e toda a sua diversidade.

Tendo isso como princípio, a gente pode dizer que nós não temos, no Brasil, nenhuma tevê ou rádio realmente pública. Nós estamos caminhando para isso. Nós estamos caminhando para que tenhamos tevês e rádios públicas e para que tenhamos, algum dia, uma rede de tevês e rádios públicas, uma rede pública nacional.

Para a gente ter uma rede pública nacional, é fundamental que a gente tenha cada buraquinho, cada quadradinho da rede, muito forte. Não adianta você ter uma rede com alguns quadradinhos fortes e outros fracos, porque aqueles fracos vão furar, e os peixinhos vão passar, e ninguém come. Ninguém tem o direito a ter a sua opinião. A rede tem que estar toda forte. Para a rede estar toda forte, tem que ter o mínimo de unidade, de fortalecimento, também, de cada um dos gominhos. O gominho de Pernambuco, ele está lascado há muito tempo - não é de hoje, não é novidade -, assim como outros gominhos, que precisam ser unificados também. É preciso ter gominhos mais ou menos do mesmo tamanho, mais ou menos com o mesmo material, não é?

Então, quando a gente pensa em criar uma Empresa Pernambuco de Comunicação, a gente está pensando em aproveitar as coisas boas que a TV Brasil tem, em questionar algumas coisas que a TV Brasil e em criar um modelo que possa ser multiplicado para outros estados. Eu imagino a dificuldade que é lidar com 50 emissoras diferentes, sendo que uma é uma Oscip, outra é do governo, uma é fundação pública, outra é uma fundação privada. Então, é preciso que haja alguma unidade nisso.

E o papel articulador que a EBC tem nesse campo tem que ser muito forte. A gente gostaria muito que a Empresa Pernambuco de Comunicação fosse criada nos moldes daquilo que o relatório do Grupo de Trabalho traçou. O projeto de lei que nós aprovamos já não é do jeito que a gente queria. Na democracia, a gente tem que trabalhar com o convencimento. Nós nos satisfizemos com o projeto de lei. Depois do projeto de lei, tivemos que fazer o Estatuto, que o governo se comprometeu em fazer e não fez. Juntou-se novamente o Grupo de Trabalho para fazer. Fizemos.

Então, Marcelino, eu fico contente, honestamente contente, em novos investimentos, em novas propostas, em... Mas é preciso que a gente consolide essa proposta da empresa e que tire ela do papel, mesmo que seja com pouco dinheiro. É fundamental que a gente diga: "Agora vai criar a empresa". Eu fico quase doente, mais, porque já está há dois anos, e a gente, agora, está lidando com mais quatro, cinco meses. O governo não sabe o que tem de equipamento? Quantos meses nós precisamos para saber quantos transmissores, onde é que eles estão, quanto é que... Não é tanta coisa assim, Marcelino. Eu acho que o que falta realmente... Isso é preciso que seja dito, porque estamos com os companheiros da TV Brasil aqui, e não pode ficar essa ilusão de que o governador está convencido, porque ele não está. Nós, que somos da sociedade civil, não estamos convencidos do convencimento do Poder Executivo estadual na comunicação pública. Nós não estamos convencidos. Porque, se isso fosse prioridade de Pernambuco, essa empresa tinha nascido há dois anos. Mentira. Porque teve os primeiros seis meses que foi de discussão, que foi uma discussão riquíssima, em que mais de 400 representações participaram.

Então, depois de seis meses, do segundo mandato do governador, essa empresa já teria sido criada. E eu me culpo também. Eu acho que nós, da sociedade civil, temos uma parcela de responsabilidade muito grande, porque o gestor público, seja ele qual for, ele... Isso no Brasil especificamente. Eu brinco muito com Inamara... Acho que ela está aí, não sei se ela está aí. Ela diz: "E o Poder Público não pode ser protagonista?". Eu digo: "Pode, mas não tem sido". E nós não temos sido protagonistas nisso. Nós não temos demonstrado a nossa capacidade de ir para a rua, ir para os gabinetes e fazer mobilização, para poder o governador dizer: "Eita, rapaz, é inevitável. Eu vou ter que criar essa empresa". E ele não tem criado.

Então, é mais um desabafo e dizer que a gente vai continuar apoiando essa iniciativa até o fim. Isso não é desistência, de maneira alguma; pelo contrário. Isso é um reconhecimento das nossas limitações e dizer que nós, enquanto sociedade civil, precisamos falar mais alto, cada vez mais, para que, um dia, o governador acorde com vontade de criar essa empresa e crie.

Trata-se de um governo bastante eficaz, trata-se de um governo que tenha resultados muito impressionantes na área do desenvolvimento,

trata-se de um governo muito ágil, quando determina quais são suas prioridades. A TV Pernambuco, hoje, não é. Se assim fosse, já teria sido criada a EPC.

Eu queria--

SR. ANTONIO: Um minuto.

SR. IVAN MORAES FILHO: Eu sei que estou encerrando.

Só para dizer ao nosso presidente que nós não disputamos... Eu sei que o recurso é importante, mas nós não estamos disputando com saúde e educação. Nós estamos disputando com comunicação, né? Aqui, no estado de Pernambuco, são 50, 60 milhões, todos os anos, para a comunicação privada. Eu quero disputar é esse recurso. Eu não quero disputar nem a Saúde e nem a Educação. Pelo contrário, eu quero a comunicação pública, porque eu sei que, com isso, vai ter mais dinheiro para a Saúde e mais para a Educação.

SR. ANTONIO: Obrigado, Ivan.

SR. IVAN MORAES FILHO: Me solidarizar ao Conselho, na questão do estado laico. Tevê pública não é lugar para igreja. E dizer, finalmente, a última coisa, que é que a EBC não pode seguir o modelo de cabeça de rede e precisa haver mecanismo de diálogo com a produção local, tanto com as emissoras quanto com os produtores. Eu sei que existem os *pitchings*, eu sei, eu sei que existem os editais, eu sei, mas é preciso fortalecer mais esses mecanismos de comunicação, para que nós saibamos... Tecnicamente, eu tenho um programa, eu quero que ele passe na TV Brasil, o que eu faço? A gente... Os produtores sabem. Envia para um, envia para outro, envia para outro. E não se sabe realmente qual é o caminho natural que cada produção tem que passar para que, um dia, ela possa aparecer na TV Brasil.

Desculpem pelo tempo passado. Eu acho que as coisas que eu tinha para dizer eram muito importantes. Desculpe a arrogância, mas é isso aí.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:25:54]: A Mesa agradece a fala qualificada e o pedido de desculpas.

Vou chamar agora, por favor, o Ubirajara de Carvalho. Em seguida, o Gilberto dos Santos. E, depois, o Rodrigo Aração(F), [ininteligível]. Ubirajara de Carvalho, o Gilberto dos Santos e o Rodrigo Aração(F).

SR. GILBERTO GERALDO DOS SANTOS: Bom dia a todos. Eu sou comunicador social de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco.

Eu gostaria de falar sobre a importância... A gente estava em Garanhuns, não é, e uma das coisas que eu acho que é necessário para que as empresas públicas de comunicação funcionem são a questão da Ouvidoria, que ela tem importância, realmente, certo, e que as curadorias, também, elas tenham representação em todos os âmbitos. Ou

seja, se é uma empresa brasileira de comunicação, que as pessoas que comandem essa empresa não sejam apenas de acordo com o que o presidente da República vai colocar lá, mas que essa representação seja dos estados brasileiros, que todos os estados tenham representação, pelo menos de uma pessoa, para que também avance essa questão da programação, porque aí vai ter uma cobrança para que aconteça, não é?

Da mesma forma, eu peço que, se a gente consiga essa empresa pernambucana de comunicação, ela seja pensada dessa forma, que ela tenha Ouvidoria e que ela tenha pessoas que representem essa empresa em todo o estado, ao invés de... Eu sou de Santa Cruz do Capibaribe, mas eu sei que o pessoal daqui de Recife é muito mais organizado, e a possibilidade das empresas que façam essa empresa de comunicação sejam todas daqui, porque a gente não sabe até que... Muitas vezes a comunicação não chega até a gente. Ou seja, eu sei que... Eu soube que isso aqui estava acontecendo por conta de Garanhuns, que eu fui para lá, não é, botei a mochila nas costas e fui para lá, para a gente falar sobre a TV Pernambuco, não é? Então, eu acho que é necessário isso.

Com relação... Porque eu acho que é fundamental a comunicação com programações regionais. Até eu estava falando com o Roger... Eu faço um trabalho junto com a Cultura Livre nas Feiras pela Fundarpe. A gente tem 50 cidades, com três artistas, geralmente, por apresentação, que dá 150 artistas, e que isso fica à toa. É um dinheiro público investido na cultura que não... Assim, não tem como a gente divulgar, muitas vezes. Então, eu achava que era interessante que a TV Pernambuco tivesse um espaço que houvesse um engajamento e uma parceria maior com as Secretarias, para que possam fomentar a TV Pernambuco. Ou seja, até falei com o Roger a possibilidade de, no Cultura Livre nas Feiras, a gente fazer microprogramas. Ou seja, bota o artista com uma música para passar no intervalo dos programas, não é? Uma forma de a gente divulgar, de fazer com que a cultura realmente chegue até cada um de nós.

Com relação... Que a gente sempre fica, também, muito preocupado com a questão da audiência. Não é? Eu acho que, muito mais importante do que o Ibope, é o que chega na Ouvidoria, está entendendo? É o que chega da informação, porque não necessariamente o que está no Ibope, o que está com grande audiência, pode ter qualidade. A gente vê os programas policiais aí, que tem uma audiência muito grande. Muitas vezes, a pessoa não assiste nem porque gosta; é mais por que choca, não é?

Então, eu acho que é necessário se fazer programação de qualidade. No momento que a gente faz uma programação de qualidade, a gente tem audiência.

A gente viu isso lá em Garanhuns, quando a TV Pernambuco era pico de audiência. Eu estava lá no hotel, e o pessoal chegou, viu que estava passando o Festival de Inverno, que estava do lado deles... Eu

acho que pensavam que era um cabo, não é? [risos] Aí o pessoal: "E aí?". Oxente! Está passando aqui?". Eu disse: "Vá lá no seu quarto, que, lá no canal 13, tem a TV Pernambuco". Lá em Santa Cruz, a gente estava assistindo também. E, também, a gente não pode se resumir ao Festival de Inverno de Garanhuns. A gente tem o de Taquaritinga, está passando o de Triunfo. Tudo isso é necessário ser mostrado, está entendendo? Porque aí a TV Pernambuco vai mostrar que ela realmente é uma tevê do estado de Pernambuco, das pessoas de Pernambuco, entende? Eu acho que é necessário isso.

E, também, uma das questões que eu acho que deve ser proposta é que as...

SR. ANTONIO: Um minuto, Ubirajara.

SR. GILBERTO GERALDO DOS SANTOS: Tranquilo. Gilberto Geraldo.

[risos]

Sem bronca.

[risos]

Uma das coisas que eu acho que é necessário, também, que os editais de audiovisuais, ele tenha junto disso a questão de que os produtos que passem nesses editais, eles possam passar nas tevês públicas, assim como é o Prêmio Rucker Vieira, que está aqui para... Quem for contemplado vai ter que passar na TV Brasil. Eu acho que, por exemplo, o Fundo de Cultura do Audiovisual deveria ter isso, tá entendendo? Se o cara tem... Se o cara faz um filme, e esse filme é com recurso público, que esse filme seja passado na tevê pública, do mesmo jeito que são os da Ancine. Deveria ter isso. Se o filme é patrocinado pela Ancine, então ele deve passar na TV Brasil. Não é na Globo, não. Se tiver sucesso de bilheteria, que geralmente é assim. Porque isso eu acho que é o... Até o próprio produtor eu acho que ele... Os produtores que pensam no cinema como uma coisa pública, que é... Ele pensa nisso. Ele quer um canal... Não só ele quer saber da bilheteria do cinema, mas também ele quer saber desse filme ser passado na tevê pública, também. Eu acho que é necessário que se faça essas uniões. Se o dinheiro é público para o investimento nessas iniciativas, que essas iniciativas tenham esse retorno com o trabalho, com as tevês públicas, que isso seja passado na tevê pública.

SR. ANTONIO: Concluindo, então, Gilberto Geraldo.

SR. GILBERTO GERALDO DOS SANTOS: Eu tinha um bocado de coisa mais, mas, por enquanto, é isso.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:32:42]: Obrigado. O Rodrigo Aragão está aí? Tá.

Então, perdões pelo lapso do nome, aqui, mas a assessoria também não me colocou direitinho quem era. Então, desculpas ao Gilberto.

Agora, eu queria chamar, por favor, o Inaldo Salustiano da Silva; em seguida, o Sr. Pola Ribeiro e, depois, a Maria de Fátima.

SR. INALDO SALUSTIANO DA SILVA: Bom dia a todos que compõem a Mesa; bom dia a todos e a todas, aqui presentes.

Eu estava observando. Na falação da maioria das pessoas que vieram aqui falar, trata-se de nascimento de uma criança. Quando fala-se em nascer uma criança, gente, tem que observar a questão do parto e o cuidado dessa criança. Criança, quando nasce, precisa de certos cuidados, não é? Eu quero trazer isso aqui, porque a TV Pernambuco, ela já foi uma emissora, aqui em Pernambuco, de referência. Tinha as suas produções locais, tinha programas locais, que era de uma alta audiência, de uma audiência muito grande, como tinha o programa do Reginaldo Reis, tinha o "Pernambuco Rural, um programa rural que tinha, muito bom, e vários outros programas. E a TV Pernambuco, ela tinha uma estrutura muito boa, equipamentos... Era muito equipada. E a minha preocupação é que não venha a acontecer novamente com a TV Pernambuco, que tem esse nome, hoje, de menino, que, quando ele nascer, não nasça com deficiência, e que tenha um certo cuidado para não cair, para não quebrar uma perna, não quebrar um braço, e que seja vigiado todos os seus órgãos: braço, perna, cabeça principalmente. Porque a TV Pernambuco, junto com a EBC, essa questão dessa coligação, é preciso ter um certo cuidado, porque, amanhã, ela vai estar na mão de quem? Os governos futuros, qual encaminhamento que vão dar? Porque existe [ininteligível] pessoas. Questões políticas. É preciso estarmos atentos a com quem vai continuar essa televisão.

Mas, quando trata-se, também, de crianças nascer, trata-se também da questão do registro, não é? Eu quero trazer aqui o companheiro da Federação, que falou aqui em relação à programação local, produção local. Isso é muito importante para valorizar os profissionais da região local. Mas é preciso... Eu peço a atenção do companheiro Roger, o diretor da empresa, hoje, da TV Pernambuco, a questão do registro profissional dos radialistas, não é, que seja vista essa questão. Que, para se tomar conta de uma criança, é preciso a pessoa saber... Não só saber conduzir, mas que esteja habilitado para conduzir. Isso para se conduzir um veículo... Às vezes, tem pessoas que conduzem um veículo muito bem, mas não estão habilitados. Quando param numa blitz, ele é interrompido. E eu não quero ter esse desprazer de levar o caso para resolver questões e questões futuras. Eu peço ao nobre Roger que tenha essa atenção em relação aos profissionais, e os que tenham interesse em trabalhar, que procurem se legalizar, porque você vai tomar conta de uma criança. Tem que cuidar da vitamina, dar o alimento na hora certa, que é o seu compromisso que você vai ter, na hora de você chegar, trabalhar, o horário certo de botar o programa, o horário certo de

chegar com a matéria. Isso é a questão do horário certo, de você alimentar essa criança.

Então, precisa estar habilitado, precisa estar bem consciente do que está fazendo, ok? Muito obrigado, e eu agradeço esse encontro aqui.

Eu tive um desprazer... Concluindo. Falta um minuto. Eu tive um desprazer, quando participei do Conselho de Comunicação da Frente Parlamentar de Comunicação com o deputado Ricardo Costa, ali em Caruaru, quando um empresário da comunicação, um dos palestrantes chegou a falar que não era interessante para o governo investir na comunicação. Mas vocês sabem por que é, não é, quando um empresário de comunicação fala isso? Se cada um de vocês começar a analisar em quem é que está a culpa de hoje o pessoal só ouvir o que não quer, só assistir o que não quer, porque a comunicação, hoje, no Brasil, não só em Pernambuco... Em que mãos estão as emissoras de rádio e televisão? Não vou falar, mas vocês pesquisem. Vocês vão saber. E esse é o motivo que nós vivemos uma comunicação deficiente, porque estão em mãos de pessoas que têm interesses próprios e pessoas que não têm só uma concessão... Tem pessoas que tem até cinco, seis concessões. Eu estive, há uma semana, viajando no sertão e encontrei uma concessão em várias... Várias concessões na mão de várias pessoas, assim, pessoas que têm cinco, seis concessões... Outro tem cinco, o outro tem quatro, o outro tem três. É uma coisa séria. Mas fica aqui o meu apelo ao Roger, não é, e futuramente nós vamos conversar em relação a esse assunto. E muito obrigado a todos e a todas.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:37:48]: Obrigado. Agora, o Pola Ribeiro e, depois, a Maria de Fátima Marinho.

SR. POLA RIBEIRO: Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Eu quero saudar a Mesa, o Conselho, a EBC, secretário, deputado, Roger. Dizer que, para falar com cada um de vocês independentemente, para mim, é fácil; para falar aqui, em Pernambuco, já é mais difícil, não é? E, depois de tantas falas, eu vou... Eu não sei. Eu não sei se falo como cidadão, como produtor de audiovisual, como diretor da TV Educativa da Bahia e da Rádio ou como presidente da Abepec. Até na hora de descrever ali, eu fiquei... onde é que eu estava tocando.

Eu vou trazer algumas coisas. Eu vou tentar me pautar pela respiração de Rosa, de Raquel e de Rosely. Eu acho que essa respiração que a gente sentiu aqui, nessa tribuna, eu acho que é a respiração que a gente está precisando... É o tom que a gente está precisando. Todas as pessoas parabenizaram... Eu não vou parabenizar o Conselho por estar fazendo audiência. Não vou parabenizar porque está cumprindo a lei. Eu acho que a gente está num momento da democracia que tem que ir além da lei. Ou seja, a gente tem que fazer a lei. A gente tem que fazer, pela mobilização, pela motivação, pelos hábitos culturais, pela nossa prática,

que as leis se modifiquem, porque as leis estão muito atrasadas no Brasil. O país elege o governante, a gente tem um modelo de governo que tem um rumo direto da Presidência da República... Às vezes a gente vai, [ininteligível], elege presidente da República e o Estado é uma anta para se movimentar. Não tem instrumentos, não tem instrumentos de contratação, não tem instrumentos de validação das coisas, não tem instrumentos de... Não tem.

Então, eu estava aqui extremamente agoniado, querendo falar de 500 coisas... Imaginei, como não está Eduardo, como não está Brandão, como não está Breve, que todos os assuntos que foram colocados aqui são temas da EBC. Todos os assuntos daqui... E, nesse momento, parabenizando a EBC, sim, porque a Abepec, hoje, consegue ter uma relação muito clara, muito franca, com a EBC, que a EBC faz parte da Abepec, mas nem sempre foi assim. Então, hoje, a gente consegue ter uma visão de rede, uma visão de regionalização. Tem questões de... Eu acho que... O meu apelo, a minha provocação, vai ser ao Conselho. Ou seja, por que eu não quero parabenizar? Porque eu quero provocar o Conselho. Eu acho que o Conselho da EBC é uma das nossas principais conquistas. Eu diria que é uma conquista maior do que a própria EBC.

Então, eu acho que cabe ao Conselho... Porque a Nelson já cabe 500 coisas: liberar Fistel, brigar(F) com mil funcionários, milhões de coisas que tem que fazer na operação do dia a dia. Mas eu acho que ao Conselho cabe criar o ambiente político de mobilização e de motivação da discussão de comunicação pública no Brasil. É a nossa principal instância. O Congresso Nacional tem um Conselho, o Senado tem um Conselho de Comunicação, e não reúne com o Senado Federal. Então, não cumpre a lei. Então, eu não vou parabenizar porque o de cá está cumprindo. Eu vou dar pau no outro porque não está reunindo. Mas eu acho que o Conselho, ele tem essa função. Isso é muito barato. Isso que está acontecendo aqui é muito barato. Já me apresentaram três minutos aí. Eu estou roubando. É muito barato.

Aliás, por falar em barato, eu acho que televisão é algo muito barato. Então, toda vez que o presidente fala que é caro, eu já digo... Eu falei, ali no banheiro, para o Eduardo: "Vou ter que dizer que é barato". Eu acho que é a maneira mais barata que o ser humano conseguiu viabilizar uma comunicação desse porte, que se fala com tantas pessoas. Então, é muito barato. A gente tem que começar a mudar um pouco esse discurso, porque o que falta é priorização, o que falta é decisão política.

No caso de Pernambuco, eu estou aqui, mais do que pela EBC, pelos momentos de Pernambuco. É aflitivo... É esperançoso, mas é aflitivo. Ou seja, eu lembro o primeiro momento, quando o Roger chegou com o Eduardo, numa reunião da Abepec, e o oxigênio que foi... Quase um balão de oxigênio, eu diria assim, na reunião da Abepec - ou seja, na tevê pública brasileira reunida com os seus dirigentes -, a presença de Eduardo, com a experiência dele, e de Roger. Mas, nesses dois anos que

eu estou na presidência da Abepec, caminhando para dois anos, eu sinto um sangramento. Cada vez eu sinto um Roger mais sangrado. Então, quando o Igor... O Igor não... O Matos... Ivan. O Ivan eu não vou precisar falar muito, porque ele falou coisas que eu corroboro. Eu acho que falta decisão política mesmo de colocar a cultura e a comunicação no Brasil, no papel que tem para o país.

Então, assim, a Erundina diz, assim, na abertura da Primeira Conferência de Comunicação na Bahia: "Não acredito que vá ter reforma agrária, sem ter uma comunicação pública, no país, democratizada". Então, a democracia, secretário, ela vai... da comunicação, ela vai trazer mais trabalho, ela vai trazer... Foi o deputado quem falou. A questão do prato, da comida, né? Eu acho que a comunicação vai trazer mais comida. E o Matos falou isso aqui: vai trazer mais trabalho, vai trazer mais comida na mesa, vai trazer mais dinheiro para a Educação e mais dinheiro para a Saúde.

Então, eu acho que a questão, ela está precisando ter mais ações dessa, porque a necessidade de ouvir é imensa, e as pessoas têm um prazer imenso e saem daqui com a autoestima lá em cima porque tiveram essa mínima oportunidade de se manifestar nos seus cinco minutos. A ansiedade de Roseli, a de [ininteligível], então, não cabe em cinco minutos. Eles têm necessidade de falar muito mais.

E a Mesa também está tolhida. O presidente falou: "Vou falar como uma metralhadora". Porque eu sei que ele teria, para discorrer sobre cada assunto desses, ações que já são desenvolvidas, em relação a edital, em relação à regionalização, em relação à política de rede, em relação aos conteúdos. Não vai se resolver os conteúdos de uma hora para outra.

O conteúdo infantil, de uma hora para outra, fica toda politicamente... Porque não é assim. Quer dizer, tem um processo cultural em andamento, e esse processo cultural a gente tem que inventar uma tevê pública. A gente tem que inventar uma comunicação pública, inventar legislação com regulamentação disso, inventar uma linguagem para falar, porque a tevê pública foi toda montada numa linguagem elitista mesmo, porque foi produzida, foi concebida nesse sentido. Então, a universidade fica acadêmica; a TV Cultura fica elitista; ou então não consegue falar com as pessoas, fica falando para si mesmo. Para falar com esse Brasil que está querendo falar... A Tânia(F), me parece, falou assim: "A moça, lá do bairro, da comunidade, como é que fala?". Eu estive em uma reunião, na comissão... na comunidade de Salvador.

SR. ANTONIO [02:44:20]: Eu vou te pedir para concluir, por favor.

SR. POLA RIBEIRO: Então, eu vou concluir com esse "cliquezinhos". Numa reunião de bairro em Salvador, onde tinham 30 líderes comunitários, e a gente estava preparando a Conferência de Comunicação, as discussões, e ela falou: "Sr. Paulo, é o seguinte: eu já

vim aqui discutir transporte público, educação, segurança alimentar... Até meio ambiente eu já vim discutir. Agora, televisão? O senhor... O que eu posso falar de televisão? Como é que eu posso contribuir com a questão da televisão, se, lá em casa, quando a televisão quebra, meu marido não sabe onde se senta, a minha filha não sabe onde namora, e eu perco a hora do jantar e a hora de dormir". Ficou todo mundo estatelado assim e disse: "D. Maria, a senhora tem que falar dessa zorra, porque esse negócio está dentro da sua casa, mexe com a sua arquitetura privada, com o seu ambiente mais íntimo, e a senhora não sente nenhuma capacidade de se referir a isso, de se comunicar em relação a isso".

Então, por isso que eu chamo o Conselho, para tomar a liderança desse processo. Que seja um Conselho, não da EBC, mas que seja um Conselho da Rede, que seja um Conselho da Comunicação Pública, que chame a... tenha autoridade para convocar a Abepec, tenha autoridade para convocar a ABTU. Vamos fazer a discussão. Vamos tirar essa discussão toda, porque a tevê comercial, a comunicação comercial, tem todas as respostas. Cabe a gente as perguntas. E, se a gente não tiver tempo para fazer as perguntas... Eu vi, ali, Nelson preocupado: "Eu tenho as respostas para tudo isso". Mas não precisa nem ter, porque elas não estão prontas mesmo; elas estão para serem construídas. E não é pegar o assunto que é governo e jogar na praça ainda, mas, assim, é necessário que a gente discuta para amadurecer essas questões.

Então, eu chamo o Conselho à responsabilidade, Maria da Penha, Ana, certo? Para, realmente, assumir a liderança da discussão e da criação do ambiente de comunicação pública no Brasil.

Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:46:12]: Agora, a Maria de Fátima Marinho; depois, o Gilberto Rios, e a Tila Chitunda. A Tila já falou, né? Ah, desculpa.

SRA. MARIA DE FÁTIMA MARINHO: Bom dia; boa tarde; boa noite. Eu sou Fátima Marinho, comunicadora social e produtora de teatro, música, dança para o público infantil.

Quero parabenizar esse encontro de reflexão sobre a comunicação brasileira. Realmente é uma questão de gestão política, né? Uma gestão que não valoriza os artistas, os comunicadores locais. A comunicação nacional não vai valorizar esse regional. A gente deixa de valorizar o regional para privilegiar os artistas e os comunicadores sudestes etc. e tal. Então, as produtoras das televisões, das rádios, reproduzem exatamente essa valorização.

Então, a minha reivindicação é que a produção da TV Pernambuco e a produção da TV Universitária se unam em valorização aos artistas e produtores locais, e, principalmente, aos formadores infanto-juvenil. A

gente tem que ter um trabalho de educação de direitos e deveres da criança e do adolescente, senão a gente vai contribuir para a violência, através desse estímulo de produção de videogame, de produção de violência, de matar, e matar e matar. E quem mata mais é o ganhador. Então, eu gostaria que a gente unisse essas produtoras, que são muitas e que são ricas, aqui na região de Pernambuco. Pegar os produtores das cidades de Pernambuco, juntamente com a TV Pernambuco e TV Universitária, e a gente produzir programas educativos e culturais.

Obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:48:18]: Gilberto e, depois, o Patrick Torquato.

SR. GILBERTO RIOS: Boa tarde a todos e a todas.

Eu fico feliz porque é a terceira vez... Só respondendo a, anteriormente, uma senhora que esteve aqui, na tribuna, dizer que Pernambuco, sim, é que está de parabéns, porque, esse ano, já teve três eventos muito importantes para o Brasil, em termos de comunicação, que foi o Primeiro Encontro Nacional de Direito à Comunicação, onde o companheiro Ivan coordenou esse trabalho brilhantemente, aqui no estado de Pernambuco, e aonde vai peregrinar pelo Brasil afora, e, depois, o Segundo Fórum de Internet, recentemente, e, agora, estamos com a Audiência Pública. Então, acho que Pernambuco é, sim, que está de parabéns, e aí eu provoço, também, o Pernambuco para a gente começar uma fala muito importante.

Eu falo aqui também... Eu sou o coordenador executivo da Abepec. O nosso presidente da Abepec já falou anteriormente, não vou repetir a fala dele, mas falo também como membro titular da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação com Participação Popular, onde nós temos a Luiza Erundina, a nossa comandante maior.

E aí eu vou, com uma fala... Onde nós fizemos, a Abepec... Recentemente, numa audiência com o ministro Paulo Bernardo, fizemos uma fala contundente, no sentido, Breve, de destravar o Fistel. Nós precisamos destravar urgentemente o Fistel. Eu acho que a sociedade civil precisa se organizar, a gente precisa, realmente, Ivan, ir a campo, provocar isso, entendeu, e entregarmos, dentro desses 30, 60 dias, aí, Cláudio, da ABTU... Eu acho que a tua fala é brilhante. Todas as vezes que você vem à tribuna, você tem que lembrar, sim. A gente não é bombeiro, mas tem que resgatar a memória da construção da EBC, daquele processo, lá atrás, dessas quatro entidades, onde eu participei, também, desse conjunto de ações, naquela ocasião, para a gente... Para a construção da EBC. Nós sabemos o tanto que nós apanhamos naquela ocasião.

Então, assim, a gente precisa urgentemente destravar o Fistel. Precisamos sair; e não adianta a gente ir em audiências públicas e falar, falar, falar e não sair com uma ação concreta. Eu acho que a principal ação, agora é: vamos, sim, destravar o Fistel.

E falamos para o ministro, que ele nos perguntou o que faltava. Falta, sim. Falta, realmente, entendeu, vontade, entendeu, política para que a gente possa, realmente, fazer. Por quê? Porque se a gente destravar o Fistel, nós temos dinheiro para mais de dez operadores de rede. A gente tem recursos para resolver uma série de situações, em termos daquilo que está travado.

Sobre o Fórum, Cláudio, que você fala, a gente reorganizar o 3ª Fórum, a [ininteligível] pensa em não fazer o 3ª Fórum e, sim, um Fórum da Comunicação Pública, entendeu, para a gente aí colocar as rádios públicas, também, como a Arpub, as rádios comunitárias, para que as rádios possam estar, também, discutindo esse processo, dentro desse conjunto.

A Abepec, a partir desse segundo semestre... Eu não vou adiantar nada, porque o nosso presidente, aqui, vai encaminhar isso. A gente vai ter várias ações, um conjunto de ações que passa pela Condecine, passa pelas janelas das exposições, com o canal da cidadania, cultura, educação, os comunitários, não é?

A gente precisa entender, principalmente aqui, em Pernambuco. Imagine, não é? A cidade de Pernambuco vai ter dois canais comunitários; Olinda vai ter um; e Jaboatão e Paulista... Todo aquele conjunto. A gente precisa entender esse conjunto de ações, como é que vai ser.

E, por último, Roger, eu me lembrei de você, ontem... Segunda e terça-feira, despachando com o nosso presidente, em Salvador, não é, lá sobre as questões da Abepec, eu corri o risco, e aí, eu fiz uma cobrança ao nosso presidente. Eu não sei se ele vai puxar a minha orelha, depois. Porque a poluição, Breve, visual, é muito grande; e me incomodou, profundamente, na segunda-feira, em Salvador, assistindo ao João Ubaldo no Roda Viva, entendeu? E ter à esquerda de quem está assistindo, a logomarca do Irdeb, acima, a logomarca da TV Brasil e, abaixo, a TV Cultura HD.

Então, a gente precisa... Eu falei: "Presidente, o senhor me perdoe, eu acho que a gente precisa sentar com a EBC e precisa resolver essa questão, urgentemente, porque a poluição visual é muito grande. E para quem está de fora não vai entender aquilo ali nunca. Quem faz televisão não vai compreender aquilo nunca".

Então, é um apelo que, enquanto cidadão que está assistindo, entendeu? Tá? A gente possa, realmente, equacionar essas questões, entendeu? E aí, o nosso presidente, eu não sei se ele vai puxar a minha orelha, depois. Eu... E aí, como eu sou um artista como ele, como o Roger, entendeu? Tá? A gente parte – não é, Roger? – pelo pressuposto,

nesse momento, da desobediência civil. Depois, a gente aguenta as consequências. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:52:54]: Obrigado, Gilberto. Vou chamar o Patrick Torquato e, em seguida, Margarida Jeronimo e o Adimirson Medeiros.

SR. PATRICK TORQUATO: Bom dia, quase boa tarde. O meu nome é Patrick Torquato, eu represento a Arbup, a Associação das Rádios Públicas do Brasil. Com 15 anos de rádio, eu acho que esse é o microfone mais importante que eu falo. Eu percebi a respiração de muita gente, no começo, uma certa ansiedade, não é? E eu também estou com essa ansiedade. Vocês podem perceber.

Falo um pouco com uma crise de vira-lata, porque eu procuro tevê, aqui, inscrita(F), e não estou vendo. Em todos os discursos, rádio não se fala. É uma pena, porque a Empresa Brasil de Comunicação tem uma tevê e seis ou sete emissoras de rádio. Oito emissoras de rádio, que falam, absolutamente, com muito mais gente do que a TV Brasil. Convenhamos. Isso é uma questão pertinente a ser levada em consideração.

Eu já fui diretor de uma FM, em Sergipe, e, obviamente, muito mais gente ouvia a nossa AM, um pouco de gente ouvia a nossa FM e algumas poucas pessoas, muito menos que isso, assistiam à nossa TV. Proporcionalmente, os investimentos na televisão eram absurdos; na FM, era um pouco menor; e na AM, eu não me recordo de nada, especificamente, de projeto. Então, eu acho que é pertinente pensarmos a comunicação desse jeito, nessa proporcionalidade de alcance. Que, pelo menos, os aportes sejam direcionados para onde, até então, existe uma audiência um pouco maior. Isso é para o começo.

Aproveito, então, aqui, como radialista, como pessoa que trabalha com música e que gosta tanto de rádio, para comentar o que... Como eu enxergo a falta de representatividade do povo brasileiro na programação completa das emissoras que pertencem à EBC. Eu não me sinto contemplado. Eu não fui criado ouvindo rádio, porque rádio não representava a gente. Não representava a minha cara, o meu sotaque do Norte e Nordeste – eu, que já morei por quase todos os estados da região Nordeste, incluindo, aí, o Pará, também.

Eu sinto uma programação fragilizada, que não é representativa, que... Eu não vou falar, aqui, em momento nenhum, que seja careta. Eu acho que é muito mais do que um rapaz, um jovem falando para os senhores grisalhos: “Bem, sua programação é careta”. Não, não é isso. Ela não é representativa. Ela não tem a cara da mulher, ela não tem a cara do negro, ela não tem a cara do povo mestiço do Brasil e da nossa musicalidade, dos nossos sotaques; de todas essas coisas. Eu não me sinto representado. Isso, eu acho que é uma coisa muito pertinente.

Convido, inclusive, para que as rádios Nacional (sic), elas se chamem rádio distrital ou rádio fluminense, e só passem a se chamar Nacional quando, de fato, for nacional; quando, de fato, tiver um conteúdo de Norte a Sul, do Macapá, que tiver programação do Acre, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, e, assim, poderemos ter uma programação, de fato, nacional.

Concluindo: sei que algumas das concessões das emissoras universitárias passam por uma relação com a EBC. Era pertinente a gente poder entender como funciona o nível de relação, de gerência ou de participação nos conteúdos. É muito pertinente que tenhamos universitárias, tanto TV, quanto rádio, que funcionem como laboratório, porque aí faz o sentido de existir uma emissora dentro de uma universidade. Se ela não for laboratório para que os estudantes possam experimentar e que os professores possam provocá-los, nunca vamos mudar os formatos. E aí, eu concordo com a posição do Breve, eu acredito que, se mantemos o formato conseguiremos promover outros conteúdos. Mas não deixemos de pensar novos formatos, tá?

E uma outra questão que proponho uma 'futucadinha': acredito que vivemos um momento de protagonismo internacional, que o Brasil, sim, precisa de ter uma rádio brasileira falando, em vários idiomas do mundo, sobre o Brasil. Provoco aí, a EBC, a pensar em um canal Rádio Brasil Internacional, como a Rádio França Internacional manda conteúdo para a gente, como a Rádio Netherlands(F) manda conteúdo para a gente, para que o Brasil possa falar.

Última coisa, para encerrar: entre o que clama a sociedade, o que escuta o Conselho e é decidido, existe o profissional que aperta o botão e existem as máquinas. É muito comum se pensar nos volumes de investimento para a infraestrutura, mas se a gente não melhorar a qualificação dos profissionais, se a gente não pagar melhor ao profissional, a gente não vai ter nenhuma das mudanças que são colocadas, aqui, porque o cara na vai ter como pensar.

É isso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [02:57:48]: Vou convidar, agora, a Margarida Jeronimo e, em seguida, o Adimirson Medeiros.

SRA. MARGARIDA JERONIMO: Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, com muita alegria.

Eu quero lembrar a você, Beth, que não é uma questão de paulista, que você falou lá. As novinhas também estão cantando, na Cidade do Recife, patrocinada pela Secretaria de Cultura, e João do Morro, também. E cantam mesmo, acabando com as mulheres, principalmente, com as negras, não é? Não tem como resolver isso. É uma situação triste, mas é

verdadeira. A gente passa a desvalorizar... Um ser humano desvalorizar o outro.

A outra coisa é falar da fala do professor Luciano Cerqueira, que propaganda não precisa nos preocupar. Propaganda, a gente faz no dia a dia, de boca em boca. Essa é a venda do produto seguro. O que a gente está querendo é produto de qualidade, uma tevê de qualidade, porque a gente... A TV... A EBC melhorou muito. Na madrugada, eu ficava procurando, todo mundo ficava procurando o que assistir... Só vê crime. Eu vejo programa repetido na TV Brasil. Os programas são bons, o que falta mesmo é o que todo mundo colocou.

Mas eu quero dizer que, em 14 de julho de 2008, no Banco Central, a Anatel esteve presente, votando 'A tevê que você quer ver' só com o pessoal da TV privada. Não tinha ninguém da TV pública presente. Exclusivamente, só os diretores e secretárias das tevês privadas votavam, naquele momento, para a Anatel nacional, dizendo quais os programas que 'você quer ver'. E, de público, estava lá eu, que sou atrevida, que ouvi, de momento, que estava no formato de apagar fogo de bombeiro, porque eu estava na rua. Quando eu vi que ia ter esse evento, saí correndo, cheguei atrasada, mas fui. E uma outra senhora, que ia reclamar do problema do seu telefone.

Mas não estavam lá todos que estão aqui, presentes, interessados na comunicação. Mas todo mundo votou na 'TV que você quer ver'. E aí? Nós estamos assistindo. Ela vale por dez anos, essa votação da 'TV que você quer ver'. Dez anos você vai aguentar isso que está aí. Foi votado. Aquilo que você está vendo na sua televisão não foi jogado lá. Você votou, está bom? Você pagou para isso, votou.

Mas essa é uma reclamação que a gente quer fazer, e que a gente sempre quer afirmar, porque, hoje, a TV privada está fazendo a propaganda, a 'periguete'. Hoje, é 25 de julho, Dia de Luta das Mulheres Negras, nacional e internacional, e a TV privada não faz a fala de que foi isso, do que é isso nas nossas vidas. Mas está fazendo grandes propagandas da 'periguete', como se a mulher fosse um objeto safado, podre, nojento, joga no rio, não é?

E essa propaganda, ela tem influência, porque quando as mulheres de comunicação, artistas fazem propaganda de cerveja, como Juliana e outras, elas aumentam a segurança. É bom que ela paga mais alguém. Se a propaganda fosse tão boa, ela não aumentava a segurança pessoal dela. Então, a gente tem que ver esse conteúdo que a gente quer ver.

Eu quero dizer que a tevê que você dirige tem um grande problema, porque a sua grade não tem horário. Eu quero assistir ao Roda Viva, ela roda de horário. Porra! Desculpem a expressão, perdoem.

[risos]

SRA. MARGARIDA JERONIMO: Desculpem. Ela roda de horário. Eu quero assistir ao Observatório de Imprensa, é outra loucura. Eu não sei nunca mais quando é que está passando, direito, um debate. Porque eu sou apaixonado por direito, e não consigo assistir, porque o seu horário é equivocado. É para a gente não assistir mesmo, entende?

É da mesma coisa que querem fazer com a Voz do Brasil. Mudar a Voz do Brasil para de manhã. Quem é que vai assistir a Voz do Brasil quatro horas da manhã? Responde?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [03:01:33]: De madrugada.

SRA. MARGARIDA JERONIMO: Imagina! Então, a gente tem que brigar, porque o que é público tem que estar na ponta, tem que ser bom e tem que ser melhor. Porque nós estamos voltando ao que era, 20 anos atrás.

Você tem um plano de saúde, hoje, meu amigo? Se prepare para brigar na Justiça, porque você não tem mais atendimento médico, mas querem que o SUS pague.

É isso que eu quero falar. Eu quero dizer que... Para a gente entender isso aqui, a gente tem que entender o orçamento público, minha gente. Orçamento público incomoda. O orçamento público é que define as nossas vidas. E essa grande luta feita, aqui, tem que estar na porta do orçamento público, porque se não tiver orçamento público para a comunicação, nada feito. E a gente quer, também, que o orçamento público, que ele não fique esmolando. Há o orçamento público, mas que o orçamento público chegue para a comunicação com respeito.

O companheiro Eduardo Campos não deixou ser criado o Conselho de Comunicação do Piauí. Então, com esse governo... Eu voto em Eduardo, voto... Penso que vou votar nele muito tempo. Acho que ainda vou continuar fazendo campanha para ele, muito tempo, mas ele tem que repensar nas propostas que ele quer colocar na rua e tem que me perguntar se eu estou incluída nos 90% da pesquisa de aprovação do governo. Se não me perguntou, eu estou fora, não é? Tem que me incluir nesse processo. Noventa por cento. Eu não sou gente? Eu não sou gente?

[palmas]

Oxe! Eu tenho que estar aqui, para responder sim ou não. Mas tem que dizer que as colocações de Ivan foram muito justas e que doem em todas nós.

A passagem... Queremos um jornalismo que fale, que crie raciocínio para as pessoas. Na hora do momento do aumento de passagem se chamou os estudantes de bando de vândalos, de bandidos. Ninguém, nenhum jornal, nesse estado, nesse Brasil, questionou qual é o valor de 2%, quando o Grande Recife diz que tem, na Cidade de Recife, no Grande Recife, 1.250.000 passageiros/dia. Que esses 1.250.000 passageiros/dia deixa nos cofres da Grande Recife R\$ 0,02. Se forem dois ônibus, não é?

Se forem quatro ônibus, R\$ 0,08. Que isso gera dinheiro. E para onde é que vai esse dinheiro? E por que é que não se fala sobre isso?

A imprensa, no debate que a gente foi na UFPE, se fez de muda, se fez de surda. Ninguém fala sobre isso. A gente quer que ensine o povo a raciocinar, que traga o raciocínio. E peço que algum economista bom diga aí, quanto é que vale 1.250.000 passageiros/dia vezes 30 dias, a R\$ 0,02 e a R\$ 0,08, não é?

E a outra coisa que eu quero dizer, quero fechar, que eu sou muito preocupada com as nossas vidas, porque, até 2002, eu não tinha nenhuma preocupação com isso. Mas quando eu cheguei no Fórum de Mulheres de Pernambuco, onde me recebeu, onde eu sou aluna/professora, Ana... Um movimento social que me trouxe à vida, que eu estava morta, por conta de um DNA. Que o Estado não é responsável, o Estado não é cidadão, o Estado não forma cidadão, não é?

Foi lá, no Fórum de Mulheres de Pernambuco, ainda no governo de Jarbas, que a gente conseguiu vencer a etapa. E Eduardo Campos, até hoje, não resolveu a questão do DNA. Eu resolvi a minha, porque o Fórum de Mulheres foi para a rua.

Mas quero dizer que me preocupa demais o estudante de comunicação sair da universidade, estão parecendo um estudante de medicina, deixando dúvida, porque não há garantia de que esse estudante está qualificado, está bem informado e que... Eles não sabem... Muitos dizem assim: "Eu não sei nem o que é uma TV".

Ô, minha gente, vai abrir as portas para as pessoas entenderem. Vamos criar um cronograma de trabalho, vamos valorizar as universidades, vamos criar e pensar que se o estado de Pernambuco é nosso, se a TV é pública, então, têm esses estudantes... O rádio público, também. Esses estudantes e professores têm, sim, que passar ali, para fazer o estágio com os seus alunos.

SR. ADMIRSON MEDEIROS FERRO JÚNIOR: Pelo brilhante trabalho que vem sendo feito pela EBC, pelo Conselho estar cumprindo a legislação, isso é algo que não é tão comum, então, isso merece elogio. Eu acho que a gente espera que, inclusive, já que isso aqui é uma coleta de sugestão... Vou tentar fazer uma intervenção que já coloque essas questões, que a gente saia daqui na perspectiva de ter um seminário que a gente possa dialogar sobre todos os temas que estão colocados, sem ter os cinco minutos na testa da gente, assim, parando as nossas intervenções.

Está acumulado isso. E é um acúmulo de... Não é só de dois anos, não é? É bem mais, é bem anterior a essa discussão. E discussão de comunicação não é só discutir a televisão pública. Os marcos regulatórios, também, para ser debatidos. Como que está sendo o debate, como é que a gente está construindo a legislação, que rede é essa, que a gente não consegue enxergar?

As coisas tudo desarticuladas, de alguma forma. Tem pouca coisa articulada, nessa rede, ainda. Então, a gente precisa de construir um marco, nesse país, que regule a comunicação pública. E eu não vejo ninguém abordar as tecnologias da informação, nesse papel, e como ela está sendo disseminada. Até onde vai ser... vai ser utilizado o canal de televisão como meio de comunicação na sociedade moderna, a sociedade da informação?

Quantos excluídos tecnologicamente não têm nem acesso, ainda, a celular? A celular. O analfabetismo está aí, ainda, para ser superado, nesse país. Então, têm muitas contradições. Miséria ainda existe, perdura. Mas existe um contingente imenso que usa tecnologias, que tem tecnologia e que não se investe no processo de informação que eu ouvi alguns produtores vir, aqui, cobrar. Esses recursos que estão sendo disponíveis são insuficientes, tem que ter muito mais.

A gente tem que começar, inclusive, a despertar nas pessoas... E tem uma frase muito legal para isso: "Esqueceram de dizer para ela que aquilo era impossível, ela foi lá e fez". De pensar em coisas desafiadoras, resgatar a utopia, sair da acomodação que a gente tem. E aí, nós somos responsáveis, também, por estes dois anos.

Não podemos nos eximir. A responsabilidade do governo está aí, de não ter andado? Com certeza. Agora, nós, também, temos a nossa fatia, e vamos tentar corrigir esse processo. Porque, assim, a gente precisa discutir a regulação lá em cima, mas precisa discutir a regulação aqui embaixo e mais abaixo, ainda, lá nos municípios. E como é que isso vai funcionar. Como é que isso vai estar funcionando?

A sociedade civil quer ter assento em espaços que vá formular as políticas, que é coisa de nosso interesse. Debater, e aí o objetivo... Para você ver o objetivo, aqui, de vocês, era discutir conteúdo. Vê o rumo que a conversa tomou. Vê o rumo de coisas que surgiram, aqui, não é? Que estão relacionadas à produção de conteúdo. Imensa. E aí, a gente precisa ter o fortalecimento desses fóruns que ajudaram a construir, que estão ajudando a construir uma nova comunicação, diferenciada. É importante que esses fóruns sejam fortalecidos, os Conselhos, onde for, que a gente consiga ampliar.

Eu acho muito louvável a ação do Conselho, de ampliar para o Norte e Nordeste, estender, não é, para que a gente tenha mais representação, a gente consiga participar, também, dessa discussão. Temos que garantir a questão da liberdade de expressão nesse país. E aí, a gente sabe como isso aí acontece, como a nossa mídia é tendenciosa. Ela tem seus interesses e a gente precisa estar atento. Ter mecanismos que venham a colocar essa liberdade de expressão, sim, para que a maioria da população também tenha condições de expressar-se, não é? De proibir ou de colocar rótulos. Mas a gente ter condições de expressar-se.

E onde que estão os mecanismos criados para isso? Que a gente tem que estar, de forma bem clara, que a comunicação pública tem que vir com essa intenção.

Eu só queria, para finalizar, a CUT, aqui, no estado... E aí para quem é daqui do estado, pode nos procurar, depois, com mais tranquilidade. A gente está desenvolvendo um projeto em parceria com companheiros nossos, da Itália e da Espanha, que a gente está executando em todo o Nordeste. É um projeto que a gente intitulou Escola Móvel. É um ônibus equipado, com tecnologia, que a gente está indo para os interiores fazer... O básico dele é formação política sindical. Formar os dirigentes do nosso sindicato. Mas, ao mesmo tempo, esse ônibus está indo para lá para dialogar com os movimentos sociais, dialogar com os grupos organizados, dialogar com o poder público, mapear os Conselhos de Políticas Públicas, fazer cinema em praça pública, ensinar as pessoas a produzirem conteúdo.

Tem crianças que estão ficando assim: "Eu não sabia que eu podia fazer um filme de um celular". Eu digo: "Bom, está aí". Mostrando que é possível nós, independente de governo, independente de recurso público produzimos o nosso conteúdo.

Eu pergunto: adianta a gente continuar metendo o pau nos canais de comunicação que tem, aqui, que a gente sabe muito bem quem banca e quem constrói as linhas editoriais desses jornais e revistas e de televisão, se nós não temos os nossos conteúdos? Então, precisamos investir pesado na formação da sociedade, na produção desse conteúdo. Então, isso para mim é algo prioritário. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [03:11:23]: Obrigado. Eu vou convidar o Gê Carvalho, que é a última pessoa inscrita, e, depois, o presidente da Mesa vai passar, aqui, para as considerações finais, pessoal.

SR. GÊ CARVALHO: Boa tarde. Eu queria começar, na verdade... Sou Gê Carvalho, estou representando a Federação Pernambucana de Cineclubes e vou trazer um pouco esse olhar do cineclubista a respeito da comunicação, especificamente a tevê.

Antes, eu queria só falar uma frase, e aí quem lembrar quem foi que disse, me ajuda aí. Eu não sei se foi o Gil ou o Tom Zé, que disse: "O povo sabe o que quer, mas o povo também quer o que não sabe". Eu acho que essa frase, ela pode trazer alguma luz na questão do conteúdo. É o conteúdo com qualidade, não é?

A gente... A Fepec tem 70 cineclubes filiados à Federação, espalhados do litoral ao sertão, e o que a gente vê é que existem... Existe público dentro dos cineclubes, e esse público está interessado no conteúdo audiovisual pernambucano e brasileiro. Agora, ele está

interessado, também, que isso seja transmitido ou exibido, no caso dos cineclubes, com qualidade, não é?

Não adianta a gente querer, enfim, produzir algo, ter o esforço da produção, ter os trabalhadores, ali, recebendo, todo esse mecanismo funcionando, mas você vai chegar na transmissão e vai transmitir com o sinal capenga, decadente, com imagem que, na verdade, você... Quer queira ou quer não, a televisão, ela vai estar, via de regra, competindo com essa ditadura estética que o audiovisual vem trabalhando, através da Rede Globo, desse padrão de que eles chamam... Que eles, na verdade, conseguiram padronizar e chamar isso de padrão de qualidade, não é, quanto à iluminação, à textura da imagem, enquadramento, recorte, narrativa.

Então, tudo isso é uma imposição que, há três décadas, há mais de três décadas, o brasileiro, que tem na TV uma referência de mundo, vem abraçando isso. Então, assim, eu acho que é importante que a EBC, e que toda a TV pública, ela trabalhe muito bem pensada essa questão da qualidade da transmissão, não é? E trabalhe, também, consciente da influência que a TV tem na vida das pessoas. Não dá para negar isso. Não tem mais como...

Eu lembro que, cinco anos atrás, mais de cinco anos atrás, quando eu estava na faculdade, e se discutia a respeito de: "Ah, mas será que a TV influencia o hábito de consumo, será que...". Pelo amor de Deus, eu acho que a gente não tem mais... Acho que é trabalhar sabendo que isso é uma verdade, que há, sim, uma influência no modo de andar, nos costumes, no hábito de consumo, que dita regra. Isso acontece, sim.

E a gente, dentro dos cineclubes, a gente transforma isso. A gente tenta, ao máximo, diluir isso através da reflexão, do debate, da troca de ideias e da abertura de mundo de uma janela, através do audiovisual.

Putz! Ligaram, agora...

Eu queria fazer uma menção bastante... Bastante... Isso é onde eu cheguei ou é o que falta, hein?

SR. ANTONIO [03:15:03]: Você chegou a três, faltam dois.

SR. GÊ CARVALHO: Tá. Então, fazer uma... Parabenizar, na verdade, o trabalho da Ouvidoria da EBC. Eu acho que a Audiência Pública é importantíssima, é fundamental, é lei, como bem lembrou Pola, aqui. Mas eu acho que a Ouvidoria é uma espécie de Audiência Pública permanente, não é? É onde a sociedade pode sempre estar em contato e colocando... Eu acho que isso é importante a gente saber, assim, que a gente deve sempre estar assistindo e mandando opiniões e cutucando e fazendo críticas através da Ouvidoria. E que o Conselho esteja de ouvidos e olhos extremamente abertos para a Ouvidoria, para saber.

Porque, como foi lembrado, aqui, a audiência, o Ibope, ele traz números, mas a Ouvidoria, ela traz opinião, ela traz o contexto, ela traz a

ideia, ela traz a insatisfação, ela traz o próprio elogio, também – que eu acho que também é importante que isso seja trabalhado. Então, eu quero parabenizar o trabalho da Ouvidoria, através de Regina Lima, e que o Conselho Curador fique bastante atento a essa questão.

Quero endossar a questão dos editais de produções específicas, que foi falado, aqui. Eu não lembro quem foi que falou. Foi bem no começo aí. Nem tão no começo, porque eu já cheguei um pouco no meio. E fazer... E falar o seguinte, para encerrar: a questão da programação de curtas-metragens, não é, dentro da produção, da programação.

Eu acho que... O Brasil, ele produz, por ano, cem longas-metragens, tá? Então, são cem longas metragens. Assim, eu trabalho com audiovisual, estou imerso nesse universo, mas eu não sei lhe dizer o nome de 20 filmes que foram realizados, no ano passado. Mas foram realizados cem. Então, cadê esses filmes? Esses filmes foram feitos com o dinheiro público. O dinheiro público não é dinheiro de governo, é dinheiro do público. Então, o público já paga para o filme ser feito e, depois, o público é forçado a pagar, novamente, para assistir ao filme que ele já pagou para ser feito, em uma sala de cinema, no *shopping*, de uma multinacional, não é?

Então, eu acho que a TV Brasil, a EBC e as TVs públicas têm o dever mesmo, assim, e o respeito com o cidadão e com o custo público, não é, de viabilizar essas produções, que são realizadas com recurso público, dentro de sua grade de programação.

Isso a gente está falando de cem longas-metragens. Se a gente for trazer para a realidade de curta-metragem, a gente está falando de cinco mil filmes ou até mais. Eu acho que assim... Então, tem coisa para ser transmitida na programação da TV, a gente precisa de qualidade para isso. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO [03:17:54]: Obrigado. Eu encerro os meus trabalhos, aqui, e passo a palavra para o presidente da Mesa.

SR. JOÃO JORGE: Bem, quero lembrar, aqui, a saudação que a presidente do Conselho, Ana Fleck, nos mandou, nos ligando. Assistiu pela tevê e pela internet, está dando um abraço para todos nós e felicitando pelo sucesso dessa audiência.

Eu quero, também, destacar, aqui, a presença de Marcelo Sandes, presidente do Instituto Zumbi dos Palmares de Alagoas, da TV pública, tá?

Essa realização dessa audiência é uma provocação da Ouvidoria, é um exercício do Conselho Curador e da Diretoria da EBC. É uma das iniciativas que, além do cumprimento da lei, tem a ver com esse caminho da democracia da comunicação.

Os sistemas democráticos são muito imperfeitos e se aperfeiçoam a cada dia, a cada minuto. No caso da comunicação, isso é algo novíssimo

no Brasil, novíssimo em muitos estados. Eu sou da Bahia, acompanho o trabalho de Pola Ribeiro, na TVE, na TV pública, TV e rádio. Temos discutido e conversado, dentro da EBC, também, sobre as rádios que o sistema tem. E é preciso, realmente, uma mobilização muito grande.

E eu quero parabenizar os membros do Conselho Curador que estão aqui, a Maria da Penha, a Ana Veloso – que é daqui, de Pernambuco –, pelo esforço que têm feito, a cada reunião, para que tudo isso que foi colocado, aqui, seja realizado. O Strozi, também. Que seja realizável, seja possível.

O melhor exemplo disso é a decisão sobre os programas religiosos. Depois de uma ampla discussão, não é, chegou-se a um modelo em que o fenômeno religioso estará no sistema da EBC, mas, em compensação, será plural, democrático e permitirá a participação de diferentes formas de expressar a fé ou não expressar a fé.

Para concluir, eu quero pedir que a Mesa se manifeste sobre os diversos assuntos que falou-se, aqui, e, depois, a opinião e a participação do Conselho Curador e da Diretoria da EBC, está bom? Vamos começar, então, pelo Roger Renor.

SR. ROGER RENOR: Bom, eu vou tentar ser rápido, pessoal, mas é porque... Antes de ser... Ah, quem sou eu, [ininteligível]? Quer que eu fale por você, eu falo mesmo, mas aguarde as consequências.

[risos]

Está bom...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [03:20:17]: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROGER RENOR: É. Mas como, também, uma pessoa que vem do audiovisual, e essa é a minha função dentro do grupo de trabalho da TV Pernambuco, por isso eu sou... Eu estou diretor, não sou diretor. Eu estou diretor, enquanto grupo de trabalho. A partir da formação da empresa, eu não posso mais ser diretor de uma empresa de comunicação, porque eu volto para o meu *front*, que é a produção do audiovisual e a comunicação.

Mas aí, diante desse parto tão bem colocado, de dois anos, que... Já são mais de dois anos, são dois anos e meio. Sempre contabilizo, certo? E que é um superparto, já está suspeito, já foi para o médico várias vezes, entendeu? Pô!

Eu gosto, também, da história de se preocupar com a educação da criança que vai nascer, que a gente tem que ter muito cuidado com isso, mas a gente... Eu fui... A gente terminou acompanhando isso de perto, e vivendo esses... Os problemas e as soluções. As soluções práticas. E essa... Essa independência da produção, que a gente vê, da produção de conteúdo, que a gente já tem... Porque eu concordo sempre, também, com Pola nisso: televisão é barata. Tanto é que a gente já tem, e está aí,

no YouTube... Não sei quantos programas. Ela só não está dentro da televisão, porque na televisão é uma referência de coisa que vai... que não presta. Então, o que presta, tem muita coisa já produzida... E dentro do YouTube... E produtores arrumando financiamentos e fazendo programas, e sem ter onde exibir.

Esse é o pensamento da... Um dos pensamentos da TV pública. Eu sei que, também, é da EBC. Mas, fundamentalmente, a conclusão que a gente chegou, com a Empresa Pernambuco de Comunicação, de não ser uma produtora de conteúdo, mas, sim, de, necessariamente, ser uma difusora das produções, dos produtores independentes e, para isso, procurar novos editais, procurar parceiros.

E dizer que a gente pode ser... A gente tem se organizado, enquanto TVs públicas do Nordeste, em uma experiência de mostrar a nossa diversidade, dentro da TV Brasil, e, também, com a alternativa de não precisar, necessariamente, de dinheiro para isso. E, sim, de uma atenção e de um departamento específico, para que isso seja sistematizado e colocado no ar, como as nossas... as nossas produções de interprogramas, cobertura de São João, do Carnaval, para que isso seja mostrado com a cara da diversidade que tem o Brasil.

A TV Brasil... A EBC ainda tem uma indefinição do que é jornalismo e o que é conteúdo de programação, tanto é que se eu não mando matéria para o jornalismo, eu não sou considerado um parceiro tanto quanto um que manda matérias de jornalismo. Mas se eu mandar 30 interprogramas, eu não recebo a resposta de nenhum dos 30 e, às vezes, nenhum dos 30 são aproveitados. Mas nem por isso eu deixo de ser um produtor de conteúdo, um parceiro que está colaborando com a produção do audiovisual.

E isso é uma prática, a gente tem feito, experimentado, tem dado certo, mas parece que o formato do Comitê de Rede ainda não chegou em uma prática de logística que seja... que tenha essa agilidade que a gente tem, do próprio planejamento.

Dizer que eu fiquei muito feliz com as duas notícias. Aliás, eu... Sem querer ser traidor, não é? Porque não existe essa expressão, aqui. Já que a gente está usando de parto, não é? Mas falando... Mas eu fiquei até mais feliz com a notícia da TV Universitária, lendo isso, porque eu fico até meio com inveja. Porque quando eu trabalhava na TV Universitária, eu fazia uma ironia que dizia que se a reitoria não se interessava pela TV Universitária, pelo Núcleo de Comunicação, ela teria que terceirizar para a Universidade Católica, que tinha muito dinheiro e podia investir na TV.

E, agora, eu sinto a discussão da comunicação fervilhando com os novos e com os antigos, com a história e com quem quer aprender e com quem está fazendo, com os independentes e com a reitoria representada com a Acegipe(F). E que isso me dá um gás muito grande de ver essa discussão dentro da universidade e dentro da sociedade. Enquanto eu vejo

que eu vou passar mais quatro meses cuidando de burocracia aí, e eu estou doido para começar a brincar, voltar a brincar com a televisão, que é a coisa que a minha colaboração que eu tenho. E a gente vai, apesar dos R\$ 25 milhões, passar mais alguns meses aí, tentando fazer um acerto de contas. E eu sou mesmo bom é em acerto de marcha, acerto de bloco e em produção de programas de televisão.

Então, nisso é a minha preocupação, a preocupação da sociedade, dos parceiros que estão aqui, de acompanhar esse processo, para que a gente não vire o ano fazendo aí, esse encontro de contas. Que a gente possa vencer essa burocracia, para que possa voltar a se falar em comunicação; e que a gente tenha, realmente, essa união aí, deixe de fazer os combinados para fazer os convênios entre a TV Universitária e a TV Pernambuco. E que a gente possa colaborar, de uma forma efetiva mesmo, com a EBC e com a TV Brasil, para que a gente possa mostrar e representar o Nordeste.

Quero, também, falar de Fred Lasmar, que está aqui, é o representante da TV Golfinho, de Fernando de Noronha, que também é muito mal aproveitada, dentro desse nosso sistema, e que é, praticamente, o nosso cartão de visita para programas e para cenário. É o nosso cenário principal.

Muito obrigado a todos que vieram e estamos aí. Obrigado a todo empenho que o Marcelino tem dispensado a essa história do nosso processo, que ele usou muito bem, que é um parto. E a gente vai levar ele até ao fim, porque não vamos correr. Não estou desistindo também, não. Vamos lá. Eu tenho que acompanhar. E a gente vai acompanhar isso e estou à disposição, mas doido para trabalhar com comunicação mesmo.

[palmas]

SR. LUCIANO SIQUEIRA: Eu fui médico, não fui obstetra, entendo pouco de parto, mas entendo muito de fisionomia. E eu acho que vocês estão mais com a fisionomia de feijão do que de discussão.

Eu só encerro, aqui, reafirmando o compromisso de retomar esse tema, aqui, na reabertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, já incorporando a riqueza que foi essa reunião.

[palmas]

SR. MARCELINO GRANJA: Por obrigação de ofício, não é? Mas, também, para deixar algumas provocações, aqui. Eu não deixo de graça, não é, nas oportunidades.

Eu discordo da noção, propriamente, da discussão a respeito de se é prioridade ou não. Eu acho que o assunto é muito mais perigoso, é muito mais embaixo. É que, de fato, TV e rádio, jornal fazem com ciência social. Fazem a cabeça.

Então nós estamos discutindo o elemento mesmo é de disputa pelo poder, não é? Então, a coisa é tão importante, mas é tão importante

mesmo, mesmo para quem não toma medidas rápidas e ágeis para tornar uma TV pública forte, que ele sabe que é importante, não é? Mas as condições políticas gerais da sociedade, aí nós estamos falando da maioria social real, da consciência social real existente na maioria do povo, não é ainda favorável da nossa intenção, aqui. Nós, aqui. Então, significa que, na verdade, nós temos uma luta duríssima, ainda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [03:28:04]: Nós sabemos disso.

SR. MARCELINO GRANJA: Essa que é a questão. Agora, e nós aqui, não é, Luciano? Tem vários companheiros, aqui... Muitos, aqui, são lutadores da luta social há muitas décadas e, especialmente, nós, que somos do PCdoB, do Partido Comunista, que aí uma corrente que tem cento e tantos anos... E aí, acha que vai lutar mais uns 100 ou 200 anos. Então, a gente não se incomoda com esse negócio de luta. É para lutar mesmo.

Então, no fundo, nós temos uma luta duríssima, porque é uma luta pelo poder. É a disputa pelo poder. A TV é tão importante quanto o Banco Central, quanto a presidência do Banco Central. Ou mais, até. Olhe lá se não é mais. E é por isso que tem esse impasse.

Então, a gente tem que, de fato, administrar a nossa ansiedade, a nossa atenção para concentrar mesmo nos elementos de luta que viabilizem as condições políticas e sociais de constituir uma maioria, na sociedade, que possa bancar essa opinião nossa.

Dito isso, a situação nossa da TV, Ivan... Aí, eu faço dois comentários e encerro, presidente. Fazendo, então, só dois comentários sobre a opinião de Ivan, que são muito importantes.

Agora, Ivan, nós estamos aí mesmo é para constituir mesmo a TV. Por quê? Não vai chegar os R\$ 25 milhões de uma vez só. Mesmo que chegasse, a gente não tinha como fazer. Porque nós temos que, agora, abrir a discussão, imediata, com o governo, da constituição da Diretoria, e é um processo de negociação interna. Nós temos que começar a deflagrar o processo de contratação, por uma seleção simplificada do pessoal, que sem pessoal... Isso demora alguns meses mesmo, que é na burocracia, para a gente formatar o edital e tal, tal e tal.

Nós temos que fazer os termos de referência para a digitalização e da recuperação das torres. No caso das torres, até quem já tem um pré-projeto, que já dá para transformar-se em um projeto de engenharia para recuperação delas... Então, só isso aí. Mas isso já vai ser o dia a dia, não é?

Então, o processo de internalização(F) dos recursos já vai ser a fase de atuação da nova Diretoria. Vai ser uma nova mesmo, que, nesses dias, a gente tenta fechar, não é? Já com o Estatuto registrado, capital social... A coisa mais urgente, agora, nesse momento, é o registro do capital

social, que aí a gente tem que fazer um inventário rápido, Roger, do patrimônio, não é?

E isso não precisa de maiores elucubrações e nem sofisticções, nem precisão contábil, não é tão assim, não é? Até porque dá para ter, para registrar o capital social. E aí, ter, então, a Diretoria e ir à luta, não é? Então, nós estamos fazendo... Nós não estamos falando mais do... Quer dizer, é só... Já... É marcar a data do parto, não é? Que, no caso, aqui, é natural, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCELINO GRANJA: Então, já vai estar sendo... Vai estar acontecendo. O menino já está nascendo, não é? Estamos com as dores do parto, não é?

Por último, o seguinte... Aí, uma questão, realmente, polêmica, que vai precisar da gente conduzir esse debate.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [03:30:58]: É uma menina.

SR. MARCELINO GRANJA: Aí, é uma menina.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamentos fora do microfone]

SR. MARCELINO GRANJA: É essa relação entre recursos públicos, recursos privados, está certo, para sustentar a TV, e a questão democrática, não é? E a questão democrática. Vamos ter que debater mais esse assunto, não é?

Na nossa lei que criou a TV, nós fugimos da definição de publicidade institucional, publicidade comercial. Não existe, legalmente, essa definição em canto nenhum. Então, como era uma lei, a gente resolveu: "Nós não vamos definir na lei aquilo que não está definido em nenhuma outra lei superveniente, anteriormente existente". E ficou só publicidade.

Agora, no movimento e na discussão que vocês já acumularam... Eu falo vocês, assim, porque eu não sou, propriamente, um... Eu sou um secretário de uma pasta que envolve várias outras atividades e ações, não é? Eu estou aqui para apoiar politicamente a iniciativa que o movimento discutiu; e existe, do ponto de vista do movimento, como categoria do movimento, a definição do que é publicidade comercial e o que é publicidade institucional. E vamos trabalhar com elas. Mas não é o fato de ter recurso privado, e nós vamos precisar de recurso privado, que define a questão democrática.

A questão democrática tem a ver com a governança e valores. Volta àquela questão primeira que eu coloquei: ideologia mesmo, valores. Quais são os valores dominantes que estão aí, no cenário político, a determinar as coisas? Se nós não tivéssemos... Se tivéssemos os governos liberais... Aí, eu vou falar... Tem um poeta português, o poeta mais popular da

Revolução dos Escravos, foi o Ary dos Santos. Então, ele dizia: "Há que dizer das coisas o somenos que as coisas são. Há de dizer de um copo, um copo. De um cão, um cão. Mas quando um copo se quebra e um cão faz um 'ão, ão', aí um copo é um caco e um cão não passa de um cão".

Então, eu vou fazendo essa brincadeira, aqui, para dizer os nomes das coisas como elas são. Os liberais destruíram o Estado brasileiro, venderam as estatais brasileiras, acabaram a nossa infraestrutura, acabaram as nossas televisões, acabaram tudo. E se fosse um governador liberal não teria tomado essa decisão que tomou. Mesmo que a gente esteja demorando tanto em criar ela. Então, é luta; e tem a ver com valores.

A nossa governança, da nossa TV, tem metade do Conselho de Administração da sociedade civil. E a primeira tarefa, Ivan, dessa Diretoria, agora, é criar logo esse Conselho.

Agora, também, se vier esse Conselho, não é, defendendo os valores que, hoje, são majoritários na sociedade e que mantêm a sociedade como ela é, pode botar todo o dinheiro público do mundo que essa TV não vai servir ao povo.

Então, nós estamos tratando de uma luta política e ideológica, de formação de valores, de formação de conceitos, de conteúdos sociais para a determinação da consciência social. É isso mesmo. E aí, é o seguinte: é para isso que uma TV pública, está certo? Eu acho que é.

E essa coragem que nós estamos tendo de dizer que é. As TVs privadas ou os liberais etc. e tal vão reclamar? Vão. Mas já estão reclamando. Eles já têm o poder. Nós temos o governo. Eles têm o poder econômico, tem o poder etc. e tal. Estamos falando de luta.

Agora, claro que tem que ser conduzida dentro da institucionalidade vigente, da democracia vigente, das regras vigentes, que ainda a gente não conseguiu nem fazer uma reforma política democrática e que bote o povo no parlamento, quanto mais o povo na tevê, não é? Quanto mais povo na [ininteligível].

Então, eu acho que não é contraditório. O nosso modelo jurídico pode receber recursos privados, vai precisar de recursos privados, e não é isso que vai atrapalhar a questão democrática, isto é, a questão de ter o povo brasileiro na sua plenitude... Mas não é só o povo pela cara, é o povo pelas suas ideias, pelos seus valores. E, em parte esses, valores, às vezes, não são muito bons, não. É do povo, mas pensa igual o banqueiro.

Hoje, nós temos essa discussão, por exemplo. É uma discussão estratégica para o desenvolvimento nacional. É estratégica. E nós estamos achando que... Alguns de nós, não é, estão achando que estamos perdendo o *time*, não é?

Só se pode combater a inflação com juros altos? Foi esse o modelo da década de 90 e 2000. Não tem jornalista para questionar isso? Como é

que estão sendo formados os nossos jornalistas? O Bresser Pereira disse que é até melhor fechar as escolas de economia, porque, agora, viraram igreja, porque só defendem o combate aos juros altos, que é um mal para a economia, se for pela via ortodoxa. Tem que ter juros altos. Aliás, só combate a inflação com juros altos. Apostaram que a China, com esse crescimento todo, ia naufragar, que a inflação ia explodir. Não naufragou e a inflação na China, nesse ano, está abaixando.

Existem outras teses, existem outras teorias, existem outros valores, outras políticas econômicas que podem, sim, combater a inflação que não seja essa que está, hoje, dominante no ambiente do nosso jornalismo todo, das escolas de economia e do nosso jornalismo todo.

Nós vamos lutar contra isso? Eu sou dos que querem lutar contra isso. Portanto, para mim, democracia é garantia da expressão de outras ideias que existem, que ainda são minoritárias, mas que existem, são expressão da vida brasileira, da cultura brasileira, da formação brasileira e que não estão expressas no nosso meio de comunicação, e precisam estar expressas.

Isso não é contraditório, desde que o modelo de governança seja democrático e que já expresse esses valores, e esse, da nossa TV, já expressa, dado pelo povo, nas urnas. E, se assim continuar, a gente poderá dar avanços maiores do que a gente deu até agora.

[palmas]

SRA. REGINA LIMA: Bem, depois de ouvir todo mundo, fechar um evento como esse, é claro que ele... Eu não teria nem como manifestar, dizer assim... Porque eu fico, realmente, sensibilizada, na medida em que... Embora, como Pola tenha dito, está na Lei da EBC, mas a gente sabe que qualquer ferramenta, seja Conselho Curador, seja Ouvidoria, ela pode, também, se burocratizar, se a sociedade também não se assenhouar desse projeto. Então, ela se burocratiza.

É obrigação, mas a gente também pode criar outros mecanismos de fazer a audiência. E a proposta... Claro, a proposta da Ouvidoria é muito mais em função daquilo que ela recebe, e a necessidade da gente se deslocar mesmo do eixo, principalmente, no Sudeste, para começar a escutar aí.

Eu... Até quando o Eduardo falou: "Temos que escutar e temos que dialogar", mas eu acho que o que é mais sensível, para mim, como... Até observando, pela fala das pessoas, aqui, e até pela voz embargada de muitos, e é natural, não é? Quantos de nós gostaríamos de falar mais coisas, dizer muito mais? E a gente tem uma avidez tão grande de dizer e às vezes não tem oportunidade. Por isso a gente fica tão emocionado, quando a gente fala, que é... Isso está na expressão, na velocidade com que o Nelson queria. Por isso que ele diz: "Vou igual a uma metralhadora". A necessidade, a avidez de responder a essas questões.

Então, eu acho que um evento desta natureza, ele, primeiro, já cumpre o seu papel, que é de abrir esse espaço, realmente, de ouvir, porque, às vezes, a gente tem um conforto até na... Só na escuta, não é? Às vezes, a gente nem resolve. Os governos são exemplos disso. Às vezes, ir na localidade, ouvir o que a população quer e, muitas das vezes, nem se dar respostas imediatas, mas isso já cria um efeito muito importante, que é o efeito da escuta.

E dizer que, embora a escuta presencial, ela é importante, porque a gente vê na voz embargada, a gente vê na expressão de cada um de vocês que se manifesta... Aqueles que tiveram a oportunidade de se manifestar aqui. E dizer o seguinte... Porque eu acho que esse que é o papel... É o papel nosso? É o nosso papel. Mas a gente precisa, cada vez mais, ser pressionado.

E aí, talvez, a provocação do Pola para o Conselho Curador, acho que o Conselho Curador, ele é uma conquista da sociedade, sim, para quem está nessa luta aí, da comunicação pública, que ela se institucionaliza com a EBC, mas que ela é muito anterior a isso. E isso é importante para a gente, a parte de dissuasão. E dizer que a Ouvidoria, embora a audiência pública, ela tenha um caráter presencial, mas a Ouvidoria também. Ela é um grande canal que está dentro da EBC e que vocês, também, podem lançar mão da Ouvidoria para se manifestar.

Agora, é claro, é aquilo que a gente sempre fala lá, na empresa: o fato de vir de fora não significa que, necessariamente, tenha razão, potencializar a razão. Agora, o ato de ouvir e de responder, de esclarecer, eu acho que ele é uma obrigação de cada um que está lá, dentro da EBC.

A Ouvidoria, ela é o canal de interlocução com a sociedade. E eu digo que a gente até precisa estimular mais ainda, não é, a participação da sociedade. E dizer, assim, que eu fico feliz mesmo. Eu estou feliz, desde ontem, com a discussão que a gente fez lá, na TV, as poucas pessoas que estavam lá, e o que eu percebi foi essa necessidade de falar, de ouvir.

E se eu poderia dizer, já, de cara, um saldo extremamente positivo dessa audiência, quando a gente vê um secretário, aqui, vir colocar questões. Se vai responder isso aí, o tempo vai dizer, não é, na prática. Mas quando ele coloca questões que já vêm, há algum tempo, sendo ansiosamente esperadas pelo pessoal que vem discutindo essa questão, eu acho que isso já um saldo positivo, não é? Quando você vem para cá e diz: "Olha...".

Mesmo que você dissesse assim: "Vamos aportar um milhão", isso já seria... Mas a gente precisa institucionalizar a empresa. Eu acho que esse o passo mais importante, é institucionalizar a empresa. Se vamos destinar três, quatro, cinco, dez ou até mais, isso é uma questão do próprio processo.

Então, eu acho que isso eu consideraria um saldo extremamente positivo desse evento. E dizer assim, que a gente pode, depois, e o Conselho Curador, que é a ferramenta dentro da EBC que pode, depois, pensar estar na própria Lei da EBC, a criação dos Comitês de Usuário, não é? A ideia é que, depois, mais tarde, se crie uma metodologia, que é sempre isso: às vezes, a gente não queria, porque gasta-se dinheiro. Mas a gente pensar uma metodologia onde não se invista financeiramente, mas que isso tenha um resultado positivo, de *feedback* da sociedade.

Então, eu acho que a provocação do Pola valeu, porque eu acho que é isso. Mas o Conselho, ele tem dado demonstrações, não é? E a gente sabe disso. Demonstração, principalmente, de questões, que elas vêm via Ouvidoria. A própria discussão sobre religião, ela partiu da Ouvidoria, e o Conselho Curador abraçou essa questão e avançou, não é? Avançou até chegar a essa proposta que veio da própria Diretoria.

Então, fora essas questões, mais outras já passaram pela Ouvidoria e foram encaminhadas para o Conselho Curador. E se não dá resultado, mas, pelo menos, abre uma reflexão.

Então, dizer que a Ouvidoria está lá... Eu digo... Eu até brinquei, quando a gente propôs, que isso o trabalho do Conselho Curador. Quando a Ouvidoria propôs esse deslocamento, era muito mais que dizer assim... A gente... É muito fácil a gente ficar, entre quatro paredes, esperando que as pessoas se manifestem, não é? Aí, se não se manifestou, a gente diz: "Não se manifestou. É sinal de que está tudo bem". Pode não estar tudo bem, não é?

E eu sempre digo que alguém que se dispõe, como é o caso dos leitores da Agência Brasil, a escrever uma manifestação de duas laudas... Quantos de nós fazemos isso, aqui? Olhar uma programação, não gostar ou gostar, e se dispor a se manifestar a respeito dela? São poucas, gente. Se alguém se dispõe a fazer isso, ainda que ele não tenha razão, a gente tem que levar em consideração, não é? É uma pessoa que se dispõe.

Então, eu acho que a Ouvidoria, esse canal presencial que é das audiências públicas, é fundamental, porque a gente tem a oportunidade de conhecer, de vivenciar com vocês, de compartilhar esses problemas. A Ouvidoria, também, ela é um canal, e é esse canal de interlocução com vocês que estão aí, no movimento da comunicação, mas com qualquer cidadão.

Então, se eu posso dizer que a gente sai daqui, não é, muito mais... Talvez, nem o Nelson vai conseguir dar resposta, porque têm questões que elas estão em processo mesmo, em formação. Mas só o ato da gente ouvir e de se colocar à disposição para pensar sobre essas questões, eu acho que a gente já sai com um saldo positivo, não é? Creio que deva ser esse sentimento o do Nelson, do Eduardo, do Rogério, que estão aqui, que são pessoas da EBC.

Então, dizer assim: mais agradecer vocês, primeiro, pela receptividade, não é? Que eu estive no Festival de Garanhuns, não é? Achei... Fiquei impressionada, porque eu imaginei um festival pequeno e, quando eu cheguei lá, eu vi, não é, aquela coisa grandiosa. E até para lembrar do Roger, quando alguém brincou lá, com ele e disse assim mesmo: "Ô, cara, que legal que você trouxe uma equipe para vir cobrir". Ele disse: "Que equipe, que nada, cara. A TV ficou fechada lá". Ou seja, veio todo mundo cobrir o festival. A equipe estava lá. Então, mas eu acho que é isso, não é?

Quando você entra em uma cobertura, mesmo sem os caracteres, que ele passava pela rua e o pessoal dizia: "Ué, tu não é o repórter?". Que era o cara que aparecia lá, no telão. Mas é a vontade de vocês, não é, retratarem, registrarem um evento que é daqui da localidade e que tem uma importância muito grande.

Eu acho que também é isso fazer TV pública, não é? Como a gente vai regionalizar, como a gente diversificar, como a gente vai pluralizar, isso é um processo que a gente, também, vai ter que descobrir, porque isso não está dito em nenhum manual.

Está dito que nós temos que ser diversos. Agora, como sendo diverso, dessa estrutura que está aí, eu acho que está, na verdade, o nosso grande desafio.

E obrigada, mais uma vez, pela receptividade de vocês. E se quiserem me convidar, depois, para conhecer um pouco a cidade, antes de viajar, seria bom.

Obrigada, gente.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Eu queria saber se os membros do Conselho querem se expressar, não é?

Ana Veloso. E, depois, os diretores da EBC, e, finalmente, o presidente da EBC.

Não se preocupe que vai sair uma comida baiana bem típica daqui a pouco, está certo?

[risos]

SRA. ANA VELOSO: Boa tarde. Eu agradeço a todo mundo que veio para a audiência. Dizer que eu fico muito feliz de representar a sociedade civil, no Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação. E me coloco, mais uma vez, como em todos os lugares e os eventos dos quais eu participo, desde que se discutia o grupo que impulsionou a criação da EBC, que eu estive lá, em alguns momentos. Eu me coloco à disposição de vocês para continuar nessa luta e representar uma sociedade tão plural e diversa, da melhor forma possível. Muito obrigada.

[palmas]

SR. GUILHERME STROZI: Bom... Boa tarde, gente, a todos e todas. Eu corroboro com o deputado, que está todo mundo meio morrendo de fome, então, eu vou super-rápido. Mas é porque... Aproveitar uma oportunidade de uma audiência pública, como essa, é a primeira audiência pública feita pela EBC, na região Nordeste. Eu acho que é um momento muito especial para agente pensar a comunicação pública do país mesmo.

O meu nome é Guilherme Strozi. Eu sou representante dos funcionários da EBC, dentro do Conselho Curador.

E eu acho importantíssimo pensar que o Conselho Curador tem 22 representantes, lá dentro: quatro ministros; dois representantes do Congresso Nacional, que não são parlamentares, são servidores; um representante dos funcionários e 15 representantes da sociedade civil.

Então, o que é que essa audiência, aqui, se não uma demonstração de que esse modelo de maior representatividade da sociedade civil, dentro do órgão que vai regular essa produção de informação das empresas públicas, funciona como uma audiência pública, aqui, no Nordeste. Daqui a pouco, uma audiência pública em Marabá, na região Norte. Por fim, uma audiência pública em Porto Alegre, na região Sul. Então, isso funciona. A sociedade civil, dentro dos Conselhos que regulam a produção de conteúdo e regulam o dinheiro, também.

O Conselho de Administração também é um Conselho que existe dentro da EBC – que precisa ter um funcionário lá, representante, mas isso ainda não está acontecendo, mas, em breve, teve acontecer – e o Conselho Curador que, na verdade, faz essa fiscalização, esse monitoramento da produção de conteúdo, lá dentro.

Faço um apelo, aqui, para que as pessoas cobrem mesmo os representantes da sociedade civil, dentro do Conselho Curador da EBC. São pessoas fantásticas que estão trabalhando lá dentro. A Maria da Penha está aqui, a Ana está aqui, o João. São pessoas que estão à disposição de receber essa demanda da sociedade civil.

Eu represento os funcionários, até... Eu estou representante, não é? Não sou, como o Roger disse. O ser é muito complicado. Até maio de 2013. Uma demandada de *e-mails*, todos os dias. Por quê? Porque eu estou muito próximo do meu público, ao qual eu represento. Só que os outros 15 representantes, não. Na verdade, estão próximos, mas não estão. São 190 milhões de pessoas. Como é que vai dar conta de acatar a demanda de todo esse pessoal? Então, cobrem. É bastante legítimo que o Conselho Curador faça mais eventos como esse mesmo. Se desprenda, cada vez mais, da Diretoria da EBC, que depende, de fato, de momentos políticos para acontecer.

Hoje, a gente está tendo um momento muito positivo, muito orgânico, muito, na verdade, sensível a essas demandas. Mas e no futuro? O Conselho Curador fica. Então, é importante que essa gestão, ela seja

sempre estimulada, pela sociedade civil mesmo, a dar conta dessa demanda que acontece na população.

E só, na verdade, uma vírgula: só uma pessoa falou de rádio, não é, na audiência pública. A gente está com um foco, aqui, que é a criação da rede pública de TVs. Mas eu acho extremamente importante a gente lembrar que comunicação pública é TV, é rádio e é internet. A audiência pública está sendo transmitida, agora, para o mundo inteiro, por meio da internet. Não tem como a gente jogar isso para o sinal de radiodifusão.

Então, eu acho extremamente importante que, com a chegada das novas tecnologias, a EPC, que, talvez, seja um modelo... Eu corroboro mesmo e faço esforço, aqui, para que a EPC seja criada, rapidamente, porque ela pode ser um modelo de Empresa Pública de Comunicação estadual para outros estados do país, que não vivem, talvez, essa efervescência política que vive o Estado de Pernambuco, e fazer com que essa percepção da internet seja incorporada pelas empresas públicas de comunicação.

A EBC está dando esse estímulo para, cada vez mais, essas novas tecnologias que propiciam ao cidadão a participar dessa produção de informação, por meio de celular, por meio de redes sociais, seja incorporada como uma produção de informação da sociedade civil e seja estimulada por esses órgãos por meio dos seus portais de internet. É um custo muito mais barato do que a gente produzir televisão, dentro dessa...

Eu não vou nem entrar nesse discurso do barato ou caro que eu acho isso, que eu acho isso uma discussão sensacional, não é? Isso é uma relação muito... É política a discussão.

Mas a internet, ela é cara para você oferecer o suporte, mas para você oferecer a difusão de conteúdo, ela é barata. Então, você, sim, faz uma sociedade cobrar uma empresa se ela tiver a possibilidade de ficar participando mais ativamente dessa produção de informação, e isso é muito fácil de fazer pela internet.

É só isso que eu queria dizer. Agradeço a hospitalidade de todo mundo mesmo. Pernambuco está vivendo um momento sensacional, nessa discussão de comunicação pública. Agradeço ao Conselho Curador e à EBC, e parabênizo a realização do evento. Uma boa tarde para todo mundo.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Bem, com o adiantado da hora e a necessidade da Casa, aqui, vamos passar, imediatamente, a palavra para o presidente Nelson Breve.

SR. NELSON BREVE: Eu vou tentar, aqui, na metralhadora, de novo, não é? Mas é... Eu fico... Eu fiquei imaginando, ali, o Ivan. Eu estava falando assim: "Como é que será que aquele soldado, aquele revolucionário da marcha do Mao Tsé-Tung, se sentia, quando a marcha

andava mais lenta, não é?”. “Pô, mas esse Mao não anda rápido. Não anda rápido, não é?”.

Não é só porque a velocidade é do soldado mais lento, não. É porque quem está lá, na frente, está vendo que, de repente, tem um exército, que se você andar muito rápido, você vai trombar com um exército muito mais poderoso que o seu. Então, à vezes, é hora de você, também, marcar um pouco de passo para você ir.

Uma das coisas mais importantes que eu ouvi, desde que eu estou na EBC, foi de um cara chamado Toby, um sujeito lá, que faz comunicação pública, entende... Estudou tudo de comunicação pública, no mundo inteiro. Eu acho que é canadense.

A Unesco levou ele para um debate lá, no seminário da EBC, e ele pegou, ele... E foram perguntar, todo mundo com essa ansiedade: “Mas, olha, o negócio não sai, essa EBC não vai”, que não sei o que e pá. Ele diz o seguinte: “Olha, é o seguinte: lá, na Europa, começou a comunicação pública, não foi privada. Então, você quer comparar com a BBC, com a France Presse, com a da Alemanha, falar de recursos...”. A tevê da Alemanha tem... São US\$ 14 bilhões... É de dólares, não é?

Então, assim, nós estamos falando de... Não é? Está certo, o nosso é barato mesmo, Pola. Você tem razão, não é caro, não. Mas é porque... É porque os outros lá acham. Então, o que eu posso fazer? Eu, também, às vezes, a gente tem...

Então, é pensar que é o seguinte: ele diz que a TV pública, no Brasil, porque ela começou privada e, agora, é que a gente está trabalhando, batalhando, a luta da sociedade... É verdade, se não fosse a sociedade ficar batalhando e enchendo lá, não estava nem até aqui, que a gente avançou, não é?

Agora, ele disse: “Não é para três, cinco anos, é para 15, 20”. É um projeto para 15, 20 anos. Isso é uma disputa... Assim, disputa de poder na sociedade.

Então, é isso que eu acho que a gente tem que pensar... Cobrar sim, fazer o papel de cada um. Acho que tem... A sociedade precisa. O presidente Lula sempre dizia isso. Ele cobrava de todos os movimentos que iam lá: “Vocês têm que ir lá mesmo cobrar...”. Porque se não as outras forças políticas, elas também têm força de pressão, poder de pressão, de pressão para as coisas não acontecerem. Então, aquelas que querem que aconteçam tem que fazer, também, exercer a sua legítima pressão para que aconteça.

Eu só queria desfazer dois equívocos. Primeiro, eu acho que, em parte, já foi desfeito, da questão... do que eu falei da forma, e não do conteúdo. O conteúdo, sim, e de qualidade. E conteúdo inovador, também. Mas se fosse só conteúdo inovador e conteúdo que você... Você olha, você não se identifica com ele, a pessoa não para no canal.

Então, assim, eu... Tem uma coisa que eu sempre falo assim: é profissionalismo e resultado. Essas são as palavras chaves de quem trabalha comigo, há muito tempo. Buscar resultado não é dizer o que eu estou fazendo, como eu estou fazendo bons programas para a comunicação pública. Olha que coisa maravilhosa que eu estou fazendo.

Mas para quem? Tem alguém vendo, entendeu? Para quem? Para que é que eu faço isso? Para quê? Que resultado eu tenho com o meu trabalho? Que resultado isso dá para a sociedade? O quanto a sociedade evoluiu, a partir do meu trabalho?

Então, a gente precisa mensurar resultados. Então, é isso que... Assim, que a gente tem que ver. Nós temos que trabalhar para mensurar esses resultados. Não são só... É você entender que, assim, a forma que atraindo, hoje, esse cidadão é essa. A gente tem que entrar, mudando, do jeito dele, e mudando aos poucos, para levar ele a... Como é que é que foi dito, aqui? A gostar daquilo que não conhece, certo? Esse é o caminho que eu acredito.

Outro equívoco é: foi falado, aqui, de Rede Brasil. Rede Brasil não é pública, tá, gente? É privada. Aliás, a gente precisava dar um jeito de resolver essa questão da Rede Brasil aí, que tem programa evangélico, não sei das quantas lá, porque é privado. Toda vez que eu vejo aquilo lá... E eles estão... Inclusive, lá em Brasília, eles estão no meio dos canais públicos. Eles fazem uma confusão danada.

Bom, a outra coisa é lembrar que, assim, quanto eu estava falando, assim, também dos recursos, a questão é a seguinte: olha, 230 milhões da EBC é só para pagar salários e benefícios de 2.500 funcionários – são os da EBC e os da Acerp. Então, portanto, assim, quem acha que... Não é? Tem um custo empregado aí, alto, elevado: 230 milhões, somando o que é contrato de gestão da Acerp mais o que é salários e benefícios dos funcionários da EBC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: É, bom, aí já não... Eu não tenho nem condições, hoje, de fazer essa avaliação. Porque acontece o seguinte: muitas das coisas que acontecem, às vezes, é porque o funcionário, ele estava motivado para uma outra causa e, agora, você tem que reprogramar, para que ele se motive para uma nova causa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: Bom, é possível... É possível que não. Mas aquelas coisas... Essas coisas a gente só sabe medindo, apurando, fazendo, é com planejamento estratégico. Então, portanto, é saber o que está fazendo.

Outra questão que eu queria dizer é a questão de jornalismo cabeça de rede. Eu concordo plenamente, essa questão de cabeça de rede, eu não acho que é o melhor modelo. A gente precisa encontrar... Nós tentamos com o telejornal e tal, ainda não conseguimos estruturar. Em alguns casos, nós não conseguimos fazer o os nossos contratos de rede, ainda, com algumas empresas. A gente quer ter mais essa participação no jornalismo.

E concordo com essa questão que foi mencionada aí. O negócio do trânsito, não é, que foi falado aqui e tal. Eu me incomodei, outro dia, e isso não era nem... E era no rádio, não era nem na televisão. Na televisão acontece, também. Mas no rádio. O locutor abriu o programa de rádio, da rádio nossa... Rádio jornal local de Brasília, para falar da faixa exclusiva que foi criada para ônibus, na W3, em uma avenida principal lá. Aí, ele abre, dizendo: "Olha, foi criada a faixa exclusiva, causou um grande tumulto, o engarrafamento aumentou. As pessoas lá, no corredor exclusivo, vão escrever: 'engarrafamento'".

Provavelmente, ele deve ter pego aquele engarrafamento. Agora, gente, o que o sujeito tinha que perguntar era se melhorou o tempo que o cara que estava no ônibus, que saiu de casa e chegou no trabalho, isso que é jornalismo público, entendeu? Esse é o ponto de vista cidadão que a gente quer ver na nossa rádio, no nosso jornalismo da rádio, no nosso jornalismo da televisão, no nosso jornalismo da internet. Agora, a mentalidade está lá. É uma mentalidade de classe média alta, que é o que o que a gente é mesmo, se a gente for comparar com o resto da sociedade brasileira.

Então, assim, tem que mudar. E está mudando. Nós fizemos um seminário para receber os novos funcionários com essa preocupação. Os concursados que chegaram, esse ano.

SR. EDUARDO CASTRO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: Sim, tem a escola, que, depois, eu já vou falar, também, lá, que a gente quer criar a Escola Nacional de Educação Pública. O Edu está me lembrando, aqui.

Mas é o seguinte: a gente quer formar essa mentalidade, para que as pessoas, elas tenham a visão da importância do jornalismo público. E eu não gosto da expressão 'jornalismo público'. Porque jornalismo já é um serviço público. O jornalista já é um servidor público. Todos eles.

Então, assim, é uma coisa que a gente tem que fazer diferenciar, hoje, por quê? Porque está deturpada a missão do jornalista, na sociedade. Ela está deturpada. Então, a gente tem que reforçar que é jornalismo público. Mas eu não gosto, particularmente, dela. Já é uma missão pública. O jornalista já é um servidor público.

Em relação a rádios... Eu sou um jornalista que eu cheguei a Brasília pelo rádio. Eu trabalhava na Rádio Eldorado, de São Paulo, e fui ser

correspondente em Brasília. Eu tenho um carinho muito grande pelo rádio. Então, as pessoas sabem disso. E, assim, sei da importância do rádio. Mas a gente tem que entender que, assim, sempre foi imaginar, no Brasil, que o rádio estava, mais ou menos, democratizado, até porque tem Voz do Brasil, tem não sei o que, tem coisa e tal. O que não estava democratizado, em tese, essa foi a luta da sociedade, era a televisão. Porque, assim, por mais que o rádio tenha mais alcance... Ah, o rádio tem alcance, mas a televisão tem a imagem. O rádio é uma linguagem, é outra coisa. Não dá para a gente comparar rádio com televisão, cada coisa, cada plataforma é uma.

A história da humanidade é a mudança de plataforma. É a mudança da plataforma da pedra lascada, da plataforma da cultura oral, para a plataforma impressa, para a plataforma cinema, para a plataforma fotografia, para a plataforma rádio, para a plataforma televisão, para a plataforma internet e novas mídias.

Então, assim, cada um é cada um. Nós queremos, sim, queremos dar prioridade ao rádio. Eu sempre falo isso. Sou eu que... Quando falo esse negócio do rádio aí, tem que botar o rádio na questão da comunicação pública, não é só o Fórum da TV Pública. Ele foi criado como Fórum da TV pública, mas, agora, ele tem que ser da comunicação pública, porque ela é mais ampla. É mais ampla e mais complexa.

A convergência, hoje, ela é uma coisa que ela quer dizer o seguinte: esse raio dessa difusão, ele vai continuar... Radiodifusão vai continuar tendo a capacidade de ampliação das coisas. Mas a diversificação, ela está em outro veículo, em outra plataforma, que é as novas mídias, que é a internet.

A gente tem várias outras coisas que eu não vou falar, aqui. E vou só me concentrar na questão das universidades, para dizer o seguinte: a nossa relação com as universidades é assim: nós queremos fazer uma baita parceria. Mas quando, por exemplo... Só para dizer o meu drama. Quando o pessoal entra em greve, na Universidade de Pernambuco, e paralisa a transmissão da televisão, eu falo assim: "Graças a Deus que a gente ainda não tem essa consignação, porque a responsabilidade não é minha".

Porque se eu tivesse essa consignação, era eu que estava tendo que responder para a Anatel por que é que eu não estou dando os 99,8% de sinal direto. Então nós queremos ter... No início do mês, tivemos uma audiência com o Ministro da Educação, para falar com ele que não é só a TV Escola que é a nossa parceria com ele. Todas... Assim, não são só as universidades. Os institutos federais de ensino têm 30 consignações de rádio e dez de televisão lá, protocoladas. As universidades... O Ministro da Educação, eu acho que não tem nem noção de quantas TVs universitárias e rádios universitárias têm. Muitas delas, inclusive, com consignações nossas.

Assim, eu fui dizer para ele o seguinte: "Olha, o que nós precisamos discutir...". E aí vem essa questão da provocação, que o Pola fez em relação ao Conselho, e acho que do papel que a gente tem, que é o seguinte: é uma estratégia nacional de comunicação. Não existe. É cada um fazendo no pulverizado.

Então, é o seguinte: a cultura tem a sua estratégia própria; o Ministério das Comunicações tem a sua estratégia própria; o da Educação nem tem, porque cada universidade tem a sua própria. Então, é o seguinte: nós estamos fazendo o nosso e, às vezes, pulverizado em todos esses meios. Ou seja, como que a gente tem uma estratégia nacional de defesa e não tem uma estratégia nacional de comunicação?

Então, a partir da estratégia nacional de comunicação é que você evoluiu para uma política nacional de comunicação. Uma política nacional de comunicação. Qual é a comunicação que nós queremos? E, aí sim, eu acho que é o ponto que começa a fazer convergir a sociedade para entender que é isso. A comunicação é estratégica para o país.

Porque quando a gente está falando, não é só... Quando a gente está falando do dinheiro para financiar a produção nacional e tal, isso aqui, assim, é que é o seguinte: é uma indústria do audiovisual que precisa ser criada. Não é só o recurso que vai lá e tudo bem. O Estado financia e tem que ir para a TV pública. Até porque não tem nem janela, na TV pública, para botar tudo aquilo que o Estado financia. Mas a questão não é essa. O Estado financia para quê? Por quê? Porque ele quer e porque nós precisamos ter uma indústria do audiovisual forte, no Brasil, para que nós não sejamos impregnados pela cultura da indústria do audiovisual dos países mais fortes.

Então, é isso... É para isso que existe. Então, como é que essa estratégia nacional de comunicação? Que ela é produção de audiovisual, mas ela é, também, de desenvolvimento tecnológico, hoje. Ela também é produção de aplicativos, de ferramentas, de novas tecnologias. Então, ela é estratégica para o país. A comunicação... A estratégia nacional de defesa, ela está imbricada com a política nacional de indústria. Por quê?

Porque quando você pega e você desenvolve para a defesa coisas... Diz: "Ah, está desenvolvendo armamento, está desenvolvendo foguete, para que a gente precisa disso?". A gente precisa para desenvolver tecnologia, porque essa tecnologia, ela é que vai ser aplicada, depois, na indústria. É isso que os países desenvolvidos fazem. Eles têm políticas onde eles aplicam o recurso público para desenvolver e formar uma indústria. Até privada, certo? Até privada. Mas, assim, essa indústria, ela precisa ser desenvolvida, porque senão ela não consegue competir no mercado internacional.

Então, falar em estratégia nacional de comunicação é pensar a ciência e tecnologia, é pensar a cultura, é pensar a educação, é pensar a comunicação e outras tantas coisas mais. É pensar a estratégia de defesa.

Nós temos uma rádio na fronteira, no Alto Solimões, em Tabatinga, na tríplice fronteira com o Peru e com a Colômbia. Para que é que tem aquela rádio lá? Para preservar a nossa língua na fronteira, porque senão vêm as rádios do Peru e da Colômbia e aí, daqui a pouco, todos os nossos brasileiros que estão lá, até os nossos indígenas, estão falando espanhol, e não português.

E foi uma forma que a Rádio Nacional unificou o país. Unificou pela língua, porque nem isso existia. Unificou por formar um laço social em torno de rádio e novela. E esse tripé que existe na nossa cultura, hoje, da televisão veio da Rádio Nacional. É o tripé radionovela, esporte e jornalismo, o Repórter Esso. Isso é o tripé que tem, até hoje, na televisão, que vem da cultura do rádio.

Gente, eu já esgotei os meus minutos, aqui. É só para agradecer, aqui, por ter tido a oportunidade de falar um pouco, aqui, com vocês, responder aquelas perguntas que a gente... Ah, esqueci... Estava esquecendo, Edu. Escola Nacional de Comunicação, Edu. É isso, nós vamos...

SR. EDUARDO CASTRO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: O que é? Ah, tem o portal dos programas. Quem perguntou: "Como é que faz para oferecer conteúdo?". Nós estamos botando no ar um portal dos programas. Vai ser a porta única de entrada, dentro da EBC, para o oferecimento de conteúdos. Aquilo que é dos nossos parceiros de rede, tem o Comitê de Rede, que funciona, não é? Está sendo retomado e tal e tal, mas tem funcionado.

E, em relação à Escola Nacional, nós estamos... Protocolado, na Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty, o pedido para uma parceria com a Unesco. Para que a Unesco ajude a gente a formatar uma Escola Nacional de Comunicação Pública, justamente, para dar apoio em toda a parte técnica e, também, na parte de conteúdo, de formação de jornalistas para a comunicação pública, de produtores para a comunicação pública. Não só para a EBC como para todas as nossas parceiras, mas também para as comunitárias, também para os países da América Latina e, também, para os países africanos.

Essa é uma... Nós estamos aguardando aí, a aprovação disso, para a gente dar sequência a esse convênio, com a Unesco, para isso.

Eu acho que... Não é? Bom, se eu deixei alguma coisa a mais, perdão. Até logo. Obrigado.

[palmas]

SR. JOÃO JORGE: Bem, está encerrada, então, a audiência realizada hoje, aqui. E agradeço a todos vocês. Parabéns. Obrigado.

[palmas]